

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DOUGLAS CRISTIAN COELHO

CONFLITOS AGRÁRIOS NA FRONTEIRA ENTRE O BRASIL E O PARAGUAI: O
CASO DA COLÔNIA MARANGATÚ/PY

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DOUGLAS CRISTIAN COELHO

**CONFLITOS AGRÁRIOS NA FRONTEIRA ENTRE O BRASIL E O PARAGUAI: O
CASO DA COLÔNIA MARANGATÚ/PY**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus* de M. C. Rondon como condição obrigatória para obtenção de título de Mestre em Geografia. Área de concentração “Espaço de Fronteira: território e ambiente”, Linha de Pesquisa “Dinâmica Territorial e Conflitos Sociais em Espaço de Fronteira”.

Orientador: Prof. Dr. João Edmilson Fabrini

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

C672c Coelho, Douglas Cristian
Conflitos agrários na fronteira entre o Brasil e o Paraguai: o caso da Colônia Marangatú/PY. /Douglas Cristian Coelho.— Marechal Cândido Rondon, 2015.
166 p.

Orientador: Prof. Dr. João Edmilson Fabrini
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia

1. Fronteira. 2. Conflitos agrários. 3. Brasiguaios. 4. Latifundiários. 5. Agronegócio. I.Fabrini, João Edmilson. II. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. III. Título.

CDD 22.ed. 305.5633



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.

Programa de Pós-Graduação em Geografia - Nível de Mestrado



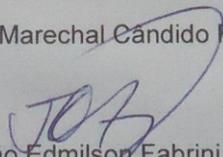
PARANÁ

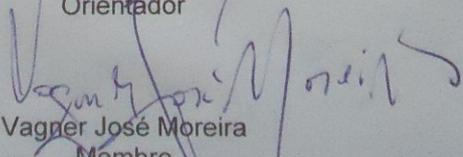
GOVERNO DO ESTADO

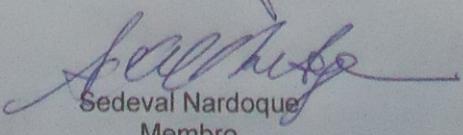
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

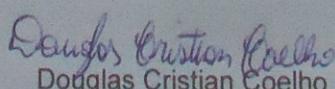
Aos dez dias do mês de junho de 2015, às 09h30min, na Sala 57 (3º Piso, Bloco IV) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon, reuniu-se, em sessão pública, a Banca Examinadora da Defesa de Dissertação de Mestrado em Geografia constituída pelos professores Dr. João Edmilson Fabrini (Orientador) (UNIOESTE), Dr. Vagner José Moreira (UNIOESTE) e Dr. Sedeval Nardoque (UFMS), para avaliarem o trabalho "Conflitos agrários na fronteira entre o Brasil e o Paraguai: o caso da Colônia Marangatu/PY", apresentado pelo pós-graduando **Douglas Cristian Coelho** para a obtenção do título de "Mestre em Geografia" do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia da UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. Após arguição a banca examinadora considerou o trabalho aprovado. Nada mais havendo a constar, eu João Edmilson Fabrini, orientador do trabalho, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelos demais membros da banca examinadora e pelo pós-graduando avaliado.

Marechal Cândido Rondon, 10 de junho de 2015.


João Edmilson Fabrini
Orientador


Vagner José Moreira
Membro


Sedeval Nardoque
Membro


Douglas Cristian Coelho
Pós-Graduando

Dedico esta dissertação a todos camponeses brasiguaios, paraguaios e as populações indígenas da fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

Aos meus pais pelo estímulo constante durante a realização desta dissertação.

Ao primo Vilson (in-memoriám).

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível devido à colaboração de um conjunto de pessoas e instituições. Manifesto publicamente meu apreço e agradecimento a todas elas.

Agradeço em especial a minha mãe Lorena e ao meu pai Antonio pela ajuda incondicional despendida durante esses longos anos da graduação e Pós-graduação, além de “aturarem” as minhas angústias da vida acadêmica.

As minhas irmãs Rosemeri, Lenir e Loreni, apoiadoras deste trabalho.

Em especial, agradeço ao João Fabrini, professor, orientador, e acima de tudo, o grande incentivador deste trabalho. Foi a partir de suas instigantes aulas durante a graduação, a motivação para trilhar o caminho da pesquisa.

Manifesto meus agradecimentos ao professor Gustavo Alves Biasoli, pelas importantes intervenções durante o exame de qualificação.

Também agradeço ao professor Vagner José Moreira, pelas contundentes colocações tanto na qualificação como na defesa da dissertação.

Ao professor Sedeval Nardoque, pela minuciosa leitura do texto e, também, pelos valiosos apontamentos teórico-metodológicos durante a banca de defesa do trabalho.

A amiga Solange, pela amizade, incentivo e colaboração durante o trabalho. Também por “aturar” meus “desleixos” no cumprimento das atividades domésticas nas repúblicas compartilhadas.

Aos meus amigos da república “Castelo de Grayskull”, Fagner, Arthur, Lúcio, Guilherme (Guizão) e Carlos (Carlitos), por proporcionarem momentos inesquecíveis no decorrer do ano de 2013.

A Daiana, pela amizade construída desde a graduação, apoio e incentivo para concretização deste trabalho.

Aos grandes amigos Paulo e Felipe, pelo estímulo e apoio durante a pesquisa. Aos momentos de alegrias compartilhadas, debates políticos e geográficos, sobretudo, quando convivemos, durante o ano de 2014, dividindo república.

A todos os companheiros do GEOLUTAS e da AGB seção M. C. Rondon, em especial, ao Djoni e Fernando, pelo apoio e confiança. Pelo companheirismo e por compartilharmos utopias e lutas cotidianas em prol da construção de uma Geografia transformadora e para além do capital.

Aos amigos e amigas espalhados pelas diversas Seções Locais da AGB, pelo grandioso aprendizado político, social e de militância proporcionado.

Ao amigo Leandro, pelo compromisso e dedicação nos processos de editoração da revista Geografia em Questão.

A sergipana Tereza, pela amizade e apoio durante essa caminhada. Além das dicas da língua portuguesa.

A Ivone, Beto, Cesar e Guido, pela atenção desprendida e, sobretudo, pela indicação das fontes da pesquisa na Colônia Marangatú e também em Pato Bragado (PR).

A todos os (as) camponeses (as) *brasiguaios (as)*, os sujeitos da dissertação, fontes de grande parte das informações coletadas para realização da pesquisa. Pela atenção e companheirismo desprendidos durante a realização dos trabalhos de campo na fronteira.

Manifesto também meus agradecimentos a CAPES pelo apoio financeiro na forma de bolsa, a qual foi de extrema importância para realização da pesquisa.

Aos professores da graduação e do Programa de Pós-graduação em Geografia da UNIOESTE, *Campus* Marechal C. Rondon, pelos ensinamentos.

Aos alunos da graduação e da Pós-graduação em Geografia, pelos debates geográficos e pelos momentos profícuos compartilhados.

Aos militantes do movimento estudantil, pela defesa da Universidade, em prol de uma educação pública, gratuita e de qualidade.

A secretária do Programa, Anilise, pela atenção e competência.

De maneira geral a todos que de uma forma ou de outra contribuíram direta ou indiretamente para realização deste trabalho.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo principal compreender a apropriação da terra e analisar os conflitos agrários na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, especificamente na Colônia Marangatú, pertencente ao distrito de Nueva Esperanza e ao Departamento de Canindeyú-PY. Devido à expansão de atividades agrícolas ligadas ao agronegócio da soja, principalmente a partir da década de 1990, houve grande valorização das terras da região, aguçando o interesse de grileiros e latifundiários sobre áreas não tituladas ou escrituradas de Marangatú. No contexto de expansão do agronegócio e de valorização fundiária, iniciaram-se expedientes de grilagens das terras não tituladas da Colônia, desdobrando-se em expropriações, violências e expulsões de camponeses *brasiguaios* e paraguaios, que realizavam produções nas áreas a partir da compra do direito de posse de terceiros, algumas destas compras realizadas a mais de 30 anos. Portanto, buscamos interpretar o processo de apropriação da terra na Colônia Marangatú-PY a partir de expedientes de grilagens de terra, falsificação de documentos, violências de diversas naturezas, corrupção de autoridades paraguaias dentre outros. Por fim, verificamos quais as relações das apropriações das terras não tituladas com os interesses do agronegócio latifundiário na Colônia.

Palavras-chave: fronteira; conflitos agrários; brasiguaios; latifundiários; agronegócio.

CONFLICTOS AGRARIOS EN LA FRONTERA ENTRE BRASIL Y PARAGUAY: EL CASO DE COLONIA MARANGATU/PY

RESUMEN

Esta disertación tiene como objetivo principal comprender la apropiación de tierras y analizar los conflictos agrarios en la frontera entre Brasil y Paraguay, específicamente en Colonia Marangatú, pertenecientes al distrito de Nueva Esperanza y el Departamento de Canindeyú-PY. Debido a la expansión de las actividades agrícolas ligadas a la agronegocio de soja, principalmente la partir década de 1990, hubo gran apreciación de la tierra en la región, despertándose el interés de los terratenientes y ocupantes ilegales en áreas no titulado o en libros de Marangatú. En el contexto de la expansión de la agronegocio y la apreciación de la tierra, puesto en marcha expedientes grilagens de tierra no titulada Colonia, que se desarrolla en la expropiación, la violencia y expulsiones de campesinos brasiguaios y paraguayos, que realizaron producciones en las áreas de la adquisición de un derecho a la posesión de terceros algunas de estas compras a más de 30 años. Por lo tanto, hemos tratado de interpretar el proceso de apropiación de la tierra en Colonia Marangatú-PY la partir expedientes de grilagens tierra, la falsificación, la violencia de diversos tipos, corrupción autoridades paraguayas entre otros. Por último, se entiende que las relaciones de apropiación de tierras no tituladas con los intereses de la agronegocio terrateniente de la Colonia.

Palabras-clave: frontera; conflictos agrarios; brasiguaios; terratenientes; agronegocio.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	17
FRONTEIRAS E GEOGRAFIA.....	17
1 – Abordagens sobre o tema fronteira na Geografia.....	17
CAPÍTULO 2.....	39
MIGRAÇÃO BRASILEIRA PARA O PARAGUAI E OS <i>BRASIGUAIOS</i>.....	39
2.1 – Aproximação entre os governos e a sua relação com a migração brasileira para o Paraguai	39
2.3 – Os <i>brasiguaios</i> na fronteira	54
CAPÍTULO 3.....	64
CONFLITOS PELA POSSE DA TERRA NA COLÔNIA MARANGATÚ.....	65
3.1 – Das obras aos projetos de “colonização” na Região Oriental do Paraguai.....	65
3.2 – Características gerais da Colônia Marangatú	69
3.3 – A Colonizadora Marangatú	73
3.4 – Conflitos na Colônia Marangatú	86
3.5 – Conflitos pela posse da terra na área de 2.923 ha.....	86
3.6 – Conflitos pela posse da terra na área de 380 ha.....	97
3.7 – Mudanças e permanências nas relações de trabalho e produção entre <i>brasiguaios</i> na Colônia Marangatú e o avanço do agronegócio	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
REFERÊNCIAS	152
ANEXOS	158

LISTA DE MAPAS, FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Mapa 1: Paraguai: Localização aproximada da Colônia Marangatú.....	71
Figura 1: Paraguai: regional e departamental - 1998	43
Figura 2: Paraguai: Região Oriental - Latifúndios estrangeiros - 1920	67
Figura 3: Comunidade Porto Marangatú	73
Figura 4: Colônia Marangatú - estrada de terra batida	73
Figura 5: Colônia Marangatú: Porto Marangatú	82
Figura 6: Contratos de compra e venda de direito de posse	85
Figura 7: Colônia Marangatú: Localização aproximada das áreas em conflito	89
Figura 8: Planta da segunda área em disputa (380 ha)	100
Figura 9: Colônia Marangatú: Força policial e caminhões utilizados no despejo dos camponeses	101
Figura 10: Colônia Marangatú: Residências de posseiros destruídas por jagunços.....	102
Figura 11: Colônia Marangatú: Escola básica da comunidade Santa Luzia	104
Figura 12: Colônia Marangatú: Cinza de casa incendiada pelos supostos proprietários	108
Figura 13: Comunidade Santa Luzia: Incêndio que destruiu escola básica	108
Figura 14: Colônia Marangatú: Queijos produzidos pela família camponesa	119
Figura 15: Colônia Marangatú: Ordenha das vacas	120
Figura 16: Colônia Marangatú: Instalação para ordenha destruída pelos “supostos proprietários”	121
Figura 17: Pato Bragado: Criação de porcos	121
Figura 18: Pato Bragado: Diversidade de produções de autoconsumo e subsistência	122
Figura 19: Colônia Marangatú: Silo de comercialização de insumos e produtos agrícolas..	124
Figura 20: Paraguai: Evolução do desflorestamento da Mata Atlântica (1915 a 2009).....	131
Figura 21: Paraguai: Monitoramento do desflorestamento da Mata Atlântica (2014).....	132
Figura 22: Paraguai: Espacialização do cultivo de soja 2013/2014	135
Figura 23: Colônia Marangatú: Plantação de soja	138
Figura 24: Colônia Marangatú: Plantações de milho e trigo	139
Gráfico 1: Colônia Marangatú: Períodos de maiores migrações de brasileiros para o Paraguai	79

Gráfico 2: Colônia Marangatú: Número de famílias de posseiros ocupando os lotes em 2000/2005/2010 (2.923ha)	93
Gráfico 3: Paraguai: Menta - Número de propriedades, área cultivada e produção.....	113
Gráfico 4: Paraguai: Relação de empregos permanentes e temporários (1991/2008)	117
Gráfico 5: Paraguai: Estrutura fundiária por estrato de área e área ocupada (CAN 1991/2008).....	126
Gráfico 6: Paraguai: Estrutura fundiária por estrato de área e número de propriedades (CAN 1991/2008).....	126
Tabela 1: Colônia Marangatú: formas de apropriação da terra (1960-1980)	86
Tabela 2: Paraguai: Menta – Por estrato de área, N° de propriedades, área e produção (2008)	114
Tabela 3: Paraguai: Algodão – N° de propriedades, área e produção	116
Tabela 4: Paraguai: Estrutura fundiária (CAN 1991/2008).....	127
Tabela 5: Paraguai: Área semeada, produção e rendimento da soja (1997 a 2014)	134
Tabela 6: Paraguai: Área plantada com milho, trigo, canola e girassol (2013-2014).....	136
Tabela 7: Paraguai: Evolução da exportação de soja	136
Tabela 8: Brasil: Área semeada, produção e rendimento da soja (1997 a 2014)	137
Tabela 9: Paraguai: Produtividade da soja (1997 a 2014)	147
Quadro 1: Paraguai: Entrada de migrantes brasileiros (1950 a 1984)	54
Quadro 2: Municípios de origem dos migrantes pesquisados	80
Quadro 3: Número de famílias ocupantes da área (380 ha) e seus destinos após os despejos	106

LISTA DE SIGLAS

APS: Associação dos Produtores de Soja do Paraguai

BNF: Banco Nacional de Fomento

CAN: Censo Agropecuário Nacional

CAPECO: Câmara Paraguaia de Exportadores e Comercializadores de Cereais e Oleaginosas

CEPAL: Comissão Econômica da América Latina e do Caribe

CERI: Centro de Estudos Rurais Interdisciplinares

CODEHUPY: Coordenação dos Direitos Humanos do Paraguai

CONBIO: Comissão Nacional de Biossegurança

CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento

CITLA: Companhia de Terras Clevelândia Industrial e Territorial Ltda

IBEL: Indústria de Alimentos IBEL Paraguaia S.R.L

IBR: Instituto do Bem Estar Rural

INDERT: Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra

IPARDES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

MAG: Ministério da Agricultura e Pecuária

MIRAD: Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

OGM'S: Organismos Geneticamente Modificados

ONU: Organização das Nações Unidas

PNRA: Plano Nacional de Reforma Agrária

RFO: Região Fronteiriça Oriental

SENAVE: Serviço Nacional de Qualidade e Sanidade Vegetal

UNA: Universidade Nacional de Assunção

INTRODUÇÃO

A fronteira entre Brasil e o Paraguai é caracterizada por conflitos sociais diversos, verificados na expropriação, expulsão, violências, dentre outros. Estes conflitos possuem relação, sobretudo, com as características da apropriação da terra, marcada pelas ilegalidades.

As ilegalidades e os conflitos na apropriação da terra nos espaços fronteiriços entre o Brasil e o Paraguai, foram intensificados com o avanço da “frente pioneira” capitalista nesses espaços a partir do grande fluxo migratório de brasileiros para o território paraguaio, principalmente no decorrer da década de 1970.

A migração de brasileiros para o Paraguai foi proporcionada por um conjunto de fatores combinados, verificados no território brasileiro e paraguaio. Nesse contexto, acordos políticos e econômicos firmados entre os governos militares dos países foram decisivos para promover a ocupação e desenvolvimento de atividades agrícolas por migrantes brasileiros em território paraguaio.

Portanto, foram relações político-econômicas internas e entre os governos dos países que possibilitaram a entrada de milhares de brasileiros no Paraguai, dentre estes, camponeses, posseiros e trabalhadores braçais. Mas, também favoreceram empresas imobiliárias estrangeiras e latifundiários a comprarem grandes áreas de terra, principalmente nos departamentos fronteiriços com o Brasil. Algumas destas áreas foram, ao longo do anos, sendo transformadas em projetos de colonização.

Durante os anos da década de 1960 foram fundadas diversas “colônias brasileiras” privadas no Paraguai, principalmente nos departamentos de Alto Paraná e Canindeyú. Dentre essas colônias destaca-se a Colônia Marangatú, pertencente até 1973 ao departamento de Alto Paraná (atualmente pertence ao departamento de Canindeyú).

Parte das terras da Colônia Marangatú era de propriedade do argentino Carlos René Segin, dono também da Colonizadora Marangatú. A ela coube realizar a “colonização” das terras às margens do rio Paraná, sobretudo com brasileiros vindos dos estados do Sul do Brasil.

Devido à intensificação da entrada de migrantes brasileiros, a partir da assinatura do Tratado de Itaipu, somada a corrupção das autoridades militares do Paraguai ligadas ao governo Stroessner (1954-1989), a Colonizadora Marangatú perdeu o controle do processo de apropriação da terra pelos migrantes e não terminou a venda e titulação dos lotes, abandonando parte de suas terras no início dos anos de 1980 sem conceder escrituras aos ocupantes.

Mesmo antes de a Colonizadora abandonar a Colônia, a ocupação das terras não comercializadas e não tituladas por ela foi realizada entre os migrantes brasileiros e paraguaios com o respaldo das autoridades do destacamento militar de Marangatú, as quais eram responsáveis pela elaboração de contratos de compra e venda destes lotes.

Portanto, a ocupação das terras ocorreu a partir de contratos de compra e venda do direito de posse firmados entre as partes interessadas. A ocupação e a produção nas terras ocorreu sem muitos conflitos até o início dos anos 2000, apesar da posse ser garantida apenas por meio de contratos de compra e venda (contratos de gaveta).

Mas, a partir daquele momento, com a intensa expansão das atividades agrícolas ligadas ao agronegócio da soja, principalmente a partir da década de 1990, houve grande valorização das terras da região, aguçando os interesses de grileiros e latifundiários sobre as terras não tituladas ou escrituradas de Marangatú.

No contexto de expansão do agronegócio e de valorização das terras da região, iniciaram-se expedientes de grilagens das terras não tituladas da Colônia, desdobrando-se em expropriações, violências e expulsões de camponeses *brasiguaios* e paraguaios, que realizavam produções nas áreas a partir da compra do direito de posse de terceiros, algumas destas compras realizadas a mais de 30 anos.

Esses conflitos pela posse da terra na Colônia Marangatú pedem respostas à geografia e ao geógrafo, pois, eles têm se desdobrado perversamente, sobretudo, para camponeses paraguaios e *brasiguaios*, para trabalhadores e indígenas que tem suas terras, postos de trabalho e os territórios esbulhados pelos interesses latifundiários grileiros, sob a ótica das produções do agronegócio no Paraguai

Mas, na Colônia Marangatú verificam-se outros conflitos para além das disputas pela posse da terra, embora todos apresentem elos entre si e se conectem a uma cadeia superior, norteadas pelo avanço das produções do agronegócio. Alguns destes conflitos não se apresentam de forma evidente quanto outros, pois, devido às ações hegemônicas impostas pelos atores que compreendem o complexo sojeiro, na maioria das vezes, tais conflitos passam praticamente despercebidos ou então, são silenciados pela ordem dominante.

Portanto, buscou-se interpretar o processo de apropriação da terra na Colônia Marangatú-PY a partir de expedientes de grilagens de terra, falsificação de documentos, violências de diversas naturezas, corrupção de autoridades paraguaias dentre outros. Verificamos, também, quais as relações das apropriações das terras não tituladas com os interesses do agronegócio latifundiário na região.

Para compreendermos os conflitos pela apropriação da terra na Colônia Marangatú, dividimos em cinco etapas os levantamentos empíricos. Na primeira etapa, investigamos as origens de antigos moradores da Colônia. Ao mesmo tempo tomamos conhecimentos de quais os sujeitos envolvidos nos conflitos e disputas pela apropriação das terras.

Na sequência, coletamos informações com moradores do município de Pato Bragado/PR, pois é grande a presença de *brasiguaios* que retornaram da Colônia Marangatú e fixaram residência neste município.

Ainda nessa primeira etapa, outra importante fonte utilizada para o levantamento de informações foram os jornais impressos de circulação diária no Oeste do Paraná e na microrregião de Marechal Cândido Rondon, *O Paraná* (Cascavel) e *O Presente* (Marechal Cândido Rondon/PR). Recorremos, também, aos periódicos ou portais de notícias vinculadas à internet; *Correio do Lago* (Santa Helena/PR), *Aquiagora.net* e *Portal Rondon* (Marechal Cândido Rondon) e *ABC Color* (Assunção-PY).

A segunda etapa de coleta de informações empíricas, realizamos a partir da aplicação de quatro questionários a *brasiguaios* envolvidos nos conflitos de terra na Colônia Marangatú, mas que não residem mais na Colônia. Dois deles residem no município de Pato Bragado (PR) e dois estabeleceram residência em Marechal Cândido Rondon (PR). Realizamos, também, a coleta de informações junto a um ex-funcionário¹ da Colonizadora Marangatú, residente na cidade de Marechal Cândido Rondon.

Na terceira etapa, fizemos um trabalho de campo no Paraguai, no qual foram aplicados questionários aos envolvidos nos conflitos pela propriedade da terra, durante o mês de junho de 2014, quando permanecemos por cinco dias aplicando nove questionários a *brasiguaios* envolvidos nos conflito pela posse da terra em Marangatú.

¹ Como forma de preservar os verdadeiros nomes dos pesquisados, ao citarmos trechos de entrevistas e depoimentos nesta dissertação, utilizaremos nomes fictícios. Um dos *brasiguaios* permitiu que gravássemos suas respostas do questionário, e trechos estarão descritos no decorrer do trabalho.

Do total de treze questionários, nove foram aplicados a camponeses *brasiguaios* envolvidos na disputa da posse de uma área de 380 hectares (ha). Os questionários restantes (quatro) foram aplicados a camponeses *brasiguaios* de outra área em conflito, de 2.923 ha. Ambas encontram-se na Colônia Marangatú.

A quarta etapa dos levantamentos, ocorreu durante o mês de novembro de 2014, quando fomos novamente até a Colônia Marangatú para coletarmos informações. Durante os quatro dias na Colônia, registramos diversas fotografias na área do conflito, pois, alguns dias antes, famílias *brasiguaias* haviam sofrido novo processo de despejo, inclusive os supostos proprietários atearam fogo em duas residências e na escola da comunidade Santa Luzia, em Marangatú.

Na quinta etapa, realizamos entrevista com um latifundiário brasileiro, proprietário de grande área de terra de posse, adquirida de camponeses *brasiguaios* que deixaram a Colônia, muitos deles expropriados e expulsos pela intensificação do agronegócio e pelos conflitos derivados dessa expansão. Portanto, no total, foram aplicados treze questionários (anexo 1) e uma entrevista (anexo 2). Acrescentamos observações e anotações de campo realizadas com os moradores da Colônia.

A partir de questionários, entrevista e depoimentos de diversos camponeses *brasiguaios* envolvidos nos conflitos pela posse da terra em Marangatú, foi possível reunirmos informações de base empírica, fundamentais para a elaboração da pesquisa, que está dividida em três capítulos.

No primeiro capítulo, tratamos sobre as abordagens de fronteira na Geografia. As discussões iniciais do termo fronteira estão relacionadas às características territoriais estatais, principalmente entre alemães e franceses. Fizemos a discussão de fronteira entre territórios (política e econômica), a partir das relações sociais em movimento.

No segundo capítulo, abordamos as aproximações entre governos brasileiro e paraguaio e os acordos político-econômicos como fatores motivadores da migração de brasileiros para o Paraguai. Somado a isso, destacamos que os diversos conflitos no campo brasileiros atrelados a apropriação capitalista da terra, “modernização” da agricultura, construção de Itaipu dentre outros, também contribuíram para o processo migratório. Apresentamos referenciais teóricos acerca da constituição de um novo sujeito na fronteira entre Brasil e Paraguai – os *brasiguaios*.

No terceiro capítulo, realizamos abordagem sobre a configuração do espaço agrário do Leste do Paraguai, especialmente na Colônia Marangatú. Resgatamos as características da apropriação da terra antes e depois da migração de brasileiros para o território paraguaio.

Apresentamos o processo de constituição da Colônia Marangatú, verificados na apropriação da terra, as dificuldades enfrentadas pelos camponeses *brasiguaios* nos conflitos fundiários.

Neste capítulo terceiro, ainda apresentamos as implicações socioeconômicas oriundas do avanço das relações capitalistas no espaço agrário da Colônia, principalmente aquelas que atingem as relações de produção de autoconsumo e subsistência de camponeses *brasiguaios* na fronteira. Apresentamos, também, os principais impactos socioambientais causados pelas produções do agronegócio, sobretudo vinculados aos atores hegemônicos do “complexo sojeiro” e das produções transgênicas no Paraguai.

Portanto, entendemos os conflitos pela posse da terra entre camponeses posseiros, grileiros, latifundiários sojeiros, além dos conflitos nas relações de trabalho e produção na Colônia Marangatú, é fundamental para desvendarmos quais são os nexos fundantes das relações de poder verificadas no espaço agrário e na configuração sócio-espacial da fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

CAPÍTULO 1

FRONTEIRA E GEOGRAFIA

1.1 - ABORDAGENS SOBRE O TEMA FRONTEIRAS NA GEOGRAFIA

O estudo sobre tema fronteira é realizado na Geografia desde o surgimento desta ciência, no final do século XIX. Nessa trajetória, houve a interpretação da fronteira a partir de diferentes parâmetros teórico-metodológicos, culminando em diversas abordagens e compreensões.

Os principais debates sobre a temática de fronteira aconteceram antes mesmo da Geografia se constituir enquanto ciência e foram travados, principalmente, durante o processo de unificação política da França e da Alemanha. Portanto, as primeiras interpretações sobre a temática de fronteira estiveram vinculadas ao caráter político-territorial interestatais, como a França e Alemanha durante o século XIX e na primeira metade do século XX.

Antes desse contexto, é possível verificar preocupação e vínculos estatais do tema fronteira com as disputas entre ingleses e franceses presentes na “guerra de sucessão”, quando a fronteira foi compreendida como elemento de controle e de limite territorial onde, nesse caso, o Reino exerce a sua soberania. A partir dos desdobramentos desse conflito e da vitória da França, introduziu-se o conceito de “equilíbrio europeu” como principal regulador das relações externas no continente. Portanto, nesse momento a interpretação de fronteira ganhou a conotação geopolítica, emergindo leituras sobre o cálculo geopolítico (MARTIN, 1994, p. 38). “Para além das lutas religiosas e dinásticas, inaugurava-se assim a época do cálculo geopolítico nacional nas relações exteriores, ainda que não se usasse essa expressão” (MARTIN, 1994, p. 38).

Os desdobramentos das disputas entre França e a Alemanha promoveram novas interpretações de fronteira, direcionadas ao conteúdo geopolítico das relações interestatais.

Devido à interpretação geopolítica dada a fronteira “as doutrinas de fronteira” passam a disputar a hegemonia dentro do aparelho de Estado (MARTIN, 1994, p. 40). De modo geral, os franceses defendiam as doutrinas de fronteiras que refutavam a ideia de “fronteira natural”, ou seja, para eles as fronteiras deveriam ser construções sociais. Os alemães defendiam as fronteiras naturais, mas nunca as respeitaram. Em ambas as doutrinas havia a contradição entre a teoria e a prática.

Embora os franceses teoricamente nunca chegassem a eleger as “fronteiras naturais” como uma “doutrina de Estado”, elas, no entanto, na prática foram insistentemente perseguidas: o Reno, os Alpes, o Jura, os Pirineus... Em contraste, os alemães defenderam as “fronteiras naturais” no discurso mas, em compensação, não as respeitaram na prática (MARTIN, 1994, p. 40).

Portanto, se para os franceses as “fronteiras naturais” eram menosprezadas e tratadas como secundárias, teoricamente, para os alemães, elas eram concebidas como fundamentais para demarcar o poder e controle do território. Ter fronteiras evidentes vinculava-se a noção de unidade e dificultaria a fragmentação, o que representaria o principal problema dos alemães.

Como lhes faltavam as “fronteiras naturais”, os alemães vislumbraram na identidade linguística a possibilidade de criar uma fronteira a partir de elementos socioculturais semelhantes entre si. A inserção desse novo elemento serviu como fermento ideológico para a unificação e o posterior expansionismo alemão, além de provocar grandes debates e confusões sobre o alcance do termo fronteira (MARTIN, 1994, p. 40).

Somados as dificuldades para definir os contornos devido à desarticulação interna, os alemães aprofundaram as análises de fronteira com intuito principal de redefinir os limites territoriais que lhes eram desfavoráveis para expansão e desenvolvimento nacional.

Nas expoentes abordagens sobre o tema de fronteira na Geografia destacam-se as teorias de Friedrich Ratzel (1987[1897]; 1988[1898]) e Jaques Ancel (1936; 1938). Estes autores foram paradigmáticos nas abordagens sobre a temática de fronteira. Suas obras clássicas da Geografia Política fizeram as primeiras interpretações sobre o tema de fronteira na Geografia, principalmente Ancel (CATAIA, 2010, p. 11).

Nesse período, o paradigma positivista norteou a trajetória de interpretação do tema de fronteira na Geografia, principalmente, pelas abordagens de Ratzel (1987; 1988) e o seu determinismo ambiental. Suas análises sobre as fronteiras buscavam legitimar o processo de expansionismo de Estado sobre novos territórios. Portanto, a fronteira para Ratzel estava relacionada ao movimento do Estado-Nação sobre outros territórios, buscando, sobretudo, o

controle e exploração das riquezas naturais. Esse processo está relacionado à tese do *espaço vital*.

Na análise de fronteira de Ratzel (1987; 1988) ainda, o conteúdo político e territorial de Estado são os elementos que nortearam suas interpretações. O empirismo e a descrição foram os métodos que direcionaram ao pragmatismo de sua teoria e as tipologias de fronteira². Ratzel buscou “construir uma tipologia que tivesse a função e orientar os Estados na construção de seus territórios – numa apreensão pragmática –, afinal Ratzel afirmava que toda questão de fronteira era antes uma questão territorial” (CATAIA, 2010, p. 13).

Ancel (1938), na década de 1930 também caracterizou as fronteiras por meio de tipologias. Algumas interpretações de fronteira se aproximavam da perspectiva geopolítica de Ratzel, enquanto outras destoavam significativamente das interpretações ratzelianas. Portanto, entre os autores existem diferenças a serem resguardadas e analisadas nas suas particularidades.

Nesse contexto, Ancel (1938) trouxe a tipologia de fronteira inovadora, transcendendo as análises restritas às fronteiras estatais dominantes nesse período. Para isso, Ancel cunhou a tipologia de *fronteiras humanas*, caracterizada como aquelas produzidas pelas sociedades.

Nesta tipologia de fronteira, Ancel definiu dois subtipos: *fronteira de pressão* e *fronteira de civilização*. A *fronteira de pressão* é atribuída pelas isóbaras políticas, caracterizadas pelo equilíbrio entre linhas de igual pressão (ANCEL, 1938 *apud* CATAIA, 2010, p. 14).

Segundo Ancel (1938 *apud* CATAIA, 2010, p. 14) ainda, a *fronteira de civilização* é marcada pela sua maior permanência em relação à *fronteira de pressão*, não sendo dissolvidas por conflitos territoriais entre Estados ou por acordos diplomáticos.

Embora para Ancel (1938) as *fronteiras de civilização* sejam incertas, complexas e de ênfase aos processos sociais relacionados às questões de religiões e línguas, nestes espaços, elas vão além dessa perspectiva. Podemos relacioná-las aos processos de movimentos das *frentes de expansão* e das *frentes pioneiras*, relacionadas aos processos de expansão, ocupação e intensificação das relações, principalmente, econômicas das fronteiras internas aos Estados pela sociedade “civilizada”.

Considerando as abordagens de Ratzel sobre fronteiras, as discussões se restringiram aos territórios entre os Estados. Ancel foi além das análises das fronteiras interestatais de

²Ratzel (1987; 1988) divide as fronteiras em três grupos: fronteiras políticas, fronteiras naturais e fronteiras artificiais.

Ratzel, embora muito superficialmente, o que foi insuficiente para compreender os inúmeros processos sociais e territoriais presentes nestes espaços.

Mas, para pensar nessa perspectiva de fronteira é necessário ultrapassarmos a acepção política de limite entre Estados-nacionais e atribuí-la o caráter de movimento no interior dos territórios. Estes movimentos podem ser de âmbito social, econômico, cultural dentre outros. A combinação destes elementos e o seu movimento nos territórios é o combustível para conflitos e disputas de diversas naturezas na fronteira.

Como o objeto de análise dessa dissertação é o estudo dos conflitos no espaço de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, aprofundaremos a discussão, com intuito de interpretar o movimento e expansão das relações econômicas, políticas, culturais dentre outras, inerentes aos processos hegemônicos do modo capitalista de produção nos espaços de fronteira.

Portanto, o espaço de fronteira compreende inúmeros processos sociais forjados nos limites dos territórios construídos nos espaços de apropriação e expansão desigual e contraditória das relações sociais de produção.

Na perspectiva de fronteiras territoriais (política e econômica) interestatais ou internas aos territórios, o Estado atua como regente do conjunto de relações sociais e dos processos territoriais nesses espaços. Embora, as ações estatais podem apresentar condições de que em momentos exista forte presença e noutros certa ausência, como verificamos nos conflitos na apropriação da terra na fronteira.

Além do Estado, existem outros atores redefinindo e dando forma aos espaços fronteiriços tais como os movimentos sociais, as empresas, proprietários, grileiros, posseiros, Igreja dentro outros.

Portanto, analisarmos a fronteira demanda compreendermos o espaço e sua multiplicidade de fatores, ou seja, os diversos “atores” presentes nesses territórios e suas respectivas dinâmicas.

A fronteira é um fenômeno político, construído pela dinâmica econômica e cultural presente nas relações sócio-históricas, ou seja, é um fenômeno estabelecido pelos processos sociais e territoriais presentes no espaço-tempo. Pensar a fronteira nesta perspectiva requer a ampliação de olhares para o conjunto dos agentes norteadores dos processos e das dinâmicas territoriais presentes no espaço geográfico fronteiriço.

A partir do momento da intensificação das relações mercadológicas, com a expansão do modo de produção capitalista, houve a necessidade de demarcar as fronteiras entre as nações. Mas, para favorecer o fluxo de capitais e mercadorias aos mercados globais, a partir do advento da globalização, se criaram mecanismos de “enfraquecimento” ou “flexibilização”

das fronteiras com a formação dos blocos supranacionais. No entanto, são mecanismos contraditórios, pois, se por um lado os blocos econômicos enfraquecem as fronteiras comerciais, por outro lado, as fortalecem com medidas protecionistas alfandegárias e controle da migração, por exemplo.

Nesse sentido, é necessário abordarmos sobre fronteira para além da dimensão estatal. Estudarmos as fronteiras internas é fundamental para compreendermos os inúmeros processos sociais entre os territórios. Portanto, a fronteira é o resultado do encontro/separação de territórios e é isso que discutiremos na sequência.

Os territórios não são produzidos, redefinidos, destruídos e recriados apenas nos espaços limítrofes entre países. Território é uma construção social. De acordo com Raffestin (1992), o território é a natureza apropriada pelos homens e também a prisão que ele (homem) criou para si mesmo. Logo, o território denota de um espaço sob domínio, controle e poder de um indivíduo, categoria, classe social e Estado.

A faixa mais ou menos ampla de limite entre os territórios forma o espaço de fronteira que pode ser espaço entre territórios nacionais ou internos à nação. Dessa forma, podem existir fronteiras entre Estados, unidades político-administrativas ou internas à nação ou ainda aquelas que não estão sob controle das forças político-estatais, como por exemplo, a fronteira entre o território camponês e o território do agronegócio latifundiário (FABRINI, 2014, p. 93).

Portanto, no interior dos Estados-nações são construídos inúmeros territórios de diversas naturezas e escalas, como também elevam-se fronteiras internas que, se por um lado separam os sujeitos, por outro lado permite aproximações, mediante negociações e conflitos de classe diversos.

As fronteiras e os territórios inerentes a estes espaços não são elementos estáticos. Pelo contrário, apresentam relações sociais mescladas por dinamismos materiais e simbólicos nas diversas esferas da vida social. Relações sociais dinâmicas pautadas por conflitos ou por aproximações entre indivíduos, classes sociais e entre Estados.

Como o foco deste trabalho está voltado à compreensão da apropriação e dos conflitos pela terra na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, pretendemos, na sequência, discutir os processos sociais e territoriais desta fronteira (política e econômica) numa perspectiva territorial e de movimento ou como Turner (2004) denominou de *fronteira em movimento*.

Nessa perspectiva, utilizamos o conceito de fronteira em movimento para compreender a expansão das relações socioeconômicas na fronteira entre o Brasil e o

Paraguai, provocada pela intensificação do processo de migração de brasileiros para o Leste paraguaio, numa relação de ocupação e apropriação capitalista da terra.

Todavia, o conceito de *fronteira em movimento*, cunhado por Turner, deve ser interpretado e construído a partir de relações de múltiplos sujeitos e atores que atuam nos espaços de fronteira, ou seja, a fronteira foi e é moldada a partir dos conflitos e nas disputas pelos territórios.

O espaço de fronteira entre o Brasil e o Paraguai está sendo construído a partir do movimento das relações capitalistas e não-capitalistas. A ausência do Estado é um dos nexos fundantes dos conflitos territoriais no espaço agrário de fronteira. Percebemos a ausência do Estado nos descontroles e nas ilegalidades na apropriação da terra. Porque nessa fronteira o Estado tem-se “isentado” e a “lei” e “ordem” são estabelecidas por indivíduos, grupos e classes na direção dos seus interesses econômicos e políticos, principalmente.

Portanto, a fronteira dos territórios entre o Brasil e o Paraguai deve ser interpretada considerando a aproximação político-econômica entre os Estados, mas, também a partir das relações econômicas e políticas presentes nos territórios, sobretudo, no movimento da fronteira.

A partir da expansão das relações capitalista entre os territórios, outras interpretações sobre o tema de fronteira realizamos, destacando-se as abordagens e interpretações sobre o tema fronteiras, tais como aquelas feitas por Turner (2004), Velho (1976), Martins (2009), Martin (1994), Waibel (1979) Becker (1990) e Oliveira (1990), dentre outras.

Dos autores citados, alguns restringem suas análises ao conteúdo e aos elementos econômicos, desprezando o conjunto de relações sociais e os conflitos que configuram os espaços de fronteira. Outros se debruçam em desvendar os conflitos que a expansão desigual e contraditória das relações capitalistas provoca nos espaços de fronteira.

As relações sociais estabelecidas nos espaços de fronteira, sejam de conflitos ou de aproximações, são configuradas pelas construções territoriais, ou seja, a partir da apropriação e controle de territórios por agentes diversos. Portanto, a fronteira geográfica se estabelece entre territórios.

A partir dos estudos de Turner (2004) sobre o processo de “colonização” do território de Leste para Oeste dos Estados Unidos da América (EUA), se forjaram novas interpretações sobre a fronteira. Estas análises relacionavam-se ao movimento das relações sociais, norteado, sobretudo, pelo caráter econômico e democrático no decorrer do avanço da fronteira em direção ao Oeste.

Dessa forma, o conhecido historiador estadunidense Frederick Jackson Turner que escreveu, no final do século XIX, o trabalho intitulado “The Significance of The Frontier in American History”, cunhando a interpretação relacionada ao conceito de *fronteira em movimento*. Turner (2004) partiu da tese de fronteira democrática, a terra das oportunidades aos “pioneiros”.

A referida tese de fronteira (*frontier thesis*) de Turner contestou a ideia que a ocupação dos Estados Unidos se deu a partir de fatos políticos baseados em feitos de grandes homens. Essa tese foi defendida pela historiografia estadunidense até o final do século XIX. (AVILA, 2013, p. 9).

Para Turner não foram somente os acontecimentos políticos que nortearam o processo de ocupação do Oeste, mas, também, a partir da intensificação das relações econômicas contidas no avanço dos *frontiersmen* (homens de fronteira).

Turner (2004) construiu uma teoria de fronteira para além do sentido político. Essa teoria interpretava a fronteira partindo do sentido econômico que se intensifica por meio da penetração dos *frontiersmen* (homens de fronteira) para o interior do território estadunidense. Além disso, as “terras livres” da fronteira e a ausência do Estado contribuíram para a rápida ocupação, o que teria promovido novas e dinâmicas relações sociais capitalistas na fronteira, sobretudo, o processo de expansão da fronteira econômica sobre as “terras livres” forjou o caráter democrático e o conteúdo de nação para os EUA.

Portanto, a ideia central da tese de Turner (2004) afirma que os elementos norteadores de fronteira - as “terras livres” e a ausência do Estado, contribuíram para as formas democráticas de organização social estadunidense. Todavia, desconsiderava as relações de conflito entre os *frontiersmen*, muito menos a dizimação dos povos indígenas que caminhava junto ao movimento da fronteira.

Segundo Avila (2013, p. 9), a *frontier thesis* de Turner afirma que a ocupação da fronteira de Leste rumo a Oeste dos EUA proporcionou o surgimento da democracia e teria forjado o conteúdo de nação. Também as características do processo de expansão dos *frontiersmen* sobre as “terras livres” eram fomentadoras do processo democrático, por conseguinte, a formação do caráter nacional.

Portanto, os elementos norteadores do deslocamento do *frontiersmen* e suas relações nestes novos espaços apropriados pelas relações capitalistas, se sobrepujam aos fatores políticos, ou seja, não foram as ações políticas as balizadoras da ocupação do Oeste, mas a expansão espontânea dos homens de fronteira sobre as “terras livres”.

[...] o desenvolvimento histórico dos Estados Unidos havia se dado graças à existência das chamadas ‘terras livres’ a Oeste, únicas em quantidade e extensão. Em outras palavras, a constante expansão da fronteira ocidental teria sido o motor que engendrou o surgimento da democracia norte-americana e o caráter nacional daquele país. De maneira simples, mas extremamente eficaz, ele chamava a atenção para os fatores extrapolíticos que moldavam os acontecimentos e inaugurava um tipo de escrita histórica que pleiteava a unicidade da experiência norte-americana e sua excepcionalidade. (AVILA, 2013, p. 9)

De modo geral, para Turner (2004) a fronteira é livre e democrática, pois este espaço possui “terras livres” em vista da ausência do Estado. A ausência estatal significaria presença de democracia. Segundo o autor, a fronteira seria democrática também porque possibilitava a constituição e reprodução da agricultura camponesa. O Homestead Act³ (Ato da Terra), de 1862, permitiu acesso à terra aos pequenos agricultores (*farmer de fronteira*) na ocupação do Oeste estadunidense. Portanto, as terras da fronteira contribuíram para solucionar, naquele momento, a questão agrária norte-americana.

O conteúdo democrático e a criação da nacionalidade americana foram forjados nos espaços de fronteira. A nacionalidade americana foi construída a partir do encontro de colonos ingleses e colonos de diversas nacionalidades, enquanto avançava a fronteira rumo a Oeste. Devido ao contínuo afastamento da fronteira da costa Leste e da influência inglesa, crescia a auto-suficiência dos colonos. As trocas de ideias e experiências entre eles, ao longo de muitos, anos teria possibilitado a formação de uma única nacionalidade – a americana (STADNIKY, 2007, p. 4).

A democracia dos EUA é o resultado principal da fronteira. Um dos principais elementos forjadores do conteúdo democrático foi o individualismo dos colonos que ali foram se fixando. Desse individualismo fortaleceram as bases políticas para formação de um “auto-governo” próprio, inclusive acima do governo nacional. A base política forte no espaço de fronteira do Oeste teria influenciado na organização política do Leste e desempenhado papel importante na construção da democracia.

³ Tratou-se de lei, sancionada pelo Presidente Abraham Lincoln, em 20 de maio de 1862. O objetivo era conceder terras (160 acres ou 65 ha) a baixo custo aos pequenos produtores, desde que fossem chefes de família e tivessem 21 anos ou mais. Os produtores deveriam permanecer nos lotes por período mínimo de cinco anos e pagar uma pequena taxa de administração. O preço da terra era marcadamente simbólico, o que facilitou a entrada na terra ao maior número de trabalhadores camponeses, entretanto, representou uma reforma agrária nos limites do capitalismo liberal (GONÇALVES, 2014). Disponível em: <<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=81822>>. Acesso em: 24 de Ago. 2015.

Embora a fronteira desempenhasse um importante papel na criação da nacionalidade americana ela teve um papel ainda mais significativo na evolução da democracia, em parte através de sua tradição de individualismo. Na fronteira o individualismo foi colocado acima de um governo forte em razão de o povo discordar de ter alguém lhe ditando o que fazer. Disto resultou que os colonos mantivessem o governo em suas mãos impedindo que fossem governados por poucos. Além disso, a fronteira promoveu a democracia através do voto, ou do direito ao voto, pois ali os governantes foram mais rápidos e ágeis que os do Leste para relaxar as exigências do voto para os homens, forçando idênticas providências para a costa Atlântica. Assim, o aumento de eleitores reforçou a participação no governo tornando-o mais democrático. (STADNIKY, 2007, p. 4-5).

Na perspectiva de Turner, a democracia e o caráter nacional dos EUA não foram elementos construídos na costa Leste Atlântica – industrializada e urbanizada. Esses elementos teriam sido forjados com a ocupação da fronteira a Oeste – agrária e rural. Outra característica importante para construção do processo democrático foi o crescente número de eleitores, resultando na maior participação nas decisões políticas, favorecendo a descentralização das determinações do governo e, dessa forma, teria fortalecido a democracia.

A tese de fronteira de Turner representou uma leitura do processo de construção da nação americana e de sua democracia. Todavia, ao analisarmos criticamente o processo de construção da teoria de Turner sobre a fronteira, verificamos que sua tese não passou de uma interpretação reconfigurada de um *Mito de Fronteira*. No caso dos EUA, o *Mito de Jardim*.

O *Mito de Jardim* se assentava no caráter agrário em que se desenvolveu a ocupação do Oeste dos EUA e devido às características democráticas das comunidades agrícolas. A tese de Turner contribui para ratificar a ideia da fonte de riqueza dos homens seria da agricultura do Oeste americano. O vale do Mississipi, devido à determinação e a frugalidade dos agricultores, transformou-se num jardim, instituindo na imaginação o Jardim do Mundo, instaurando-se como símbolo dominante durante o século XIX (STADNIKY, 2007, p. 6).

Segundo Stadniky (2007, p. 6), a exaltação do *Jardim* enquanto símbolo vem dos escritos políticos realizados ainda durante o século XVIII e relacionavam-se ao contexto da fisiocracia e da influência da teoria social agrária, nascida da agricultura do Oeste. Para tanto, Turner faz o resgate das doutrinas agrárias de Thomas Jefferson e do seu ideal agrário e as relacionou com a democracia de fronteira. A utilização das metáforas que expressavam a fecundidade, o crescimento, o desenvolvimento, dentre outras, contribuíram para a legitimação da tese de Turner.

Stadniky (2007) aponta:

Neste símbolo foram incorporadas metáforas que expressavam a fecundidade, o crescimento, o desenvolvimento e o trabalho abençoado da terra, elevando o agricultor idealizado à uma figura heróica munida de seu instrumento sagrado, o arado. A idéia de jardim do mundo passou a expressar as aspirações da sociedade americana e o conteúdo narrativo impresso pela figura do agricultor do Oeste deu-lhe as características de mito. A imagem de um paraíso agrícola no Oeste, incorporando as memórias grupais de um estágio de sociedade, mais simples, primitivo e feliz, sobreviveu como uma força no pensamento e na política americana. (p. 6).

A exaltação das metáforas feita por Turner permitiu criar a imagem do agricultor como herói da nação, elevando-se como mito responsável pelo desenvolvimento e progresso americano, tendo como excelência à sua lógica individual, porém, caracterizado pela vida simples e, sobretudo, democrática.

Embora tivesse ocorrido grande propagação na sociedade americana ao longo do século XIX e início do século XX, o *Mito de Jardim* de Turner foi questionado pelo meio científico devido à existência de uma contradição fundamental.

Ao aceitar as teorias de que a civilização passa por estágios, galgando patamares complexos e progressivos, as dificuldades explicativas de sua tese se acentuaram. A teoria de estágios sociais contradizia as afirmativas de Turner porque tal pressuposto relegava aos homens de fronteira o status primitivo e não o avançado de um agricultor virtuoso que trabalha no jardim do mundo.

Tal pressuposto relegava aos homens da fronteira o status primitivo e contradizia diretamente com a imagem do agricultor virtuoso que labora no jardim do mundo. A idéia implicava que o agricultor do Oeste era uma pessoa rude e não-refinada, representante de um estágio primitivo da evolução social. Isso se deve ao fato de a teoria de estágios sociais ser contrária ao conceito do agricultor do Oeste como o sitiante rodeado por um esplendor utópico. (STADNIKY, 2007, p. 9).

Nessa perspectiva, desmoronava a tese do homem de fronteira ser um sujeito avançado, e a partir de suas relações sejam elas laborais ou políticas teriam promovido os princípios da democracia e o caráter nacional que foi conferido ao “pioneiro”.

Diante das contradições, a tese de fronteira de Turner passou a ser colocada em xeque e surgiram novas leituras de cunho crítico. As contestações refutam a existência de “terras livres” e sua relação com a incidência das instituições democráticas. Além disso, se rebate a ideia de o Oeste ter sido válvula de escape para o desenvolvimento urbano e também se desconstruiu o mito do individualismo da fronteira (STADNIKY, 2007, p. 11).

Se a tese de Turner teve a finalidade de entender o significado da fronteira para o americano, serviu também para legitimar os mitos dos vitoriosos conquistadores do Oeste.

Os novos estudos críticos sobre o papel da fronteira na sociedade americana se resumem a essa leitura:

Estudos passaram a clamar por uma história multinacional e multi-étnica para o Oeste, por uma história colonial do Oeste, por uma história social e ambiental do Oeste, por uma história do povo americano-mexicano, por uma narrativa épica do povo Métis, por uma história urbana do Oeste. Passou-se a contestar o espírito criador e inovador do homem do Oeste e se reivindicar uma história dos povos excluídos. (STADNIKY, 2007, p. 11).

Na obra intitulada *Capitalismo Autoritário e Campesinato*, Guilherme Otávio Velho (1976) traz importante discussão acerca dos processos de ocupação das fronteiras em diversos países da Europa Ocidental, dos Estados Unidos e, em especial a do Brasil.

Tratando-se da fronteira dos EUA, Velho (1976) diverge da interpretação de Turner (2004), a qual atribuiu à fronteira *per se* a construção da democracia e do caráter nacional. No entanto, segundo Lattimore *apud* Velho (1976, p. 20), Turner interpretou a fronteira de maneira invertida. Na realidade, são as ações e processos sociais que dão conteúdo e forma aos espaços de fronteira. A combinação destes elementos teriam forjado as características democráticas e o caráter nacional àquele país e não o contrário.

Embora Velho (1976) discorde de Turner (2004) na questão da influência da fronteira *per se* na sociedade estadunidense, ele utiliza também o conceito de “fronteira em movimento” como processo norteador do caso brasileiro – fronteira Amazônica, resguardando as devidas particularidades de cada caso, ou seja, sem fazer transplante automático do conceito de “fronteira em movimento” dos EUA para o Brasil.

Ao tratar da “fronteira em movimento” no território brasileiro, Velho (1976, p. 116) apresenta as atividades econômicas que movimentavam a fronteira ao longo do período colonial. Algumas atividades como a criação de gado, por exemplo, avançavam com mais força rumo ao interior, mas com pouca força para promoverem a ocupação e desenvolvimento do espaço de fronteira. Concentravam-se em núcleos rarefeitos e pouco povoados. A atividade econômica inicial mais importante foi a *plantation* açucareira, no entanto, ficou restrita a fronteira litorânea do Nordeste e, também, a partir da metade do século XVII, entrou em decadência.

Segundo Velho (1976, p. 117), a decadência da *plantation* açucareira contrastou com o crescimento do Centro-Sul, baseado na atividade mineradora em Minas Gerais e,

principalmente, na expansão da cultura cafeeira, caracterizado pelo regime oligárquico autoritário. Destaca também a Marcha para Oeste, na segunda metade do século XX, principalmente. A expansão da fronteira e a produção cafeeira, que se seguiu com a Marcha para Oeste, evidenciam características essencialmente agrárias à ocupação de novas terras.

Resumidamente, para Velho (1976), a fronteira é marcada pela expansão das relações capitalistas pelos países político e economicamente “atrasados”. A expansão ocorre de forma arbitrária, ou melhor, “um modo autoritário de desenvolvimento capitalista” (p. 42). Afirma que o capitalismo autoritário diferencia-se do capitalismo burguês clássico a partir da articulação entre política e economia, e as políticas hegemônicas podem nortear o rumo do processo de modernização e transformação da sociedade.

Se a tese de fronteira de Turner (2004) afirma que a fronteira é democrática, Velho (1976) a interpreta como autoritária, embora ambas as interpretações coloquem a fronteira no contexto de movimento e vinculada no processo geral de acumulação capitalista.

A diferença central entre os autores está condicionada ao processo de ocupação da fronteira. Ao analisar comparativamente a fronteira amazônica e norte-americana, Velho (1976) elaborou crítica à ideia de fronteira democrática. Se o processo de ocupação da fronteira do Oeste dos EUA fortaleceu um capitalismo burguês pela via *Farmer*, no Brasil reforçou um capitalismo autoritário, que recorre a relações não-capitalistas como a latifundiária, a violência e as ilegalidades na apropriação de terra (grilagens) para se reproduzir, expedientes que estão a margem do modelo clássico de acumulação capitalista (FABRINI, 2014, p. 94).

Para exemplificar o capitalismo autoritário, Velho (1976) afirma que o desenvolvimento capitalista ocorreu em países que não passaram por uma revolução política dirigida pela burguesia, como é o caso brasileiro. Os países que não possuíam uma burguesia forte ficaram ao nível econômico em certo “atraso” em relação aos outros países, que se lançaram na vanguarda do desenvolvimento proporcionado pelas burguesias capitalistas. Os países que tomaram a dianteira do desenvolvimento capitalista internacional fizeram certa pressão sobre os países ditos “atrasados” e o Estado foi forçado a comandar as transformações e a modernização da sociedade para não perder seu poder.

[...] a versão autoritária do capitalismo desenvolveu-se naqueles países que não experimentaram uma revolução política comandada pela burguesia. Ao mesmo tempo, essa não-existência duma burguesia forte relacionou-se, ao nível do econômico, com um “atraso” relativo desses países com respeito ao progresso inaugurado pelas burguesias capitalistas que tendiam a dominar a cena mundial. E como os países que se lançaram à frente dum ponto de vista

capitalista adquiriram uma posição de liderança no sistema internacional que fazia pressão sobre os países “atrasados”, o Estado foi forçado nesses países a assumir o comando dum processo de modernização e transformação da sociedade a fim de não submergir [...]. O capitalismo autoritário – ou, mais rigorosamente, o capitalismo com dominância autoritária – é o herdeiro direto de sistemas de repressão da força de trabalho sem nenhum corte revolucionário interveniente. Todavia, é acima de tudo *capitalismo*, não se alternando no que têm de mais geral as características e leis do movimento do capital. (VELHO, 1976, p. 41-42) (grifo do autor).

A partir das interpretações de Velho (1976), é possível fazer relação com o processo de ocupação das fronteiras internas ao território brasileiro. A Amazônica é o exemplo clássico.

O processo de ocupação dessa fronteira foi dirigido pelo Estado brasileiro devido a pressões de atores do sistema capitalista internacional, principalmente relacionado ao capital financeiro e a grandes grupos de monopólios empresariais de caráter multinacional. Embora o lema propagado pelos governos militares (1964-1985) fosse “integrar para não entregar”.

Em suma, entregou-se essa fronteira ao capital internacional de torque monopolista. Somado às céleres frases da época “integrar para não entregar” ou “exportar é o que importa”, a internacionalização da Amazônia foi regado com imensuráveis recursos públicos direcionados ao favorecimento de grandes grupos empresariais de capital estrangeiro e seus projetos territoriais de exploração, a obras de infraestrutura, logística dentre outras. Para completar, grande montante dos recursos nem chegaram a ser empregados nos tais projetos, desaparecendo nos dutos da corrupção de políticos, militares e empresários (OLIVEIRA, 1990).

A ínfima parte dos recursos foi destinada a alguns projetos de “colonização”, pautados em assentar levas de camponeses sem-terra, na grande maioria migrante dos estados da região Nordeste e Sul do Brasil. Mas, sobretudo, o que norteou a atuação política e econômica do Estado, foi a ocupação com grandes empreendimentos agropecuários, de mineração e de extração madeireira na fronteira da Amazônia legal. O desenvolvimento do capitalismo autoritário só foi reforçado por um Estado a partir do golpe civil-militar de 1964. Com base nisso, os indígenas, ribeirinhos, extrativistas, caboclos, posseiros dentre outros foram simplesmente desprezados e suas riquezas esbulharam-se, juntamente como seus territórios e suas culturas.

Embora não sejam apenas em ditaduras que se configuram elementos de um capitalismo autoritário, as próprias características do espaço de fronteira e de seu processo de

ocupação e “modernização forçada” contribuem para tal condição. O Estado, devido à vastidão da fronteira torna-se incipiente, a ordem e a lei são ditadas pelos mais fortes.

O capitalismo autoritário fortaleceu também, contraditoriamente, práticas não-capitalistas na fronteira amazônica. Num primeiro momento, o Estado autoritário, como regente desse processo, mas num segundo momento, a ausência dele ou a presença de uma ordem instituída à sua margem pelos latifundiários, madeireiros, grileiros, jagunços, empresas de mineração dentre outros, comandaram e comandam os processos violentos e de repressão às comunidades fragilizadas, mas, sobretudo, devido à conivência estatal.

Portanto, temos ainda na fronteira Amazônica evidências fortes do capitalismo autoritário, pautado na relação interdependente entre o campo da política e da economia ao nível de Estado.

Mas, as práticas autoritárias e não-capitalistas se fizeram presentes em outros espaços, seguindo o movimento das relações socioeconômicas na fronteira. Na dissertação intitulada *Apropriação Capitalista da Terra e a Formação da Pequena Propriedade em Jales-SP*, o autor, Sedeval Nardoque, apresenta a apropriação capitalista da terra no Noroeste do Estado de São Paulo por meio de ilegalidades, conduzida a partir de diversas grilagens de terra e, inclusive, contanto com apoio de políticos influentes da região e a benevolência de instituições do Estado. Portanto, a apropriação capitalista da terra foi e é concebida por práticas e relações não-capitalistas, tais como: grilagens, falsificações de documentos, corrupção de autoridades dentre outras.

O capitalismo autoritário é muito presente nos espaços de fronteira entre o Brasil e o Paraguai (no lado paraguaio), principalmente, nas áreas de ocupação *brasiguai*, concentrada ao Leste paraguaio. Porém, essa discussão será aprofundada adiante, no capítulo II.

Outro trabalho sobre fronteira que influenciou na Geografia brasileira foi o do geógrafo alemão Leo Waibel, em *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Waibel faz importante abordagem acerca do processo de ocupação das fronteiras, por meio da formação das zonas pioneiras.

Nessa abordagem, Waibel (1979) analisa comparativamente a tese de fronteira de Turner. Busca apontar as semelhanças e as diferenças entre as concepções de fronteira de Turner (2004), principalmente, quando refere-se às zonas povoadas dos EUA. Para Waibel (1979), tais zonas se caracterizariam por zonas pioneiras e os “pioneiros” agricultores foram os atores principais no processo de formação e desenvolvimento econômico e cultural destas áreas.

Assim, ao contrário da fronteira política, é demarcada por uma linha, a fronteira econômica é uma zona, caracterizada por faixa de contato entre a região “civilizada” e a mata virgem, com variações de largura.

Para Waibel (1979), o exemplo clássico do desenvolvimento de zonas pioneiras é o Middle West dos Estados Unidos.

O exemplo clássico do desenvolvimento de zonas pioneiras é o *Middle West* dos Estados Unidos. Ali, no decorrer do século XIX, deu-se o povoamento, por europeus, primeiro da mata, em seguida da *praiere*, que foram em poucos decênios transformadas numa paisagem cultural moderna (WAIBEL, 1979, p. 281) (grifo do autor).

Ao analisar a Fronteira em Movimento de Turner (2004) e classificá-la de zona pioneira, Waibel (1979, p. 282) afirmou que somente por meio do “pioneiro” foi possível promover a civilização e com ela a cultura, transformando paisagens “sem homens”, pelo desenvolvimento econômico e social levados pelos “pioneiros” aos espaços de fronteira.

Verificamos semelhanças entre as análises de fronteira de Turner (2004) e de Waibel (1979). Em ambas as fronteiras o sentido econômico e de movimento da população é o que norteia a discussão. Essas características ficam mais evidentes quando Waibel (1979) aponta as características da zona pioneira no território brasileiro, comparando à marcha para o Oeste no Brasil com a marcha para Oeste nos Estados Unidos, tendo com referencial o conceito de *fronteira em movimento* de Turner.

Waibel (1979, p. 281), ao analisar peculiarmente a fronteira no território brasileiro, diferenciou o conceito de *frontiersmen* do seu entendimento de “pioneiro”. Diferentemente do Middle West, onde havia apenas um *frontier*, no Brasil, ele classifica em duas fronteiras.

A “fronteira demográfica” separa o sertão da mata virgem a oeste e é ocupada pelo *frontiersmen*. Embora este sujeito promova o início da “civilização” e, ao mesmo tempo, desloca essa *frontier* mata adentro, não é capaz de intensificar a ocupação espacial e o desenvolvimento. Ao contrário do “pioneiro”, ocupante da “fronteira econômica”, limitando o sertão a Leste da região economicamente mais avançada. Este, além de promover a ocupação espacial, intensifica-o, criando novos e avançados padrões de vida. Portanto, conforme o processo de ocupação avança e intensifica as relações sociais, econômicas, políticas e culturais, avança também a fronteira (Waibel, 1979, p. 281-282).

Esta análise, a partir do sentido econômico da fronteira, desconsidera os primeiros habitantes destas regiões (índios, extrativistas, posseiros, ribeirinhos, caçadores, dentre outros). Reitera que a ocupação espacial destes sujeitos não garante o desenvolvimento

econômico e cultural. Dessa forma, somente os “pioneiros” agricultores são capazes de intensificar as relações econômicas, sociais e culturais, configurando estas áreas enquanto zona pioneira.

No campo da agricultura, nem o extrativista e o caçador, nem o criador de gado, podem ser considerados com pioneiros; apenas o agricultor pode se denominado como tal, estando apto a construir uma zona pioneira. Somente ele é capaz de transformar a mata virgem numa paisagem cultural e de alimentar um grande número de pessoas numa área pequena (WAIBEL, 1979, p. 282).

Portanto, as características da zona pioneira estão intrinsecamente ligadas aos avanços da agricultura para além da fronteira. Desse modo, tem-se a incorporação desse espaço a estágios mais avançados das relações capitalistas de produção. Com efeito, esse processo, além de promover “novas e modernas” práticas produtivas, possibilita relações sociais, econômicas e culturais “avançadas”. Todavia, numa relação de negação das práticas e relações antecedentes, ou seja, a negação do Outro pela afirmação da nova ordem estabelecida pelos “pioneiros”.

A fronteira reconfigura-se pelos novos sujeitos estabelecidos junto às zonas pioneiras. Mas não foi ao longo de toda a fronteira interna do território brasileiro que se consolidaram as relações sociais que características das zonas pioneiras⁴. Somente em regiões que, subitamente, mudam-se a dinâmica social, produtiva e econômica, constituíram-se “zonas pioneiras”.

De uma zona pioneira, em geral, só falamos quando, subitamente, por uma causa qualquer, a expansão da agricultura se acelera, quando uma espécie de febre toma a população das imediações mais ou menos próximas e se inicia o afluxo de uma forte corrente humana. [...] quando a agricultura e o povoamento provocam o que os americanos denominam na sua linguagem comercial um *boom* ou *rush*. Então os preços das terras elevam-se vertiginosamente, as matas são derrubadas, casas e ruas são construídas, povoados e cidades saltam da terra quase da noite para o dia, e um espírito

⁴Waibel (1979, p. 282) separa a ocupação da fronteira no território brasileiro a partir das zonas pioneiras antigas, constituídas durante o século XVIII. São elas: a) relacionadas à cultura do algodão na região do semiárido nordestino; b) desenvolvimento da cultura do café no Brasil centro-oriental, no século XIX, divididas em diversos lugares: a zona da Depressão do Paraíba, a zona central do estado de São Paulo, a zona de São Carlos-Ribeirão Preto e a zona de Botucatu; c) zonas pioneiras do Sul do Brasil; d) as zonas pioneiras das primeiras décadas do século XX: 1. A região de Chapecó em Santa Catarina e Pato Branco no Paraná; 2. O norte do Paraná; 3. O Oeste de São Paulo; 4. O “Mato Grosso” de Goiás; 5. A região ao norte do rio Doce (Espírito Santo e Minas Gerais).

de arrojo e de otimismo invade toda a população (WAIBEL, 1979, p. 282) (grifos do autor).

Assim, a fronteira foi incorporada às novas dinâmicas, proporcionadas pelos “pioneiros” nestas áreas. Somam-se a isso as diversas dimensões envolvidas tanto na vida econômica-material, quanto na vida cultural-simbólica e, a partir do conjunto de relações dos “pioneiros”, constituíram as denominadas “zonas pioneiras”.

Com as verificações expressamente descritivas, empiristas e arraigadas à Geografia positivista de Waibel (1979), não é possível compreendermos as inúmeras contradições sociais nos espaços de fronteira. Dessa forma, a compreensão de Waibel (1979) ao priorizar a leitura eminentemente espacial da fronteira, nega “o caráter social histórico do embate estabelecido, no momento de contato da população indígena, da *fronteira demográfica* e da *fronteira econômica*” (NARDOQUE, 2002, p. 83).

Outra perspectiva teórico-metodológica de interpretação de fronteira é da geógrafa Bertha Becker. A autora faz a construção do espaço de fronteira, a partir, principalmente, da sua inserção, ou melhor, de sua internacionalização ao capitalismo globalizado, facilitada pelo Estado brasileiro pós-Segunda Guerra Mundial, intensificando-se durante os governos militares (1964-1985).

O significado da fronteira para Becker (1990, p. 9) se diferencia das abordagens sobre o movimento de produtores familiares a fronteira dos EUA, durante o século XIX, discutido por Turner (2004) e, também, das frentes pioneiras de Waibel (1979).

Para Becker (1990, p. 10), a fronteira não se configura como “terra livre”, de oportunidades, “espaços vazios”. Aponta que essas características difundiram-se como mitos da imagem oficial, pois, remetem a noção que, estrategicamente, serve como válvula de escape a conflitos sociais e permitem o desenvolvimento de novas áreas para investimento de capitais. Mito, pois não visualizam a existência de populações indígenas e caboclas, e das sociedades locais relacionadas aos “espaços vazios” presentes nos discursos oficiais.

Segundo Becker (1990, p. 10), ainda, a fronteira, no final do século XX, tinha novos formatos, por se expandir num novo patamar de integração nacional sob a égide das relações capitalistas.

Assim, a fronteira nasce heterogênea, constituída pela superposição de frentes de várias atividades, modesta produção e povoamento, nasce urbana⁵ e tem um processo forte de

⁵Ao contrário de Becker (1990) Santos (1993) e Velho (1976) aponta a fronteira enquanto espaço rural e somente quando se desenvolvem estágios mais elevados de desenvolvimento capitalista pode relacioná-la à concepção urbana.

urbanização e o Estado tem papel fundamental no planejamento e alocação de investimentos infraestruturais (BECKER, 1990, p. 10).

Becker (1990) afirma:

Fronteira hoje, portanto, não é sinônimo de terras devolutas, cuja apropriação econômica é franqueada a pioneiros ou camponeses. É um espaço também social e político, que pode ser definido como um espaço não plenamente estruturado, potencialmente gerador de realidades novas. A fronteira é, pois, para a nação, símbolo e fato político de primeira grandeza, como espaço de projeção para o futuro, potencialmente alternativo. Para o capital, a fronteira tem valor como espaço onde é possível implantar rapidamente novas estruturas e como reserva mundial de energia. A potencialidade econômica e política da fronteira, por sua vez, torna-a uma região estratégica para o Estado, que se empenha em sua rápida estruturação e controle (p. 11).

Nesse sentido, a fronteira do limiar do século XXI se encontrava como espaços apropriados, sendo grande parte dessa apropriação pelo expediente não-capitalista (grilagens, violências diversas, assassinatos dentre outros). Assim, não representa mais o espaço capaz de promover a redução das tensões sociais presentes no território nacional. Entretanto, ao capital, os espaços de fronteira servem enquanto possibilidade contraditória e desigual de reprodução das relações produtivas capitalistas e não-capitalistas, concomitantemente. Na sua maioria, vinculadas a empreendimentos agropecuários, latifundistas e exploração dos recursos naturais.

Muitas semelhanças são verificadas entre as interpretações de Becker e Oliveira (1990) sobre a fronteira Amazônica. Oliveira (1990) interpreta a fronteira a partir do monopólio, da expropriação e dos conflitos.

Segundo Oliveira (1990, p. 15), o desencadear do processo de configuração dos monopólios internacionais e suas articulações com os governos militares e seus estrategistas geopolíticos proporcionaram a incorporação da Amazônia ao capitalismo mundializado sob a égide monopolista. Essa inserção foi acompanhada por intenso esbulho dos recursos naturais, minerais, florestais dentre outros. Tal processo foi seguido por violências diversas aos índios, comunidades ribeirinhas, posseiros, camponeses, os verdadeiros donos das terras.

Oliveira (1991) resume a fronteira Amazônica da seguinte forma:

A história da Amazônia neste século XX é uma história de rapina, violência e luta. É uma história em que os acordos foram sendo firmados para que o saque às riquezas minerais fosse legalizado. É uma história que se confunde com a história do país. Aliás, é parte da própria história do Brasil (OLIVEIRA, 1991, p. 10).

Portanto, a fronteira Amazônica foi e é construída a partir de conflitos diversos, de violências e, sobretudo, de saques aos territórios indígenas. O Estado e a elite nacional fizeram pactos com a finalidade de legalizar tal processo, sob a justificativa da integração nacional, ou seja, “integrar para não entregar”.

Martins (2009) parte da dimensão sociológica e antropológica para compreender a fronteira e os “desafios interpretativos que propõe em relação à sociedade em que vivemos e em relação à nossa própria condição humana” (p. 11). Aborda a fronteira não pela ideologia do pioneiro, do “herói” conquistador de terras novas, mas pela complicada combinação de tempos históricos diferentes e dos processos sociais que recriam formas atrasadas de dominação e reprodução ampliada do capital em bases não-capitalistas (escravidão e violência).

Segundo Martins (2009), a situação de fronteira é caracterizada como ponto limite de territórios que se redefinem insistentemente, disputados pelos diferentes grupos humanos e por diferentes modos de sociabilidade e de produção.

O conteúdo de fronteira é moldado pelo conflito, mas também pelas agregações e aproximações de sujeitos e classes que se assemelham na luta, nas resistências e no convívio nestes espaços. “A história do recente deslocamento da fronteira é uma história de destruição. Mas é também uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança” (MARTINS, 2009, p. 132). Portanto, a fronteira é um espaço de relações contraditórias e de desiguais tempos-históricos e lógicas distintas.

Na compreensão de Martins (2009), a fronteira é caracterizada e definida pela situação de conflito social. Nesse conflito, a fronteira assume o lugar da alteridade, do diferente, distinto, ou seja, do encontrar do Outro. Nos encontros e desencontros moldam-se os espaços de fronteira.

À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os ditos civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história. (MARTINS, 2009, p. 132).

A fronteira abre as possibilidades da descoberta e do encontro do Outro. Mas os encontros são permeados por desencontros de toda ordem, pois, o Nós dito civilizado é

incompatível com o Outro “selvagem”, são modos de vida construídos por lógicas de produção e consumo distintas. Portanto, o Outro passa a ser entendido enquanto sujeito “atrasado” e inimigo do atual desenvolvimento da sociedade e busca-se, acima de tudo, naturalizar e legitimar a marginalização, as violências e também a eliminação desse sujeito.

Segundo Martins (2009), analisando os estudos de fronteira pelos geógrafos, a partir da década de 1940, afirma que o tema, na Geografia, naquele momento, era reduzido a um conceito. O objeto de estudo (a fronteira) foi caracterizado enquanto *zona pioneira* ou de *frente pioneira*, que, para os geógrafos desse período, representaria o conjunto dos processos sociais dos “pioneiros” nos espaços de fronteira.

Todavia, Martins (2009) trilha outro caminho, diferente de parte dos geógrafos. Para isso, o autor busca nas interpretações da antropologia, a partir dos anos de 1950, respostas sobre a realidade singular do espaço de fronteira, para além de um processo apontado enquanto unívoco, no nível social, econômico e cultural até aquele momento, principalmente presente nos estudos da Geografia de cunho positivista.

Em contraposição aos conceitos de *zonas pioneiras* ou das *frentes pioneiras*, emerge com a tese das *frentes de expansão*. O antropólogo Darcy Ribeiro foi o teórico que mais aprofundou esse debate. Apontou que as *frentes de expansão* se caracterizariam pelo deslocamento da população civilizada e das atividades econômicas reguladas de algum modo pelo mercado, ou seja, constituem as fronteiras da civilização (MARTINS, 2009).

Martins (2009) apresenta a concepção de *frente de expansão*:

Ela expressa a concepção de ocupação do espaço de quem tem como referência as populações indígenas, enquanto a concepção de frente pioneira não leva em conta os índios e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor. (p. 134).

Nessa perspectiva, verificam-se duas formas de ver a fronteira, a do geógrafo e a do antropólogo. “O desencontro entre o que foi visto originalmente pelo geógrafo e o que foi visto pelo antropólogo, [...], é produto de observações feitas em desiguais lugares sociais”. (MARTINS, 2009, p. 137).

Dessa forma, se numa definição é possível enxergar somente o “pioneiro”, o empreendedor, na outra perspectiva verificam-se os impactos da expansão dos novos sujeitos nas populações originárias. Não num ponto de vista positivista e natural concebido pela primeira, mas, numa relação em que diversos sujeitos se fazem presente neste espaço e a sua construção não se segue uma única ordem, a ordem dos “civilizados” – “os pioneiros”.

Martins (2009, p. 138), recorrendo a Ribeiro (1977), trata da *frente pioneira* numa concepção de deslocamento de agricultores, empresários, comerciantes, cidades, instituições políticas e jurídicas, mas também pelos movimentos conjuntos de pessoas pobres, os garimpeiros, os vaqueiros, os seringueiros, os castanheiros e os pequenos agricultores que praticam uma agricultura “atrasada” e marginal em relação aos sistemas modernos.

Para Martins (2009, p. 138), a *frente de expansão* está situada entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica. Adiante da frente demográfica encontram-se as populações indígenas, que inevitavelmente serão acossadas pelo avanço da frente de expansão. Nesse entendimento, a *frente de expansão* é o espaço onde a população ainda não imprimiu atributos explicitamente econômicos, reproduzindo-se a partir de relações sociais marginais e/ou não-econômicas. Enquanto não se sobressaírem relações sociais e, principalmente, econômicas nestes espaços, a frente econômica não estará estabelecida. Embora, a *frente de expansão* possa se enquadrar na frente econômica, mas, econômica não-capitalista.

Na retaguarda da frente econômica se estabelece a *frente pioneira*. Essa frente está assentada em novos e modernos agentes sociais, a partir de relações explicitamente capitalistas, da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora.

Atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira, dominada não só pelos agentes da civilização, mas, nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agentes da economia capitalista (mais do que agentes simplesmente da economia de mercado), da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora (MARTINS, 2009, p. 138).

De acordo com Martins (2009), a fronteira é construída por diferentes tempos históricos, por realidades históricas diferentes, mas, sobretudo, contemporâneas. Portanto, na fronteira se encontram diferentes sujeitos e esse encontro ocorre pela relação de aproximação ou afastamento de diferentes tempos históricos presentes na *frente de expansão* e na *frente pioneira*.

Mas, sobretudo, o que molda a fronteira são os antagonismos de mentalidades, de condutas, de lógicas produtivas e de consumo, presentes, principalmente, no conteúdo de classe a que os indivíduos pertencem. Enquanto para alguns sujeitos o universo é norteado pela relação de subsistência, para outros, o que se encontra no centro, é a acumulação de capital.

Enfim, o espaço de fronteira é configurado pelos encontros e desencontros de tempos históricos diversos, afirmados pela diferença cultural, das identidades de grupos, mas,

sobretudo, pelos conflitos e as lutas de classe na fronteira. Todavia, numa construção constante, por intermédio de contraditórias negociações e disputas dos sujeitos a ela relacionados.

Como mencionamos anteriormente, as abordagens sobre o tema fronteiras são preconizadas por diversos métodos e perspectivas analíticas. Discutimos as características da fronteira com subsídios de teóricos que, de modo geral, partiram as análises construídas em bases econômico-materialistas e a discussão pautada nas fronteiras internas dos países. Em Turner (2004) e Waibel (1979), as análises servem como instrumento de legitimação do processo de ocupação das frentes pioneiras. Para Velho (1976), Martins (2009), Becker e Oliveira (1990) as interpretações deixam explícitas as lutas e conflitos sociais, concomitantemente a degradação socioambiental inerente à expansão do modo capitalista de produção de caráter monopolista.

Entendendo a fronteira enquanto espaço de limite/encontro de territorialidades, afirmamos o caráter de movimento presente nela é gerador das disputas e conflitos, como também as agregações e aproximações como elementos norteadores destes espaços. O movimento da fronteira é permeado pelo contato entre os territórios e este processo ocorre, principalmente, pelos interesses de apropriação e de seu controle, seja por indivíduos, categorias, classes sociais e pelo Estado.

Portanto, apropriação do território é o elo fundamental para interpretar o espaço de fronteira. O território materializado na propriedade privada da terra é um dos principais elementos de disputas e conflitos na fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

A apropriação da terra na região de fronteira foi intensamente realizada por brasileiros ou descendentes destes. No Capítulo II, abordamos os principais fatores que contribuíram para a migração de brasileiros para o Paraguai. Também apresentaremos as principais características norteadoras da existência dos *brasiguaios* na fronteira.

CAPÍTULO 2

MIGRAÇÃO BRASILEIRA PARA O PARAGUAI E OS *BRASIGUAIOS*

2.1 - MIGRAÇÃO BRASILEIRA PARA O PARAGUAI A PARTIR DA APROXIMAÇÃO ENTRE OS GOVERNOS BRASILEIRO E PARAGUAIO

A aproximação entre o governo brasileiro e o paraguaio, intensificou-se principalmente nas suas fases autoritárias, a partir dos anos de 1960. Essa aproximação foi fundamental para as condições de controle e ocupação da região Oriental do território do Paraguai. Esse contexto de estreitamento de relações políticas e econômicas entre os países é importante para compreendermos o processo de migração de brasileiros ao Paraguai, ou seja, naquele contexto estrutural político e econômico forjaram-se os fatores para o processo de migração de brasileiros, no espaço de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, principalmente.

A presença brasileira em terras paraguaias vem da segunda metade do século XIX, quando da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). No entanto, durante o período desde o final da Guerra da Tríplice Aliança (1870) até meados do século XX, houve afastamento entre Brasil e Paraguai. Esse afastamento entre os países, em grande medida, relaciona-se às violências e barbáries cometidas pelo exército brasileiro contra soldados e a população paraguaia durante o conflito. O resultado do conflito foi catastrófico para o Paraguai, pois, com a perda de 80% de sua população, na sua maioria homens, a indústria emergente foi arrasada e, com isso, o país voltou a dedicar-se à produção agropecuária, resultando em enormes dificuldades econômicas, causando dependência de capitais estrangeiros.

Mas esse afastamento entre o Brasil e o Paraguai rompeu-se a partir do final dos anos de 1930, influenciado pela conjuntura política e a emergência de experiências nazi-fascistas na Europa e do Estado Novo (1937-1945) no Brasil. Este cenário político, somado à vitória

paraguaia na Guerra do Chaco (1932-1935), fortaleceu o Partido Colorado, promovendo certa aproximação de governos autoritários e críticos ao liberalismo da Europa e América Latina, neste último caso, como doutrina político-econômica hegemônica na Argentina (ALBUQUERQUE, 2010, p. 61-62).

A crescente disputa geopolítica entre a Argentina e o Brasil contribuiu de forma significativa para aproximar relações com o país vizinho. Ao mesmo tempo, o Paraguai também visualizava, embora com certo receio, vantagens e possibilidades políticas e econômicas com essa aproximação.

O estreitamento das relações entre os países (Brasil e Paraguai) vinculava-se a interesses geopolíticos e socioeconômicos de ambos. Do lado brasileiro, reaproximar as relações econômicas e políticas com o Paraguai visava atraí-lo ao entorno dos seus interesses geopolíticos, e com isso reduzir a hegemonia da Argentina na região da Bacia do Prata. Para o governo paraguaio, a articulação com o Brasil seria importante para sair da dependência do fluvial via Bacia do Prata (rios da Prata, Paraguai e Paraná) e dos portos da capital argentina (Buenos Aires), o que dificultava as exportações do Paraguai.

Os primeiros sinais dessa aproximação entre o Brasil e o Paraguai foi a viagem do presidente brasileiro Getúlio Vargas, em 1941, à capital do Paraguai (Assunção), principiando as primeiras articulações e promessas de projetos para integração das nações.

Mas, foram nos governos de Juscelino Kubitschek (1955-1960) e no período da Ditadura civil-militar (1964-1985), no Brasil, a intensificação das ações nesse sentido. A partir de então, projetos e ações de integração foram iniciadas, com obras e acordos políticos e econômicos entre o Brasil e o Paraguai. Durante aqueles períodos, desenvolveram-se projetos buscando a integração física e econômica entre os países.

Nestes dois contextos, foram formulados e concretizados os principais projetos de integração física e econômica entre o Brasil e o Paraguai: a rodovia ligando Assunção às principais cidades e porto brasileiros, a concessão de uma área para exportação e importação dos produtos paraguaios no Porto de Paranaguá (1956), a Ponte da Amizade (1965) e a construção da Hidrelétrica de Itaipu (1974-1983) (ALBUQUERQUE, 2010, p. 62).

Os projetos de desenvolvimento regional e de integração nacional levados a cabo pelo modelo desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek extrapolavam o território brasileiro. As estratégias de integração projetavam os interesses do Brasil na América Latina,

por meio de planos de cooperação com países vistos como estratégicos para a geopolítica do governo brasileiro.

O plano estratégico era projetar os interesses do Brasil na América Latina e para isso as políticas de cooperação com o Paraguai e os acordos de Roboré (obras de infraestrutura e exploração de gás pela Petrobras) com a Bolívia faziam parte dessa estratégia geopolítica do governo brasileiro (ALBUQUERQUE, 2010, p. 62).

Mas, os interesses estratégicos e de cooperação não partiam somente do governo brasileiro. Existia reciprocidade de interesses em estreitar os laços políticos e econômicos, principalmente, entre o Brasil e o Paraguai.

A aproximação política e econômica entre o Brasil e o Paraguai intensificou-se com a chegada ao poder, no Paraguai, do General Alfredo Stroessner, em 1954. A partir desse momento, foram construídas as bases para a aproximação entre os governos pelo estreitamento de relações bilaterais, principalmente nas esferas política e econômica, proporcionando novos rearranjos socioeconômicos para os países. Portanto, somente a partir de meados da década de 1950, iniciou-se significativamente o processo migratório de brasileiros ao Paraguai, intensificando durante as décadas de 1970 e 1980.

O maior incentivador da ocupação do Leste paraguaio foi o ditador Stroessner (1954-1989). Depois de assumir o poder, Stroessner buscou alternativas para elevar o Paraguai no cenário produtivo mundial, tirando-o do ostracismo econômico em que se encontrava desde o final da Guerra da Tríplice Aliança, e ao mesmo tempo, da dependência do Porto de Buenos Aires (ALBUQUERQUE, 2010, p. 62).

Para impulsionar a economia paraguaia, Stroessner direcionou as atenções de seu governo para a região Oriental de seu território (Figura 1), especialmente para os departamentos fronteiriços. Estes departamentos, além de se encontrarem em certo abandono pelo Estado paraguaio, repleto de “espaços vazios”, sua ocupação permitiria a ligação do território paraguaio aos projetos de infraestrutura e desenvolvimento planejados em conjunto com o Brasil.

Depois de conseguir a concessão de uma área para exportação e importação de produtos paraguaios no Porto de Paranaguá (1956), intensificaram-se as ações do governo paraguaio na região Oriental. Dessa forma, no delinear das ações e das estratégias geopolíticas de integração construídas com o Brasil, o projeto de desenvolvimento do Paraguai teria, indiscutivelmente, que passar pela região Oriental do seu território.



Figura 1 – Paraguai regional e departamental – 1998

Fonte: “Estrategia Nacional y Plan de Acción para la conservación de la biodiversidad”, 1998 *apud* Fogel, 2012.

Embora sobressaíssem os planos e ações de cooperação entre os países, houve situações de conflitos, estremecendo as relações em alguns momentos.

O principal conflito ocorreu durante o processo de aproximação entre o Brasil e o Paraguai, delineado pelas disputas no decorrer da década de 1960, pela demarcação do limite fronteiro do Grande Salto das Sete Quedas no rio Paraná. Isso teria se acirrado devido à ocupação militar brasileira num território fronteiro de cerca de 20 km, em litígio. Após muita diplomacia de ambas as partes, resolveu-se o problema com a assinatura do projeto de

construção de Itaipu Binacional (Tratado de Itaipu, em 1973) e o aproveitamento mútuo das Sete Quedas com a formação do reservatório da hidrelétrica (ALBUQUERQUE, 2010, p. 63).

Mas não foi somente a conjuntura política e as estratégias dos Estados que influenciou o intenso fluxo migratório de brasileiros para o Paraguai. Interpretamos esse processo de migração a partir de diferentes ângulos, ou seja, refletindo a partir do conjunto de fatores e elementos combinados tão importantes quanto às estratégias geopolíticas dos governos paraguaios e brasileiros para a ocupação da fronteira.

Segundo Zaar (2001, s/p), os processos de emigração de brasileiros ao Paraguai estão articulados com os conflitos presentes no campo paranaense a partir de três momentos de expansão do capital: chegada da Frente Colonizadora, na década de 1940, a modernização da agricultura, a partir de 1960 e a construção da Hidrelétrica de Itaipu, na década de 1970.

Aprofundando a perspectiva de Zaar (2001), destacamos outros fatores, somados às políticas de governo dos países, fundamentais para fomentar os fluxos migratórios ao território paraguaio: a) conflitos pela posse da terra nos estados do Sul do Brasil; b) “oportunidades” de trabalho e terra a populações de outras regiões, principalmente vindas do Sul e Nordeste do país; c) características gerais da região Oriental do Paraguai; d) revogação, por parte do governo paraguaio, da lei que restringia a venda de terras a estrangeiros na faixa de fronteira⁶, e) baixo preço das terras paraguaias e f) possibilidades de especulação imobiliária. Portanto, as políticas de Estado e o conjunto de fatores e elementos combinados serviram como fermento para intensificação da emigração brasileira ao Paraguai e ao processo de apropriação das terras nos departamentos de fronteira com o Brasil.

Dos brasileiros migrantes ao país vizinho, a maior parte era de camponeses oriundos dos estados do Sul do Brasil (trabalhadores rurais, posseiros, meeiros, parceiros e arrendatários) e, também, dos estados de Minas Gerais e da região Nordeste do Brasil. Outros brasileiros, como os empresários do ramo imobiliário e latifundiário, também migraram ou adquiriram grandes glebas no Paraguai.

Durante a expansão e ocupação capitalista da terra, em especial, no estado do Paraná, ocorreram inúmeros conflitos e disputas pela terra, desdobrando-se em migrações para novas fronteiras interna e externas ao país. A Revolta dos Posseiros⁷ de 1957, no Sudoeste do Paraná, foi um dos marcos iniciais do processo migratório de camponeses brasileiros ao

⁶ O governo paraguaio revogou, em 1963, lei que impedia a compra de terras por estrangeiros em um raio de 150 km a partir das fronteiras.

⁷ Ver: PEGORARO, É. **Dizeres em confronto** (A Revolta dos Posseiros de 1957 na imprensa paranaense). Dissertação (Mestrado em História) UFF, Niterói, 2007.

território paraguaio. Este conflito agrário resultou de disputas pela posse das terras compreendidas nas glebas Chopim e Missões no Sudoeste paranaense.

Segundo Pegoraro (2007, p. 20), a Revolta dos Posseiros de 1957 faz parte dos muitos capítulos da história dos conflitos agrários no país. Dentre os sujeitos envolvidos, estão os posseiros, colonos, imobiliárias grileiras e políticos. O conflito aconteceu no Sudoeste paranaense, região de inúmeras disputas pela posse das terras durante o processo de ocupação da região, a partir de 1940.

Este conflito agrário, dentre os poucos, teve como vitoriosos os posseiros e colonos, embora não na totalidade, depois de muita violência e assassinatos cometidos pelos jagunços contratados pelas imobiliárias grileiras, destacando-se a Companhia de Terras Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (CITLA), Companhia Comercial e Agrícola Paraná Ltda e a Imobiliária Apucarana Ltda. A imprensa e adversários políticos apontavam que a CITLA tinha como um dos acionistas o Governador do Paraná Moysés Lupion (PEGORARO, 2007, p. 34).

Após o ano de 1957, as tensões e os conflitos diminuíram, porém, somente em 1961 o novo presidente da república desapropriou as terras em litígio e declarou a urgência no processo de desapropriação das glebas Missões e Chopim. Entretanto, apenas em 1962 criou-se o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste (GETSOP), para resolver a questão de terras no Sudoeste (PEGORARO, 2007, p. 54).

Embora as ações de regularização das terras aos posseiros realizadas pelo GETSOP amenizaram em partes os conflitos agrários na região, não foram capazes de absorver na totalidade as famílias dos posseiros. Estas, então, enfrentando inúmeras dificuldades para a regularização dos títulos das propriedades e, assim, garantir a sobrevivência da terra, começaram o processo migratório.

Durante os conflitos entre posseiros e jagunços, muitos camponeses iniciaram a fuga da região. Conforme Batista (1990), no final de 1957 cerca de 500 famílias moradoras da cidade de Santo Antônio do Sudoeste fugiram de jagunços e se refugiaram nas cidades da Argentina e do Paraguai, Posadas e Encarnación, respectivamente.

Mesmo com a intervenção do Governo Federal e Estadual, os conflitos pelas terras se intensificaram na fazenda Santa Helena, localizada no município de Capanema (PR). Neste caso, a resistência dos posseiros às violências dos jagunços não foi suficiente, sendo então, expulsos da área. Dessa forma, a solução encontrada pelos posseiros envolvidos nos processos litigiosos com as imobiliárias grileiras dos Sudoeste e Oeste do Paraná foi colonizar terras paraguaias. Como afirma Batista (1990):

A partir dos constantes conflitos na fronteira do Paraná com o Paraguai, a próxima investida foi atravessar a fronteira e ocupar as terras de Porto Salsa no Paraguai. Porém, com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, foram novamente desapropriados recebendo qualquer quantia, porque vivendo em outro país não possuíam nenhum direito legal sobre as terras que ocupavam; assim definitivamente foi se formando a população de brasileiros no Paraguai (p. 20).

A migração de brasileiros para o Paraguai ocorreu em cenário de instabilidade agrária no território brasileiro, acirrada num primeiro momento pela expansão da Frente Colonizadora pelos estados do Sul do Brasil, aliada a questão estrutural da concentração fundiária e o seu caráter capitalista rentista, como no caso das imobiliárias grileiras.

Ao passo que se expandia o processo de apropriação capitalista e não-capitalista das terras de fronteira, principalmente no estado do Paraná, ao mesmo tempo intensificavam-se os conflitos e disputas por esta apropriação, embora diversos conflitos relacionados à apropriação concentrada da terra em outros estados brasileiros também influenciaram as migrações para o Paraguai.

Portanto, a partir do movimento de ocupação da fronteira e do estabelecimento do ambiente de conflito inerente ao processo de apropriação e especulação capitalista com as terras, iniciamos a interpretação do conjunto de fatores e elementos que influenciaram os brasileiros para a transposição da fronteira rumo às terras paraguaias.

Nesse contexto, as grilagens, as falsificações de documentos, a corrupção, as violências de diversas naturezas, a fragilidade das instituições estatais, dentre outras, fizeram parte do espaço de fronteira do estado do Paraná, mas também em outras regiões naquele momento. No espaço de fronteira do Paraguai, estas condições e práticas perpetuam-se até os dias atuais, como destacaremos, posteriormente, no capítulo III.

Após as tensões relacionadas à apropriação capitalista das terras da fronteira agrícola paranaense, durante as décadas de 1950 e 1960, novos rumos ordenaram os processos produtivos e as relações de trabalho no campo brasileiro e, também, tornaram-se entraves para camponeses, posseiros e trabalhadores rurais continuarem a reprodução na terra.

Neste contexto, o direcionamento do Estado brasileiro e de sua política para aumentar a produção de *commodities* agrícolas destinadas ao mercado externo, ganhou força. A soja foi o principal produto no rol das exportações da agricultura brasileira. Combinado com a soja estava o trigo que, ao contrário da primeira, sua produção visava atender o mercado interno, reduzindo as importações do cereal. Este processo de expansão do capital no campo, foi

denominado por alguns autores, tais como Brum (1988), Silva (1980; 1981; 1996), Graziano Neto (1982), dentre outros, de modernização da agricultura brasileira.

O processo de modernização da agricultura, ou melhor, “modernização conservadora” da agricultura brasileira, a partir da década de 1960, foi extremamente perversa para os camponeses, posseiros, meeiros, arrendatários, trabalhadores rurais, principalmente. Parte considerável desses agricultores não conseguiu acompanhar a intensificação capitalista no campo e gradativamente foi expulsa e expropriada de suas terras.

Nesse contexto, a alternativa encontrada por eles e, ao mesmo tempo, direcionada pelo governo brasileiro, foi migrar para os centros urbanos ou tentar a sorte nas novas fronteiras agrícolas das regiões Centro-Oeste, Norte do Brasil e, também, no Leste paraguaio.

Ainda na década de 1970, Brasil e Paraguai iniciaram a construção de Itaipu. A execução dessa imponente obra deixou traços marcantes no espaço rural naquele momento e se somaram como fatores para os fluxos migratórios de brasileiros ao território paraguaio.

Portanto, além da migração campo-cidade, fruto da expansão do capitalismo industrial no campo, os projetos de grandes obras de engenharia, nesse caso, a construção da Hidrelétrica de Itaipu, levou a migração de brasileiros para o Paraguai.

A formação do reservatório da Hidrelétrica de Itaipu, em 1982, alagou cerca de 100.000 hectares de terra e implicou na expropriação de aproximadamente 9.000 famílias de camponeses da região Oeste do Paraná (GERMANI, 2003; FERRARI, 2009), contribuindo de forma significativa para a entrada de brasileiros no Paraguai, principalmente nos departamentos fronteiriços ao Brasil (Alto Paraná, Canindeyú e Amambay).

Nesse período, o governo brasileiro criou algumas estratégias para reassentar os camponeses expropriados de suas terras com a formação do reservatório de Itaipu, principalmente direcionando os projetos de reassentamentos, alguns no próprio estado do Paraná, outros nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, embora a política estatal direcionada aos assentados fosse precária. Dentre as alternativas citadas, o Paraguai apareceu como possibilidade de receber um bom número destes sujeitos.

Parte dos camponeses expropriados de suas terras pela construção de Itaipu e que não vislumbraram a possibilidade de reprodução familiar em terras distantes, desconhecidas e com condições precárias de infraestrutura nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, migraram às terras paraguaias, próximas da fronteira com o Brasil. Isso relaciona-se, também, a proximidade espacial, pois, o Paraguai está “do outro lado” do rio Paraná.

Somado a isso, existia outro fator que aproximou os interesses do governo brasileiro às possibilidades de migrações de populações rurais ao território paraguaio. Isso, porque os

governos militares não queriam fazer mudanças estruturais na propriedade da terra, ou seja, não realizar a reforma agrária. Portanto, selaram-se os interesses políticos e latifundiários no país, porque ocupar as terras de fronteira vinculava-se a possibilidade de arrefecimento das disputas e conflitos sociais no campo, intensificados no Centro-Sul do Brasil.

Os conflitos e disputas relacionavam-se, principalmente, pelas ilegalidades nos títulos de propriedades e, também, pela modernização da agricultura brasileira, denominada de “modernização conservadora”, expropriando e expulsando milhares de camponeses, posseiros, meeiros, arrendatários e trabalhadores rurais do campo. Naquele contexto, as “terras livres” do Leste paraguaio serviriam como “válvula de escape” para as tensões sociais do território brasileiro e também como espaço de expansão das relações capitalistas modernas para estes novos espaços.

A “válvula de escape” e sua relação com as terras de fronteira estão diretamente ligadas aos propósitos do Estado brasileiro, no sentido de não mexer na propriedade da terra, ou seja, a estrutura fundiária concentrada. Nesse sentido, a “modernização conservadora”, dirigida pelos militares, impediu qualquer possibilidade de democratizar o acesso à terra no Brasil e para contornar e enfraquecer os conflitos no campo. Assim, as novas “fronteiras agrícolas” do Centro-Oeste, Amazônia e a do Paraguai foram tratadas com trunfos pela Ditadura civil-militar pós 1964.

Ao mesmo tempo em que o governo brasileiro identificava na expansão das fronteiras agrícolas internas e externas vantagens políticas e econômicas, o governo paraguaio direcionava seus esforços para efetivar a ocupação e o “desenvolvimento” da região Oriental do seu território.

Como mencionamos no início deste capítulo, a partir do início do governo ditatorial do general Alfredo Stroessner (1954-1989), os planos de ocupar as fronteiras do território paraguaio foram intensificados. Para isso, a alternativa viável foi foram as aproximações e alianças políticas e econômicas com os governos brasileiros de Juscelino Kubitschek (1956-1960) e, principalmente durante os governos da Ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985).

As intenções iniciais do general Stroessner, como presidente do Paraguai, caminhavam para a manutenção do modelo de sociedade rural, com características agrárias e o poder concentrado nos donos das terras – os latifundiários. Mas, as correntes progressistas, principalmente as vinculadas aos interesses estadunidenses na América do Sul, visualizavam a necessidade de desenvolvimento de processo de modernização política e econômica (SOUCHAUD, 2008, p. 88).

Ao mesmo tempo em que os EUA interferiam na soberania política e econômica do Paraguai, contribuindo decisivamente para a chegada ao poder de Stroessner, em 1954, queriam como forma de “mascarar” sua interferência, dar possibilidades de o Ditador manter sua soberania e poder no Paraguai.

El General toma el poder apostando a la permanencia de un modelo de sociedad rural. Rápidamente se enfrenta a la ola progresista que gana América del Sur. Es grande el riesgo de que estalle una forma tradicional de poder frente a las corrientes de modernización económica y política. La evolución es tanto más inevitable por cuanto está estimulada por una potencia dominante que ha llevado al dictador al poder: los Estados Unidos. Debe soportar esta influencia manteniendo también su soberanía y su poder en el Paraguay. La estrategia imaginada es integrar en este juego a las potencias vecinas rivales, Brasil y Argentina. (SOUCHAUD, 2008, p. 88).

Para levar adiante os interesses e aspirações de modernização capitalistas nas suas fronteiras, o Paraguai utilizava-se das rivalidades entre as potências Brasil e Argentina com intuito de tirar vantagens para integração do Paraguai ao contexto internacional. Mas, ao mesmo tempo em que buscava a integração política e econômica com os países vizinhos (Brasil e Argentina), o governo paraguaio garantia os interesses estadunidenses. Dentre esses interesses, os principais elementos indissociáveis eram: paz social, desenvolvimento econômico e poder centralizado.

La estrategia del Paraguay combina varios elementos internos y externos. El Estado debe satisfacer primero las voluntades norteamericanas de estabilidad política definidas por tres elementos indisociables: paz social, desarrollo económico y establecimiento de un poder fuerte. Luego debe hacer frente a las presiones de un mundo rural que carece de espacio (SOUCHAUD, 2008, p. 90).

A combinação desses elementos era fundamental para garantir o respaldo da população paraguaia, sobretudo das elites latifundiárias, burguesas e militares. Buscava-se, também, fazer frente a uma possível expansão dos interesses comunistas na região. O temor da “onda” vermelha e de políticas socialistas, lideradas pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), foi combatido pelas políticas impostas pelos EUA para diversos países do Ocidente (inclusive no Paraguai), a partir da criação do programa de cunho ideológico-político-econômico, denominado de a *Aliança para o Progresso*.

Dentro das estratégias e interesses econômicos e políticos paraguaios, vinculados à *Aliança para o Progresso*, Stroessner fundou, em 1957, a cidade Porto Presidente Stroessner, hoje denominada de Cidade do Leste. A fundação dessa cidade marcou o novo

direcionamento econômico e político do Paraguai na busca da integração e ocupação efetiva dessa região periférica.

Naquele contexto, Stroessner buscava consolidar as alianças políticas e econômicas para sustentação ao seu governo. Internamente, as pressões relacionadas à questão agrária estavam cada vez maiores. Diante disso, o General Stroessner buscou “abrir espaços” na região Oriental para as populações camponesas, concentradas nas redondezas de Assunção e nos departamentos vizinhos (VAZQUEZ, 2006).

Stroessner, ao contrário de fazer a reforma agrária, o que atingiria os interesses das oligarquias rurais, arrefeceu o problema por meio do direcionamento de camponeses para a região Oriental, formando diversas colônias camponesas.

No entanto, as intenções iniciais de Stroessner em “colonizar” a região Oriental com camponeses serviram para mascarar os reais interesses do governo paraguaio na região, pois sua intenção era usá-la para manutenção do poder político entre os militares e latifundiários e não para um projeto efetivo de ocupação e produção levada a cabo pelos camponeses paraguaios.

Ficou evidente logo que Stroessner tomou o poder, em 1954, pois doou grandes áreas fiscais na região Oriental a militares de alto escalão, como mecanismo clientelista, para conquistar apoio e dar continuidade ao controle político-econômico no Paraguai.

Este processo de ocupação e desenvolvimento na fronteira Leste foi intensificado, em 1961, com o início do projeto denominado de “Marcha hacia el Este”. Este projeto tinha o propósito inicial de criar as infraestruturas de comunicação e, assim, impulsionar a ocupação destes espaços com colônias camponesas vindas dos departamentos interiores, vizinhos a Assunção.

La fundación de la ciudad-puerto Presidente Stroessner a orillas del río Paraná, hacia fines de los años cincuenta, marca un interés estratégico en la ocupación activa del territorio periférico por parte del Estado. Algunos años más tarde comienza la implantación de infraestructuras de comunicación, transferencia de inversiones y migraciones humanas conocidas bajo el nombre de “Marcha hacia el Este”. (VAZQUEZ, 2006, p. 52).

Ao mesmo tempo em que a “Marcha hacia el Este” tinha a finalidade de ocupação da região Oriental do Paraguai, com colônias camponesas, contraditoriamente e propositalmente, este projeto impulsionou a venda de terras a imobiliárias e empresas estrangeiras, principalmente nos departamentos de Alto Paraná e Caaguazú. Em 1973, o departamento de Alto Paraná foi dividido para criação do atual departamento de Canindeyú.

A venda de terras do Leste paraguaio para imobiliárias estrangeiras, latifundiários e camponeses brasileiros, principalmente, contribuiu para expropriação e expulsão de grande parte dos camponeses paraguaios que, gradativamente retornaram para os departamentos interiores. A comercialização destas terras foi facilitada pelo governo de Stroessner, a partir de 1963, com alteração da Lei de Terras de 1940, que proibia aquisição de terras de fronteira por estrangeiros.

Essa medida facilitou as vendas de imóveis rurais a estrangeiros e o posterior direcionamento para a colonização com camponeses brasileiros, considerados mais “eficientes” para desenvolver a atividade agrícola no território paraguaio, principalmente na região de fronteira com o Brasil.

Posterior a la “Marcha hacia el Este”, que buscaba implantar colonias campesinas y de esa forma ocupar y controlar el territorio, se produjo un fenómeno que frenó, alteró e hizo retroceder a la población campesina movilizada en este emprendimiento. Con sentido de orientación contraria, colonos brasileños comenzaron a adquirir tierras e instalar sistemas productivos agrícolas suficientemente eficientes en territorio paraguayo, expandiéndose progresivamente hacia el interior de las fronteras a expensas del retroceso de los colonos paraguayos. (VAZQUEZ, 2006, p. 53).

Portanto, ao mesmo tempo em que o governo paraguaio implantava o projeto com propósito de assentar camponeses na região Oriental, Stroessner distribuiu grandes áreas de terras, principalmente para militares de alto comando. Estes, por sua vez, comercializavam as terras, sobretudo para empresas e latifundiários estrangeiros, interessados em explorar as terras férteis da fronteira. Muitos proprietários estavam interessados em ganhos fundiários vindos da comercialização dessas terras em projetos de colonização, pois não destinavam as terras à produção agrícola.

Um dos grandes latifundiários, adquirente de terras no Paraguai, foi o brasileiro Jeremias Lunardelli, conhecido também como rei do café. Ele teria comprado 450 mil hectares de terra da Cia Matte Laranjeira, em 1954, coincidindo com o ano da chegada de Stroessner ao poder (LAINO, 1977).

Segundo Menezes (1987), após Lunardelli comprar terras no Paraguai, seus investimentos direcionaram-se para formação de cafezais, que chegaram a somar cerca de 1.000.000 de pés de café, em 1958. No entanto, uma severa geada, ocorrida no ano de 1960, eliminou grande parte das plantações, o que fez o latifundiário iniciar o fracionamento do latifúndio em lotes de 300 alqueires, em média, e vendê-los. Por volta de 1980, a maior parte das terras de Lunardelli havia sido comercializada, restando apenas 10 mil hectares de posse

dos herdeiros. A apropriação das terras de Lunardelli foi realizada por especuladores, empresas de colonização e madeireiras (MENEZES, 1987).

Na região de fronteira, diversos latifúndios pertencentes a estrangeiros, foram transformados pelo *Instituto de Bien Estar Rural* (IBR, atual *Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra – INDERT*⁸), em projetos de colonização privados. Em muitos desses projetos haviam sociedades entre imobiliárias estrangeiras e militares ligados ao governo, interessados na comercialização das terras para agricultores vindos, sobretudo, do Sul do Brasil (SPRANDEL, 1997, s/p).

A intensa propaganda sobre as terras baratas e férteis realizadas pelas companhias colonizadoras, somada aos conflitos pela terra e à modernização da agricultura intensificada no território brasileiro, contribuíram, significativamente para a migração de milhares de agricultores camponeses ao Paraguai, principalmente no decorrer das décadas de 1960, 1970 e início da década de 1980.

Com o apoio do Instituto de Bienestar Rural (IBR), órgão fundiário paraguaio criado também em 1963, algumas destas áreas de terra de propriedade de brasileiros foram transformadas em projetos de colonização privados, muitos tendo como sócios militares paraguaios ligados ao governo. A oferta de terras férteis e baratas, amplamente divulgadas pela imprensa e por corretores, no sul do Brasil, atraiu milhares de famílias de pequenos proprietários vindas de áreas de colonização alemã e italiana do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. As novas colônias - que se concentraram nos departamentos Alto Paraná e Caaguazú- deram origem a cidades hoje bastante desenvolvidas, como Santa Rita, Naranjal e Santa Tereza (SPRANDEL, 1997, s/p).

Tais projetos conciliavam os interesses do Estado paraguaio, seus aliados militares e políticos, de latifundiários e de empresas estrangeiras. O Estado querendo integrar o “espaço vazio” de seu território ao capitalismo internacionalizado a partir da agroexportação de commodities e, ao mesmo tempo, manter o controle e poder político. As imobiliárias estrangeiras interessavam nos grandes lucros vindos das vendas das terras a grandes proprietários e, também, aos camponeses brasileiros, principalmente sulistas.

⁸ Em substituição ao IBR, em 24 de julho de 2004, por meio da lei Nº 2419 que estabelece o Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra (INDERT). Disponível em: <<http://www.indert.gov.py/web/index.php/2012-09-21-07-36-49/historia>> . Acesso em: 20 Mai. 2014.

A venda e a especulação de terras na região de fronteira com o Brasil, com as condições criadas pelo governo do Paraguai, foram os principais fatores que frustraram a ocupação com camponeses paraguaios na região Oriental.

Para o governo paraguaio, o desenvolvimento de produções agrícolas em bases “modernas”, nessa região, só seria possível com “pioneiros” brasileiros e não com “pioneiros” paraguaios, estes “ineficientes” para expansão de tais produções.

Somado a “eficiência” produtiva atribuída aos camponeses brasileiros, parte deles possuía algum recurso para investir na aquisição das terras e, também, estariam mais “adaptados” à agricultura moderna, pois, adquiriram vasto conhecimento e domínio da agricultura capitalista no Brasil.

Mas nem todos os camponeses brasileiros, migrantes para Paraguai, prosperaram social e economicamente. Muitos deles não possuíam pecúlio para aquisição de terras no Paraguai. Neste caso, para os camponeses brasileiros desprovidos de dinheiro, havia possibilidade de produzirem no Paraguai a partir de contratos de arrendamento firmados com as Colonizadoras e, também, diretamente com o IBR, apenas nos anos iniciais de ocupação. Após o vencimento dos contratos de arrendamento, uma parcela dos camponeses foi expulsa das terras no Paraguai.

Outra parcela adquiriu terras com títulos falsos ou foi acossada pelo processo de modernização agrícola, intensificado em terras paraguaias, foi expulsa e/ou expropriada. Portanto, as alternativas apresentadas foram: retornar ao Brasil ou continuar a vida em condições precárias em solo estrangeiro.

Juntamente com as expulsões e expropriações de camponeses brasileiros, milhares de trabalhadores braçais, recrutados pelos fazendeiros no Brasil, entre as décadas de 1960 a 1980, foram expulsos do Paraguai. Tais expulsões relacionam-se, sobretudo, com o término do trabalho “bruto” e do “amansamento” das terras ao longo dos anos, principalmente durante a década de 1980, período de intensificação da mecanização e modernização da agricultura no Paraguai.

Batista (1990) destaca dois momentos principais do processo de migração brasileira ao território paraguaio, entre 1950 e 1969 e outro, entre 1970 e 1979. No primeiro ciclo foram migrações pontuais e atraídas pela fertilidade do solo e o baixo preço das terras. Concentravam-se nas Colônias de Santa Rosa, Naranjal, Katuete, General Diaz, Gleba 4, Cedralez, Corpus Cristi e La Paloma. O Quadro 1 apresenta os percentuais em relação ao total de migrantes brasileiros no Paraguai, entre os anos de 1950 a 1984.

Quadro 1 – Paraguai: entrada de migrantes brasileiros (1950 a 1984)

1950 a 1969	4,0 %
1970 a 1974	31,2 %
1975 a 1979	46,0 %
1980 a 1984	18,8 %

Fonte: BATISTA, 1990.

O período de 1970 a 1979 foi o de maior entrada de brasileiros no Paraguai. Esse recorte temporal e seus expressivos números (77,2 %) refletem os fluxos migratórios desse momento atrelados ao conteúdo perverso do processo de modernização da agricultura brasileira, aos incentivos do governo paraguaio ao cultivo da soja em terras paraguaias e as desapropriações feitas pela Itaipu Binacional.

No Quadro 1, demonstramos a forte redução da migração no último período (1980 a 1984). Este cenário relaciona-se ao processo de modernização agrícola, intensificando-se no território paraguaio, expulsando os camponeses brasileiros com a mesma perversidade anteriormente ocorrida no lado brasileiro. Ao mesmo tempo, começava-se o esgotamento das terras baratas e férteis, somado à mecanização agrícola acentuada, eliminando grande parte da mão de obra presente na agricultura paraguaia.

Além da modernização e mecanização agrícola, expropriando e expulsando camponeses brasileiros e paraguaios do campo, existem alguns expedientes não-capitalistas redefinidores dos espaços de fronteira do Leste do Paraguai, submetendo esses sujeitos. Dentre os principais expedientes não-capitalistas, destacamos: a ilegalidade na apropriação da terra via falsificação de documentos, as grilagens de terra e a corrupção das autoridades paraguaias.

Este cenário contribuiu de maneira significativa para a expropriação e expulsão violenta de camponeses brasileiros e paraguaios e, ao mesmo tempo, foi e é fator importante para o processo gradativo de concentração da propriedade da terra nos departamentos fronteiriços ao Brasil.

Naquele contexto, a migração de camponeses e trabalhadores rurais brasileiros nos espaços de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, caracterizava-se, a partir de meados dos anos de 1980, como processo de inversão, ou seja, de retorno desses sujeitos ao Brasil. A saída/retorno de brasileiros do território paraguaio esteve relacionado ao fim da Ditadura civil-militar e ao caráter de redemocratização política do Brasil.

Somado a esse contexto de expropriação no Paraguai, houve a redemocratização política no Brasil, a partir de 1985, com o lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), apresentado pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD). O PNRA foi visualizado pelos brasileiros, presentes no Paraguai, como possibilidade de acesso à terra na sua pátria natal. Esse Plano de reforma agrária teve caráter fundamental para influenciar a saída/retorno, a partir de 1985, de brasileiros marginalizados no Paraguai e ao mesmo tempo, forjar a denominação de um novo sujeito nos espaços de fronteira - Brasil/Paraguai - *os brasiguaios*.

2.2 - OS BRASIGUAIOS NA FRONTEIRA

Os *brasiguaios* são sujeitos forjados nos espaços de fronteira (Brasil e Paraguai), “meio paraguaios e meio brasileiros”. Segundo o entendimento do senso comum, afirmado insistentemente pela mídia, todo brasileiro que vive no Paraguai é *brasiguai*. Nessa compreensão, são *brasiguaios* desde os pequenos agricultores, passando pelos despossuídos de terra e emprego, até os grandes empresários do agronegócio, latifundiários produtores de soja.

Segundo Albuquerque (2009, p. 4), no entendimento da imprensa brasileira e costumeiramente noticiado nos telejornais pelo país, os *brasiguaios* são trabalhadores pobres que viveram um período no Paraguai e, posteriormente, retornaram em busca de melhores condições de vida. A imprensa paraguaia classifica os *brasiguaios* como empresários agrícolas, sojeiros, que estariam prejudicando o meio ambiente, expulsando os *campesinos* paraguaios da terra e provocando ingerências na soberania nacional.

Albuquerque (2009, p. 4) ainda, considera que a caracterização de *brasiguaios* vai além dessas visões parciais e distorcidas da realidade social vivida, que desconsideram questões de classe e lógicas de produção e trabalho que são características desses migrantes brasileiros que vivem atualmente no Paraguai e no espaço de fronteira entre os países. Mas afinal, como teria surgido a denominação *brasiguaios*? Para quais sujeitos cabe a “identidade” de *brasiguaios*?

Segundo Sprandel (1997, s/p) foi a partir do ano de 1981/1982 que se deram os primeiros passos para a construção da denominação *brasiguaios*. Relacionando-se aos conflitos e às dificuldades enfrentadas pelos brasileiros no Paraguai, tais como: violências sofridas e problemas na comercialização da produção agrícola.

Em 1982, o governo brasileiro, com intenção de contornar a situação, direcionou cerca de 500 famílias vindas do Paraguai para assentamentos em território brasileiro, uma parte assentada no Projeto Braço Sul, na Chapada do Guimarães (MT) e a outra parte no Vale do São Francisco (BA) (SPRANDEL, 1997, s/p).

Como a quantidade de camponeses e trabalhadores brasileiros que estavam saindo/retornando do Paraguai era grande, a medida paliativa do governo brasileiro ao assentar 500 famílias não chegou nem perto de solucionar a questão. Os brasileiros expulsos do Paraguai, somados aos expropriados e expulsos do próprio campo brasileiro, principalmente, os do estado do Mato Grosso do Sul, aglutinaram-se nos municípios da região Sul desse Estado e realizaram novas ocupações de terra nos anos seguintes (SPRANDEL, 1997, s/p).

A primeira ocupação promovida por 800 famílias sem-terra no ano de 1984 na região fracassou. Essa ocupação ocorreu na Gleba Santa Idalina, município de Ivinhema e foi imediatamente reprimida pelos proprietários da área (Grupo SOMECO). Somaram-se na defesa da propriedade privada as vozes do latifúndio, contando com o apoio das forças policiais do estado do Mato Grosso do Sul (SPRANDEL, 1997, s/p).

No ano de 1985, parte das 800 famílias que realizaram a ocupação frustrada da Gleba Santa Idalina, no ano anterior, se somaram a outras, estimando-se em 1.000 famílias, ocuparam a praça central da cidade de Mundo Novo (MS), reivindicando terras. Essa ocupação relacionou-se ao lançamento do PNRA, em 14 de junho desse mesmo ano. Como grande parte dessas famílias havia retornado do Paraguai, elas lançaram o documento intitulado Carta à População, no qual constava, além de inúmeras denúncias e reivindicações ao governo brasileiro, a denominação de *brasiguaios*, ou seja, ela surgiu no contexto de luta (SPRANDEL, 1997, s/p).

O documento Carta à População foi divulgado no Município de Mundo Novo, exatamente uma semana após o início do acampamento, quando decidiram tornar público o que definiram como sua história: Nós Brasiguaios, acampados em Mundo Novo, queremos contar um pouco de nossa história. É cheia de dor e sofrimento [...]. (SPRANDEL, 1997, s/p).

Segundo Sprandel (1997, s/p), o conteúdo da carta expressava alguns elementos esclarecendo o caráter inicial do termo *brasiguaios*. Para a autora, a carta enfatizava no início a nacionalidade brasileira dos chamados *brasiguaios*, como também sua profissão: agricultor. Na sequência apresentava as dificuldades enfrentadas enquanto pequenos agricultores no Brasil antes de migrarem ao Paraguai. Destacava o processo de concentração fundiária aliada

a mecanização da agricultura brasileira, desdobrando-se em dificuldades para realização de novos contratos de arrendamento e possibilidades de trabalho no campo.

Além desses apontamentos, verificavam-se denúncias de diversos tipos de violências e dificuldades dos agricultores brasileiros no Paraguai, tais como: “a necessidade e o preço da documentação de imigrantes, problemas na produção e na comercialização de produtos agrícolas, irregularidades no mercado de terras e, imbricada nos três primeiros, a atuação de autoridades paraguaias entre os imigrantes brasileiros” (SPRANDEL, 1997, s/p).

Os chamados *brasiguaios* passaram por um conjunto de dificuldades no campo brasileiro, fazendo-os tentarem outra vida no Paraguai. Após migrarem ao território estrangeiro, enfrentar novamente situações adversas e até mesmo de violências físicas, saíram/retornaram ao Brasil. Portanto, são situações de expropriação e expulsão iniciados no Brasil e repetidas no Paraguai.

Segundo Sprandel (1997, s/p), o uso da nova “identidade” *brasiguaios*, no acampamento de Mundo Novo, tinha a finalidade estratégica de unidade e coesão do grupo em prol do rápido atendimento por parte do governo às suas reivindicações. Deu certo, porque logo após a constituição do acampamento, a onda de pressão por parte do MST e de seus inúmeros acampamentos criados nas margens das rodovias do Oeste do Paraná atingiu o governo. Para atender essa demanda dos *brasiguaios*, em outubro de 1985, o governo desapropriou 18.468 ha em Ivinhema e criou o projeto de assentamento Novo Horizonte, cedendo a pressões do Movimento.

Essa conquista foi um marco para reforçar ainda mais a “identidade” *brasiguaios*, ou seja, foi no acampamento em Mundo Novo a forja da nova “identidade” desses sujeitos. Segundo Sprandel (1997, s/p), “estes seriam, pois, os ‘brasiguaios históricos’, os que usaram a identidade para definir fronteiras e se organizar”.

Embora, criando-se certa homogeneidade no uso da nova “identidade” no acampamento em Mundo Novo, não havia consenso para tal condição, pois, para os acampados, se se estendessem a denominação *brasiguaios* a todos os pequenos agricultores brasileiros que viviam no Paraguai, fortaleceria a luta e a estratégia política (SPRANDEL, 1997, s/p).

Além disso, a variedade de entendimentos sobre a nova “identidade”, dentre os acampados em Mundo Novo, e a dimensão dessa denominação, causava muitas confusões e mal entendidos entre os próprios *brasiguaios*.

Para a maior parte dos acampados, no entanto, tal expressão não possuía nenhum significado anterior. Jamais ouvida ou utilizada como atribuição durante os tantos anos vividos no Paraguai, "brasiguaios" é um nome que "foi colocado" ou "que surgiu" já quando estavam em território brasileiro [...] Eu acho graça desse nome, brasiguaião, que arranjaram pra nós. Nunca tinha ouvido falar de brasiguaião lá no Paraguai, só depois do acampamento que surgiu esse nome, de brasiguaião (rindo). (SPRANDEL, 1997, s/p).

Para muitos acampados, a "identidade" de *brasiguaios* surgiu na Pastoral da Igreja Católica, que acompanhava a situação dos brasileiros no Paraguai. Há uma versão dos acampados relegando que a criação da "identidade" foi realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mas, também atribuída ao conjunto dos sem terra.

Foi pela Pastoral que foi colocado esse nome de brasiguaião. Agora significa – o brasiguaião – que o povo foram do Brasil e entraram no Paraguai e voltaram do Paraguai para o Brasil. Aí então pnharam Brasil-Guai." "O nome surgiu de nós mesmos. A comissão pnhou o nome de brasiguaião e o próprio governo, o INCRA, botou o nome de brasiguaião. Porque é um nome que colou, né? Todo mundo brasiguaião, né? Mas lá no Paraguai não tinha esse nome, o nome criou em Mundo Novo. (SPRANDEL, 1997, s/p).

A autoria do título de *brasiguaios* pode até não ter sido criação dos próprios sujeitos que se encontravam naquela situação de marginalização social e econômica. Também a falta de reconhecimento da nova denominação por eles mesmos não fragiliza a utilização da "identidade" como estratégia de luta pela terra, mas também permite a diferenciação desse novo sujeito no espaço de fronteira, isso é que deu significado a denominação naquele momento.

É brasiguaião porque a gente residia lá no Paraguai, então a gente era brasileiro, né, e, sei lá, aquilo foi um apelido que foi colocado na época da organização, prá facilitar um pouco também a organização da terra. Prá mim, prá minha pessoa, esse título de brasiguaião deu força prá luta, porque se eles vem na época saídos do Paraguai e arrendando terra no Brasil, e depois eles quer formar acampamento, na época não tinha conseguido essa vitória. Então a vitória dos assentados de Novo Horizonte foi esse título. (SPRANDEL, 1997, s/p).

A coesão e a força para as lutas camponesas, atribuída a "identidade" *brasiguaios*, possibilitou algumas conquistas para os sem-terra, como é o caso do assentamento Novo Horizonte. No entanto, a posterior organização no Movimento dos *Brasiguaios* não avançou muito no seu maior propósito, ou seja, a conquista de novos assentamentos para contemplar a totalidade de famílias brasiguaias expulsas e/ou expropriadas do Paraguai. Isso, pois, as

correlações de força eram e continuam extremamente desiguais, mas a nova “identidade” teria forjado o sentimento de luta e de consciência política para os sujeitos marginalizados tanto social, como economicamente.

Nesse contexto, o uso do termo *brasiguaios* sofreu ressignificações, sendo cotejada por questões culturais (hibridismos), de identidade, de nacionalidade e de classe social que os sujeitos pertencem.

Diante dessas diversas características que norteiam as interpretações sobre os *brasiguaios*, deflagram-se equívocos metodológicos e políticos dificultando a análise aproximada sobre esses sujeitos em constante instabilidade política, socioeconômica e territorializados de forma precária na fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

Para contribuirmos nessa análise, discutiremos, brevemente, as características dos sujeitos *brasiguaios* da fronteira e que, no nosso entendimento, o conteúdo de classe é o principal forjador dessa “identidade” dos *brasiguaios*.

Portanto, no nosso entendimento, o termo *brasiguaios* carrega o conteúdo forjador desses sujeitos ultrapassando o caráter de identidade, atribuindo-os agregações cotidianas alimentadas pelos conflitos, pelas lutas e pelo trabalho na terra. Práticas e relações construídas a partir de ações individuais ou coletivas para se manter na terra, como é o caso dos *brasiguaios* da Colônia Marangatú, objeto principal desse estudo, que reafirmam a identidade de classe, elemento importante para o campesinato.

Mas, os *brasiguaios* não são apenas aqueles sujeitos vinculados aos movimentos de luta pela terra, assim com se forjaram enquanto sujeito social no Movimento dos *Brasiguaios*. Atualmente, grande parte está organizada, sobretudo, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), e vivem na fronteira (FABRINI, 2010, p. 1).

Existe também um sujeito social *brasiguai* desvinculado dos movimentos sociais, territorializado precariamente, meio brasileiro e meio paraguaio. Trata-se de sujeitos despossuídos de terra, de organização, emprego, segurança, escola, direitos, cidadania etc. (FABRINI, 2010, p. 1) (grifo do autor).

Portanto, não são sujeitos envolvidos apenas na luta pela terra e reforma agrária, a partir da organização nos movimentos sociais. Também, o que forja esses indivíduos é sua mobilidade e precária territorialização no espaço de fronteira. Todavia, “territorialização precária e organização nos movimentos sociais são os elementos basilares para compreensão da existência desse sujeito oprimido, expropriado e subordinado na fronteira entre Brasil e Paraguai” (FABRINI, 2010, p. 1-2).

Portanto, o elemento central que configura os sujeitos *brasiguaios* não é a nacionalidade (brasileira) e a identidade, mas sim, a classe social a qual pertence os indivíduos. Logo, os grandes empresários rurais, produtores de soja, não possuem essa “identidade” e não se identificam enquanto *brasiguaios*, mas como “brasileiros no Paraguai”.

Nesse sentido, sistematizamos a categoria *brasiguai* que, na região estudada, é mais visível, ou seja, *brasiguaios* são os pobres que foram para o Paraguai, porque foram excluídos da terra em seu país de origem. Alguns conseguiram ascender socialmente e a maioria não conseguiu, tendo muitos destes retornando ao Brasil em condições ainda piores de quando migraram. Tal situação é diferente dos grandes proprietários de terra, os conhecidos “brasileiros no Paraguai”, que, na região norte do Departamento de Alto Paraná, não são designados como *brasiguaios*. O grande definidor do ser “*brasiguai*”, além da resistência no tocante a permanência na terra é a classe social a que esse sujeito pertence. (FERRARI, 2009, p. 110-111).

Assim, os pequenos agricultores, os sem terra e os trabalhadores são marginalizados pela condição de classe a que pertencem e não pela nacionalidade. Os grandes produtores de soja, principalmente, não têm sentimento de pertencimento ao lugar, pois atuam apenas como exploradores dos meios de produção (neste caso a terra) e, em certa medida, impõem sua cultura, costumes e tradições em terras estrangeiras.

Na realização do trabalho de campo, questionamos um camponês *brasiguai* sobre como os fazendeiros de origem brasileira se consideram em território paraguaio, ele foi incisivo:

Eles, os fazendeiros não se consideram *brasiguaios* não! Eles dizem assim: eu sou brasileiro, é assim! Estou aqui para ajudar essa “vadiosada”. Tenho minha fazenda aqui para ganhar dinheiro. Eles, inclusive, mandam os filhos estudar no Brasil, porque para eles o estudo não presta no Paraguai. Eu não fiz isso, todos meus filhos estudaram aqui, aprenderam bastante coisa, o estudo é bom, não posso me queixar! (Moisés, informação verbal).

No depoimento acima, verificamos os fazendeiros brasileiros, residentes no Paraguai, são identificados como “brasileiros no Paraguai” e não como *brasiguaios*. Também, no entendimento do depoente, eles não têm sentimento de pertencimento àquela pátria, pois seu interesse é explorar as terras férteis da região de fronteira e acumular riquezas em solo estrangeiro.

Ao mesmo tempo, os fazendeiros brasileiros acumulam riquezas, a partir da exploração das terras de fronteira no lado paraguaio, mantêm relações preconceituosas com os pobres do Paraguai, principalmente relacionadas aos camponeses. O preconceito em relação

aos camponeses não é exclusividade dos grandes fazendeiros brasileiros, mas, também entre os camponeses *brasiguaios* na fronteira.

Verificamos diversas narrativas sobre isso durante a aplicação dos questionários aos *brasiguaios* envolvidos em conflitos fundiários e, também, nos diálogos na comunidade da Colônia Marangatú (Paraguai). As narrativas dos *brasiguaios*, em relação aos camponeses paraguaios, não são homogêneas entre os pesquisados, mas, sobressaem-se preconceitos, sobretudo, relacionados ao trabalho.

Sabe que eles entendem de nós como invasores. Nós estamos aqui a mais de trinta anos, mas eles não valorizaram essas terras, elas eram deles. Mas eles não sabem trabalhar na lavoura, são preguiçosos. Eles têm muita inveja dos brasileiros porque em cinco anos já conseguimos comprar carro, casa, eles não. Enquanto nós estamos pelando no sol eles estão tomando tererê debaixo da sombra. Não querem trabalhar, mas a relação não é boa. (Alceu, informação verbal).

Estas narrativas demonstram representações de brasileiros e *brasiguaios* enquanto “trabalhadores” e os camponeses identificados como “preguiçosos”. Portanto, existe a busca de autoafirmação de um grupo sobre o outro, na tentativa de dominação, controle e marginalização social, cultural, econômica e política. Embora esse entendimento não seja direcionado exclusivamente aos camponeses do país vizinho, mas também a boa parte da população paraguaia, principalmente os pobres e marginalizados.

Em 1972, quando o escritor Eduardo Galeano realizou trabalho de campo no departamento de Alto Paraná, era possível constatar a configuração de ideologia do desprezo aos camponeses pelos migrantes brasileiros: “¿sabe ló que passa? El paraguay no trabaja. Cultiva 365 mandiocas por año. Come una por día y con eso le alcanza” (GALEANO, 1988, p. 200).

Quando aplicávamos questionário a um camponês *brasiguai*, uma passagem parecida com a que Galeano (1988) presenciou verificamos: “paraguai não gosta de trabalhar! quer viver assim, tranquilo. Planta uma mandioquinha pra comer e caça uns bicho de vez em quando, é assim que vai levando a vida, sem preocupação nenhuma”. (Francisco, informação verbal).

Essas representações fazem parte da frente pioneira capitalista na fronteira Leste do Paraguai. Não são construções novas, presentes apenas entre brasileiros e *brasiguaios*/camponeses e paraguaios, como nos afirma Albuquerque (2010):

A figuração “trabalhadores” e “preguiçosos” é permeada por relações de poder entre os grupos sociais e pode ser visualizada em diferentes contextos sociais, históricos e geográficos: nas relações entre brancos e índios, colonizadores e colonizados, países desenvolvidos e subdesenvolvidos e nos mais diferentes cenários migratórios. Em todas essas figurações sociais, existem grupos dominantes que se consideram “trabalhadores” e nomeiam os outros inferiorizados com “preguiçosos”. (p. 176).

Segundo Albuquerque (2010), a busca pela afirmação da auto-imagem de “trabalhadores” em oposição aos “preguiçosos” na fronteira Leste do Paraguai relaciona-se a intensificação da frente pioneira capitalista, a partir da década de 1970. Assim, a partir do encontro de indivíduos com culturas e lógicas produtivas distintas, foram forjados mitos e preconceitos, principalmente norteados pelo trabalho e pela ideologia do progresso.

Além da autoafirmação dos brasileiros, “nós somos trabalhadores” e do desprezo que parte dos *brasiguaios* tem em relação aos camponeses paraguaios, principalmente, ao tocarmos na expressão campesinos surgem outras afirmações que se conectam na lógica do trabalho.

Essas afirmações são reforçadas e até mesmo cristalizam-se entre os *brasiguaios*, porque segundo eles, os *campesinos* são aproveitadores do governo, pois, recebem terra e depois de pouco tempo vendem e se dirigem para as cidades. “Eu acho que eles gostam muito de aproveitar do governo. Em relação a nós não temos queixas. Mas eles recebem terra e depois de um (1) ano já vendem e se amontoam nas cidades. Não gostam de trabalhar os campesinos!” (Dionísio, informação verbal).

Já para outro *brasiguai*, os campesinos fazem parte de uma classe pobre. Mas a pobreza, segundo ele, é fruto do ócio: “eles são uma classe pobre, mas porque não trabalham. O negócio deles é viver vendendo terra para os brasileiros e ir para frente fazendo a mesma coisa. Porque eles não ficam com a terra” (Gabriel, informação verbal).

No depoimento de Gabriel, verificamos a condição de pobreza dos campesinos diretamente relacionada a falta de “vontade de trabalhar”. No entanto, ao analisarmos com mais profundidade o depoimento, verificamos a contradição fundamental na argumentação. Embora, os *brasiguaios*, ao autoafirmarem-se enquanto trabalhadores esforçados, também fazem parte de um grupo marginalizado economicamente e socialmente, ou seja, fazem parte da mesma classe dos campesinos.

Outros elementos foram lançados pelos *brasiguaios* durante o trabalho de campo, reforçando a afirmação de que os campesinos não sabem trabalhar na terra, pois não possuem o espírito do trabalho e da ascensão social dos “pioneiros” migrantes brasileiros.

Os camponeses... eles é um movimento e eles lutam como o MST e eles julgam um direito de viver. Eles pegam um pedacinho de terra, mas o futuro deles é muito curto. Uns planta, já outros vendem, troca por um carro, uma moto. No começo eles até acham bonito, mas depois acho que enjoam de viver ali e vão embora. (Moisés, informação verbal).

No início do depoimento anterior, evidencia-se o reconhecimento de os camponeses terem o direito de reprodução na terra e a garantia da continuidade da vida, mas, na sequência, há afirmações negativas sobre esses sujeitos. De modo geral, poucas falas reconhecem e, acima de tudo, compreendem os motivos que levam os camponeses a tais práticas. A maior parte das falas reduz os camponeses a sujeitos “preguiçosos” e sem perspectiva de futuro.

Observamos entre os *brasiguaios* a construção das narrativas de autoafirmação, e também, de inferiorização do Outro, a partir do/no contato com diferentes grupos sociais, entre as diferentes culturas e lógicas de produção e consumo, explícitas no contexto da Colônia Marangatú. Buscamos, dessa maneira, a construção das narrativas da alteridade.

Não são narrativas inventadas pelos “pioneiros” *brasiguaios*, mas acentuadas e cristalizadas quando sentem-se ameaçados ou “injustiçados” pelas condições apresentadas. Verificamos no caso dos assentamentos dos camponeses que fracassam por diversos motivos, mas, nestes casos, são consideradas apenas questões relacionadas ao trabalho, ou seja, é apenas afirmada e reafirmada a figuração de “preguiçosos” aos camponeses paraguaios.

Entretanto, não é mencionada a ausência de políticas públicas para os camponeses assentados, tais como: crédito, assistência técnica, infraestrutura de transporte, garantia de aquisição da produção, preços mínimos dentre outras.

As políticas públicas direcionam os camponeses para a lógica do agronegócio, para realização de cultivos e práticas produtivas desprezando o conteúdo cultural, assim, provavelmente não terão aceitação por parte deles. Além disso, a eficácia destas políticas estará comprometida devido ao contexto socioeconômico e cultural dos camponeses ser antagônico às relações e produções do agronegócio.

Estes apontamentos dos *brasiguaios*, residentes na Colônia Marangatú ou nos municípios brasileiros próximos, direcionados aos camponeses, se aproximam das interpretações que parte das populações brasileira e paraguaia tem em relação aos Movimentos Sociais de luta pela terra e reforma agrária. Segundo o senso despolitizado, conservador e constantemente reforçado pela mídia conservadora dos países, os sem-terra são “vagabundos”, “invasores” de propriedades particulares produtivas, não respeitam as leis e a ordem. Logo, representam um entrave para o desenvolvimento dos países e do agronegócio.

Ainda que se sobressaiam depoimentos de desprezo aos camponeses, chamou-nos a atenção o depoimento do *brasiguai* envolvido nos conflitos pela posse da terra na Colônia Marangatú, o qual diferenciou-se dos demais, na mesma situação, envolvendo suas terras. Ele faz breve análise comparando a difícil situação de sua família com a vida de sofrimento dos camponeses. “A vida deles é bem sofrido. Na verdade eles são mais sofridos que nós que estamos passando essas dificuldades”. (Tinoco, informação verbal). Há certo reconhecimento social e de classe desse *brasiguai*, pela comparação entre os sujeitos em situações semelhantes. Além disso, o processo de marginalização social e econômica, atrelada à condição de instabilidade relacionada à propriedade da terra, tanto de camponeses *brasiguaios* como de camponeses, é um elemento que contribui para a “consciência de classe” desses sujeitos.

Portanto, a partir desses apontamentos e considerações, é possível afirmarmos que o espaço de fronteira entre o Brasil e o Paraguai é marcado pelos conflitos de diversas naturezas e intensidades, que vão além de questões de nacionalidade e de identidade. Ao focarmos na Colônia Marangatú, os conflitos norteadores desse espaço estão relacionados às práticas e às relações dos sujeitos com o trabalho e com seu modo de vida, pois, é espaço construído por diferentes grupos sociais, pertencentes a classes distintas e de diferentes lógicas de produção, trabalho e de consumo.

Além disso, outro elemento, norteador do espaço de fronteira da Colônia Marangatú, são os conflitos verificados na apropriação da terra, objeto principal desse estudo. Conflitos que permeiam esse espaço desde o processo inicial de ocupação das terras, durante o final do século XIX e início do século XX, com a instalação de Companhias de exploração da erva-mate e da madeira – as *obrages*.

Atualmente, os conflitos pela terra na fronteira estão relacionados ao processo de expansão e intensificação capitalista, a partir de meados do século XX. Para ocupação e desenvolvimento de relações capitalistas nessa região, o Estado paraguaio, a partir do governo do General Alfredo Stroessner (1954-1989), incentivou a entrada de milhares de migrantes brasileiros nos departamentos fronteiriços ao Brasil, conforme destacado anteriormente.

A rápida e “descontrolada” ocupação das terras e as ilegalidades presentes nesse processo são os elementos fomentadores dos conflitos que se arrastam por décadas no espaço agrário paraguaio e tem se intensificado a partir dos anos 2000 na Colônia Marangatú.

No próximo capítulo (Capítulo III) apresentaremos as características contidas no processo de apropriação das terras da Colônia por empresas imobiliárias estrangeiras,

latifundiários, *campesinos*, camponeses brasileiros, posseiros de ambos os países e trabalhadores braçais.

Também analisaremos os conflitos inerentes a apropriação das terras, parte deles instalados a partir de expedientes das ilegalidades, tais como: falsificações de títulos, grilagens, especulação imobiliária, corrupção de autoridades paraguaias, violências de diversas naturezas dentre outros.

Soma-se ao processo de apropriação ilegal da terra e aos conflitos presentes, o caráter de movimento empregado pelos *brasiguaios* na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, mas especificamente, na Colônia Marangatu, pertencente ao Distrito de Nueva Esperanza, Departamento de Canindeyú (PY).

CAPÍTULO 3

CONFLITOS PELA POSSE DA TERRA NA COLÔNIA MARANGATÚ

3.1 – DAS OBRAGES AOS PROJETOS DE “COLONIZAÇÃO” NA REGIÃO ORIENTAL DO PARAGUAI

A apropriação capitalista da terra na região Oriental do Paraguai ocorre desde os anos seguintes ao término da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). Posterior a esse conflito, a intensificação dos problemas socioeconômicos e políticos do Paraguai, somado a pressões externas dos países vitoriosos (Brasil, Argentina e Uruguai, com o apoio da Inglaterra) forçaram o governo paraguaio a vender grandes extensões de terras públicas na região Oriental de seu território.

Essas áreas foram adquiridas por companhias exploradoras de capital misto (também denominadas de obrages⁹) inglês, argentino, francês e brasileiro, principalmente. Parte dessas empresas adquiriu propriedades na Região Fronteiriça Oriental (RFO) e entre os anos de 1883 a 1885 houve grande crescimento da exploração privada da erva-mate naquela região. A abertura ao capital estrangeiro demarcou o início da concentração fundiária no Paraguai (NICKSON, 2005, p. 220).

Segundo Nickson (2005, p. 221), uma das maiores companhias *obrageiras*, estabelecida na região Oriental, foi a *La Industrial Paraguaya*, no ano de 1886 (Figura 2). Um de seus sócios fundadores foi o Presidente do Paraguai, Bernardino Caballero, contando com a participação de capital argentino e inglês. Rapidamente transformou-se na maior empresa do

⁹ Denominação adotada inicialmente em território argentino, estendendo-se as mesmas propriedades no Paraguai ou concessões em território brasileiro, que significa originalmente local onde se trabalha manualmente. Ver: WACHOWICZ, Ruy C. **Obrageros, Mensus e Colonos**. História do Oeste Paranaense. Curitiba: Vicentina, 1982.

país, empregando, em 1911, cerca de 5.000 trabalhadores (também chamados de *mensus*¹⁰) em condição de semi-escravidão, dedicados a extração de erva-mate, corte e transporte de madeira e, também, a criação de gado. Essas atividades eram desempenhadas nos 2.647.727 ha, representando cerca de 17% de toda Região Oriental.

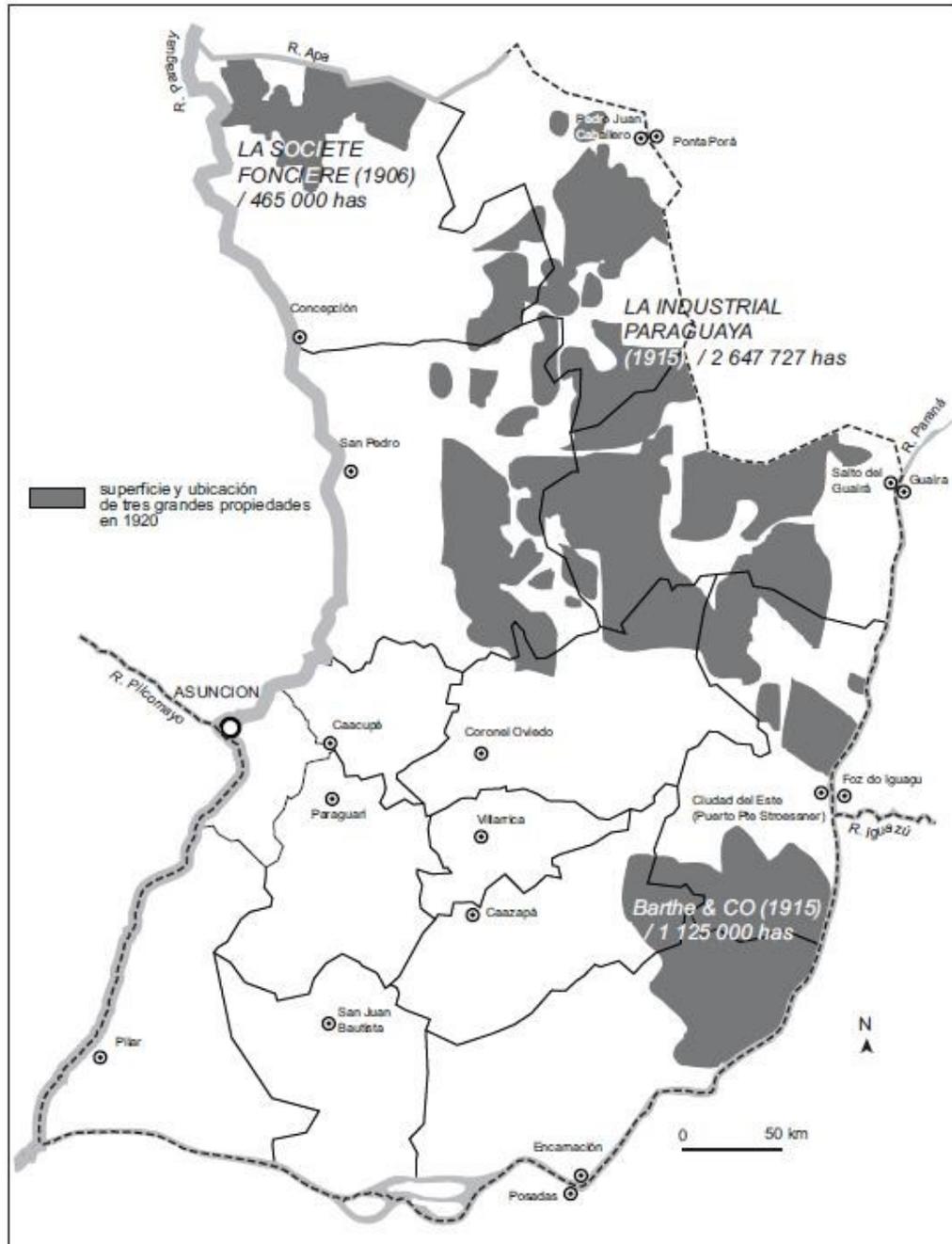


Figura 2 – Paraguai: Região Oriental - Latifúndios estrangeiros-1920

Fonte: Kleinpenning, 1992 *apud* Souchaud, 2008.

¹⁰*Mensus* eram trabalhadores indígenas ou mestiços recrutados pelas Companhias *obrageiras* e recebiam um ordenado por mês, geralmente em alimentos.

Outro importante latifundiário presente na Região Oriental foi o francês Domingo Barthes (Figura 2), com 1.125.000 ha concentrados no departamento de Alto Paraná. Em 1921, empregava cerca de 3.000 trabalhadores em 12.000 ha explorados com erva-mate, além de madeira e criação de gado. Além disso, era dono de embarcações a vapor para o transporte de mercadorias e produtos na rota de Buenos Aires – Assunção e no porto Ñacundaí, localizado na sua propriedade, às margens do Rio Paraná (NICKSON, 2005, p. 221-222).

Em Salto del Guairá – atual departamento de Canindeyú, havia outro grande latifúndio, com cerca de 800.000 ha, adquiridos em 1902, pela Companhia *Mate Laranjeira*. O Proprietário da Cia era o brasileiro Thomaz Laranjeira e empregava, no ano de 1911, aproximadamente 1.000 trabalhadores e utilizava 8.000 burros para transportar erva-mate (NICKSON, 2005, p. 222). Essa Companhia explorava, em regime de concessão, grandes extensões de terras no território brasileiro, localizadas no Sul do estado do Mato Grosso (atual Sul de Mato Grosso do Sul) e no Oeste do Paraná.

Como essas Companhias desenvolviam basicamente atividades de exploração de riquezas naturais, apenas alguns cultivos e a pecuária extensiva pelo trabalho dos *mensus*, não contribuíam para promover a ocupação dessas terras. Para os *obrageiros*, o aumento populacional da região poderia atrapalhar suas atividades extrativistas, assentadas na intensa e violenta exploração dos trabalhadores.

No período de meados de 1880 até, aproximadamente, ao ano 1950, não houve ocupação efetiva da RFO. Nem mesmo os cerca de 10.000 *mensus* que viviam e trabalhavam para as Companhias permaneceram nessas terras, porque as jornadas de trabalho eram extenuantes somadas às violências cometidas pelos capatazes dos obrageiros, muitos desses trabalhadores, ao término do contrato, abandonavam as áreas, outros fugiam para outras regiões ou eram assassinados em “acerto” de contas.

Ao longo dos anos de 1940, a estrutura fundiária do Paraguai continuou altamente concentrada. Mesmo com a perda de dinamismo da economia da RFO, devido ao enfraquecimento da demanda de erva-mate e às restrições na entrada de madeira na Argentina, nada foi alterado em relação à estrutura fundiária. Portanto, os latifúndios ocupavam grande parte do território paraguaio, juntamente com o incipiente setor industrial, não tinham condições de promover o dinamismo interno, o que poderia levar ao fracionamento das grandes propriedades (NICKSON, 2005, p. 223).

Dessa forma, até meados do século XX, continuavam presentes os “vazios demográficos” em boa parte da região Oriental do Paraguai. Nos grandes latifúndios estrangeiros, presentes na região Oriental, realizavam-se atividades decadentes,

exclusivamente relacionadas à exploração e exportação de erva-mate, madeira e carne bovina, via porto de Assunção e Buenos Aires, configurando-se como entraves à ocupação e desenvolvimento de atividades agrícolas em outras bases sociais e produtivas.

Segundo Nickson (2005, p. 222), em 1943, a RFO possuía apenas 1.582 unidades agrícolas, que somavam 1,7% do total do país. Cerca de 94% destes agricultores não eram donos das terras e produziam como posseiros nas terras de latifundiários e do Estado. A quantidade total de terras destinadas ao cultivo agrícola na RFO não ultrapassava 7.320 ha.

Diante do quadro de insignificante uso e cultivo agrícola das terras na RFO, em meados do século XX, foram implementadas políticas de Estado para promover a ocupação e aumentar a produção das terras agrícolas na região. As atuações do Estado foram estabelecidas com maior vigor a partir do início do governo de Alfredo Stroessner, em 1954. A partir desse momento, a principal ação do Estado foi distribuir terras para a iniciativa privada e, também, incentivar a produção de produtos destinados ao mercado externo, principalmente a soja.

Dentre as principais ações do governo de Stroessner para mudar o cenário do espaço agrário paraguaio, está à instalação das colônias campestinas na RFO, a partir do ano de 1961. Mas os escassos investimentos estatais em infraestrutura básica (estradas, saúde e educação), não possibilitaram avanços produtivos, sociais e econômicos aos campestinos das colônias.

Além da falta das condições mínimas necessárias para a instalação das famílias, outros fatores se somaram, como empecilhos para o sucesso do projeto, tais como títulos provisórios das terras, inexistência de canais de comercialização da produção, assistência técnica e crédito agrícola.

Os títulos provisórios, recebidos pelas famílias campestinas, foram importante fator para grande parte delas abandonasse as colônias nos primeiros anos, pois, com estes títulos, os campestinos não acessavam o crédito agrícola via Banco Nacional de Fomento (BNF). Somente após saldarem o pagamento das terras eram entregues os títulos definitivos, demorando até sete anos, muito tempo para as famílias produzirem nas terras em condições dignas.

Los colonos han sufrido por la creencia casi total de asistencia técnica, suministro de crédito y canales estatales de comercialización, así como también por las medidas sumamente inadecuadas para el suministro de agua y de medios educativos y sanitarios. Los títulos entregados a los colonos a su llegada sólo son provisionales y no otorgan la propiedad legal de la tierra. Los colonos sólo disponen de siete años, con un período de gracia de dos años, para pagar sus tierras a fin de obtener un título definitivo. A falta de

títulos legales los colonos no pueden obtener crédito agrícola del Banco Nacional de Fomento (BNF), ya que éste exige un título definitivo como garantía. (NICKSON, 2005, p. 235).

O governo Stroessner direcionou pouco investimento às colônias da região e a maior parte delas fracassou. Os camponeses foram abandonando a região, retornando para os departamentos interiores, principalmente, nas proximidades de Assunção. O “fracasso” das colônias camponesas contribuiu para legitimar a intenção do governo Stroessner, que era direcionar o processo de apropriação das terras aos latifundiários estrangeiros e também com camponeses de origem, sobretudo, germânica, vindos do Brasil. Portanto, no contexto decadente das colônias camponesas intensificaram-se as alterações do espaço agrário da RFO.

As mudanças inseridas no contexto de expansão do capitalismo e certa ausência do Estado, forjaram, a partir de intenso conflito, o processo de ocupação da terra na RFO, principalmente a partir das décadas de 1960 e 1970, anos de maior fluxo migratório de brasileiros para a região.

Portanto, se anteriormente uma parcela das terras paraguaias da região de fronteira com o Brasil foi ocupada com colônias camponesas que, por falta de apoio estatal, não vingaram, posteriormente, iniciou-se gradativamente o processo de definhamento destas colônias, a partir da chegada de migrantes brasileiros, camponeses familiares, principalmente.

Além da apropriação das terras constituintes das colônias camponesas por camponeses oriundos do Brasil, expressiva parte das terras estava de posse de latifundiários estrangeiros que, aos poucos, mas não na totalidade, foram transformando-se em projetos de “colonização”, cedendo lugar a pequenos lotes ocupados, principalmente com camponeses.

Naquele contexto, ocorreram as transformações do espaço agrário da RFO. Um exemplo foi a ocupação da Colônia Marangatú, onde um grande latifúndio, propriedade de um argentino, transformou-se em projeto de “colonização”. Uma parte de suas terras foi comercializada em pequenos lotes para camponeses paraguaios, mas, sobretudo, para camponeses vindos dos estados do Sul do Brasil. As características de apropriação da terra e de formação da Colônia destacaremos a seguir.

3.2 - CARACTERÍSTICAS GERAIS DA COLÔNIA MARANGATÚ

A Colônia Marangatú foi fundada no ano de 1962 pela Colonizadora também denominada Marangatú, uma das colônias privadas mais antigas da região Oriental do Paraguai. A Colônia localiza-se no extremo Leste do departamento de Canindeyú, no distrito de Nueva Esperanza, fazendo fronteira com o território brasileiro, por meio do reservatório da Hidrelétrica de Itaipu, formado pelo represamento das águas do rio Paraná, no ano de 1982. (Mapa 1).

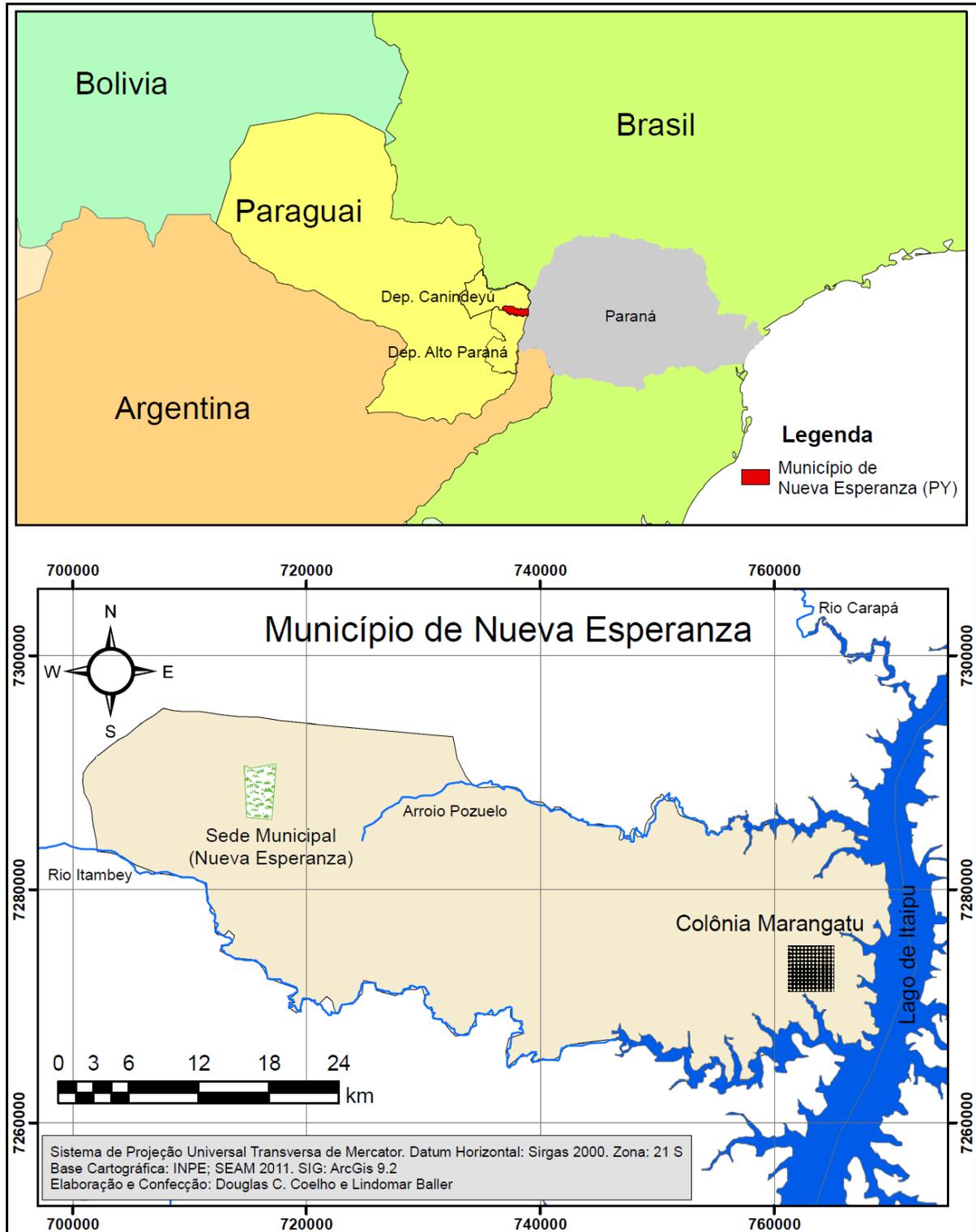
O nome Marangatú é derivado da língua Guaraní e segundo o dicionário “online iGuaraní”¹¹, significa *bom, honrado, honesto, virtuoso, humilde, sagrado* dentre outras. Fazem parte da Colônia diversas linhas de moradores, tais como: Porto Marangatú (Figura 3), Colônia Nueva, Linha Km 6, 8, 12, 13, 18, 24 e a Vila Primeiro de Março. As denominações das linhas referem-se às distâncias entre o Porto e as referidas comunidades.

A Linha Vila Primeiro de Março oferece serviços comerciais básicos, como mercearia, lanchonetes, posto de combustível e borracharia. A comunidade local conta, também, com os serviços de segurança pública, comandadas pelos comissários de Polícia, a partir de duas unidades instaladas em 1º de Marco e no Km 18 – a *Comissaria*.

Todos os serviços públicos disponíveis em Marangatú são precários e não garantem condições de vida digna aos moradores locais. Um dos piores serviços prestados pelo poder público é o de saúde, pois não existem hospitais e médicos na Colônia, apenas postos de atendimento emergencial para casos de “pequena complexidade”. Diante desse quadro de precariedade na assistência médica na Colônia, é intensa a procura pelos *brasiguaios* e paraguaios do atendimento médico hospitalar nos municípios brasileiros da área de fronteira.

Os serviços públicos voltados para a área da educação, na Colônia Marangatú, não permitem o ensino-aprendizagem satisfatório aos alunos. Não há transporte escolar para os alunos moradores mais distantes das escolas, obrigando-os a caminharem longas distâncias para frequentarem as aulas ou se deslocarem com motocicletas próprias em estradas de terra (Figura 4). Em dias chuvosos as condições são ainda mais difíceis para os estudantes irem para a escola devido à precariedade nas condições das estradas.

¹¹ Disponível em: <<http://www.iguarani.com/>>. Acesso em: 16 Jul. 2014.



Mapa 1 – Paraguai: Localização aproximada da Colônia Marangatú



Figura 3 – Comunidade Porto Marangatú

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 23 de Jun, 2014. Foto: do autor.

A - Travessia diária de passageiros e mercadoria através do lago de Itaipu até o lado brasileiro no Porto Britânia - Pato Bragado; B - Estrada em direção ao Porto; C - Escola Primária; D - Igreja Católica da Comunidade Porto Marangatú.



Figura 4 – Colônia Marangatú – estrada de terra batida

Fonte: trabalho de campo realizado no dia 24 de Jun, 2014. Foto: do autor.

3.3 - A COLONIZADORA MARANGATÚ

A apropriação da terra na Colônia Marangatú relaciona-se ao projeto de “colonização” posto em prática pela Imobiliária Colonizadora Marangatú, entre os anos de 1960 até início da década de 1980. A partir de informações obtidas com um ex-funcionário da colonizadora¹², atualmente morador na cidade de Marechal Cândido Rondon (PR), o proprietário da empresa era o argentino Carlos René Segin. Segundo o ex-funcionário, as terras da Colonizadora somavam 84.240 ha, margeando o rio Paraná numa extensão de 52 Km e 16,2 Km para o interior do território paraguaio.

Para dar sequência no projeto de “colonização”, a Colonizadora Marangatú comercializou lotes de terras a camponeses paraguaios, mas, principalmente, para migrantes vindos dos estados do Sul do Brasil. O tamanho dos lotes variava entre 10 a 20 ha. Mas, para os camponeses sem condições de acessar a terra a partir da compra, a Colonizadora fazia contratos de arrendamentos de lotes de tamanhos semelhantes.

A Colonizadora possibilitava aos interessados a compra de uma parcela do lote e o arrendamento do restante por um período de cinco anos, ficando o arrendatário responsável pelos pagamentos das rendas. A partir do final do contrato de arrendamento, a Colonizadora determinava aos arrendatários o pagamento de uma parte das terras arrendadas ou, caso não fosse possível, ordenava o fim da exploração neste formato.

Além da comercialização de lotes de até 20 ha, principalmente a camponeses brasileiros, a Colonizadora comercializou duas grandes áreas de terra, desmembradas da área original, para latifundiários brasileiros.

Segundo o ex-funcionário, em 1971, a Colonizadora Marangatú vendeu a primeira grande área de terra para a Indústria de Alimentos IBEL Paraguaya S.R.L, filial da empresa IBEL S.A. Conservas Alimentícias do Brasil). Segundo documento da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), a IBEL possuía 19.000 ha de terra no ano de 1976 e dedicava-se ao processamento de palmito, menta e café (CEPAL, 1987).

Após alguns anos, a Colonizadora comercializou outra área, com cerca de 17.000 ha, para outro latifundiário brasileiro, chamado de Primo Zampieri, morador do município paranaense de Campo Mourão. Os 17.000 ha foram confiscados pelos militares paraguaios no

¹² Entrevista realizada com ex-funcionário da Colonizadora Marangatú, dia 06 de Abr. 2014, na sua residência, em Marechal Cândido Rondon (PR). Nome fictício: Felipe.

final da década de 1970. A primeira área vendida para a IBEL os militares não conseguiram confiscar. (Felipe, informação verbal).

A Colonizadora Marangatú após receber as indenizações referentes às áreas atingidas com a formação do reservatório de Itaipu, no ano de 1982, abandonou a Colônia, no entanto, ainda não havia realizado a titulação de todos os lotes comercializados pela empresa ou estavam arrendados a camponeses brasileiros e campesinos paraguaios. Do total de terras pertencentes à Colonizadora, após as vendas realizadas, e, também, com a indenização de parte das suas terras pela Itaipu, restaram cerca de 2.923 ha sem escrituração.

Para essas áreas de terra, a Colonizadora havia fornecido apenas contratos de arrendamentos com a opção de compra aos arrendatários e, posteriormente, caso não tivesse abandonado as terras, fornecer-lhes-ia os títulos definitivos para os lotes.

Diante disso, muitos camponeses brasileiros e paraguaios, ocupantes e produtores nos lotes, a partir de contratos de arrendamentos firmados junto à Colonizadora, com preferência de exercer a compra, continuaram produzindo nessas terras. Havia outras famílias ocupando as terras sem autorização da Colonizadora, aumentando a complexidade do processo de titulação. A situação verificamos no depoimento do camponês Vilson, envolvido nos conflitos pela posse da terra na Colônia Marangatú, a partir do ano de 2001, na área de 2.923 ha.

A Colonizadora Marangatú era uma das firmas mais legal, séria dentro do Paraguai. Porque as terras legalizadas, que tem tudo escritura aqui no Marangatú não tem problema é tudo legal! Mas essa Colonizadora quando veio Itaipu, indenizou e ele ganhou muito dinheiro, porque tinha muita terra na beira do rio. E também as terras já estava cheio de morador dentro, invadiram essas áreas, entende? Não foram todos, mas muitos brasileiros invadiram e não foram paraguaios. Então, o Segin queria medir isso pra frente, até onde eu estava tinha medido pra frente, até e onde estou agora, mas deu um “contratempo” com um paraguaio e aí ele abandonou. Foi embora, ele tinham madeireira, serraria, fábrica de palmito, tinham tudo e nunca mais veio essa gente, né! essa firma. Aí tirou o administrador, ele era argentino e o advogado de Assunção Dr. Perone é o nome dele, aí ele abandonou essa área. Olha é uma área grandinha, 2.923 ha de terra. Então essa firma nunca mais botou os pés no Marangatú. Até aquele momento eles tinham medido uma parte e outra ficou fora, essa ele não tinham legalizado entende? E essa área que está com problema. Mas depois disso foram produzindo e um vendendo pro outro e assim foi, até hoje sem documento (Vilson, informação verbal).

Analisando o depoimento acima, verificamos as dificuldades da Colonizadora Marangatú para a comercialização, medição e a titulação dos lotes, pois, muitos migrantes brasileiros estavam ocupando as terras sem autorização da Colonizadora, ou seja, a empresa

perdeu o controle do processo de ocupação das áreas que ainda não havia realizado a venda e escrituração.

Como o empresário/proprietário da Colonizadora havia recebido muito dinheiro das indenizações de Itaipu e, também, ao perder o controle na apropriação da terra, retirou-se da Colônia, sem retornar para resolver a questão da titulação das áreas que não havia fornecido o título de propriedade.

Como destacamos anteriormente, a ocupação das terras na Colônia Marangatú iniciou-se na década de 1960, quando muitos camponeses, principalmente migrantes brasileiros, adquiriram lotes da Colonizadora Marangatú. Antes desse período, no decorrer do desenvolvimento da atividade *obrageira*, desde o final do século XIX, a terra era usada, principalmente, para o extrativismo das riquezas naturais, abundantes em grande parte da região de fronteira.

A partir do início da década de 1960, a ocupação da terra e o início de atividades agrícolas na Colônia relacionavam-se ao avanço da “Frente Colonizadora” interna e externa. A “interna” vincula-se ao projeto *Marcha hacia el Este*, para assentar camponeses dos departamentos interiores na região de fronteira. A “externa”, relacionava-se à entrada de migrantes brasileiros, principalmente camponeses e trabalhadores braçais, mas também, empresas imobiliárias e fazendeiros (ZAAR, 2001, s/p).

A maior parte dos migrantes brasileiros, chegados a Colônia Marangatú, vinha do Estado do Paraná. Um dos principais motivos de os brasileiros atravessarem o rio Paraná e começarem vida nova no Paraguai, foram os conflitos entre camponeses, posseiros, latifundiários grileiros e jagunços, na região do município de Nova Aurora (PR), região Oeste do Paraná. Embora tais conflitos foram muito presentes no processo de ocupação da terra em praticamente todas as regiões paranaenses.

Como destaca o agricultor Pedro, um dos “pioneiros” da Colônia:

Cheguei ao Marangatú em 1962, eu e mais 12 irmãos. Viemos de Nova Aurora-PR. Naquele tempo começou uma onda de expulsão de agricultores e posseiros por fazendeiros da região. Nós fomos expropriados das nossas terras, porque como meu pai sempre se dava muito bem com os fazendeiros de lá eles nos indenizaram da nossa terra, mas muitos outros foram expulsos pelos jagunços contratados pelos fazendeiros. Daí nós viemos para Marangatú (Pedro, informação verbal).

O depoimento demarca o contexto inicial de formação da Colônia Marangatú. Além disso, o depoente aponta os conflitos e as disputas pela terra presentes no espaço agrário do

Oeste paranaense, como fatores para a entrada de camponeses brasileiros nas terras pertencentes à Colônia.

Portanto, o processo migratório de brasileiros para o Paraguai foi provocado por um conjunto de fatores, relacionando-se político-economicamente com o propósito principal de expandir as relações capitalistas em territórios até então marginalizados em relação à produção agroexportadora.

Nessa perspectiva, Martins (1973) afirma que “a migração é, pois, um evento historicamente determinado pela expansão do modo capitalista de produção” (1973, p. 22). Isto é, a partir do momento em que as relações capitalistas expandiram-se pelas terras de fronteira do Paraguai exigiu um conjunto de atores, neste caso, migrantes brasileiros capazes de intensificar a produção agrícola em bases capitalistas tecnificadas, sobretudo vinculadas a dependência de máquinas, fertilizantes e agrotóxicos.

Com o propósito de legitimar a expansão das relações capitalistas, o conceito de migrante apresentado pelo pensamento liberal é insuficiente (propositalmente) para esclarecer o conteúdo do ato de migrar, pois, nem toda ação migratória do sujeito é caracterizada pelo planejamento ou pelo ato voluntário de fazê-la. Portanto, parte dos migrantes brasileiros, deslocados para o Paraguai em busca de oportunidades de trabalho, terra e de vida, foram expropriados, expulsos do Brasil pela violência física, mas, também, pela violência do desenvolvimento capitalista, principalmente. Situações semelhantes têm sido a tônica do processo de saída/retorno dos *brasiguaios* do território Paraguaio atualmente, como é o caso dos camponeses expulsos e expropriados da Colônia Marangatú.

Portanto, a migração, nestes casos, assume o caráter de migração forçada e não somente “espontânea” ou planejada pelos sujeitos, como o sociólogo Albuquerque (2010) enfatiza nos estudos sobre o espaço de fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

A concepção de migração forçada ultrapassa o conteúdo relacionado a momentos de exceção, como as guerras, por exemplo. Se avaliarmos o fenômeno da migração, na sua plenitude e no rigor de análise, verificamos muito mais sua condição de processo constante do que atribuído a momentos críticos de conflitos bélicos, como já mencionamos. Mas, qual é o vilão que promove a frequência dos processos migratórios? “Em se tratando de deslocamentos compulsórios, a guerra do desenvolvimento (capitalista) tem sido tão implacável quanto às guerras propriamente ditas” (VAINER, 1996, p. 6).

Vainer (1996, p. 6) interpreta a violência como fator migratório. Traz à luz do debate elementos e evidências de tempo-histórico diferentes, a partir dos deslocamentos populacionais entre territórios, com a finalidade de confrontar os pressupostos conceituais e,

sobretudo, com os silêncios teóricos a respeito dos nexos fundantes dos processos migratórios do passado e da contemporaneidade.

Segundo Vainer (1996), os silêncios teóricos e a conceituação do migrante enquanto sujeito que migra por vontade própria, estão atreladas as concepções do pensamento liberal, concernido nos pressupostos fundamentais da sociedade burguesa, mitificada pela famosa expressão: *liberdade de ir e vir*. “Para o pensamento liberal, o território aparece como o espaço da liberdade, e a migração como o movimento em que se exercita essa liberdade” (p. 6).

Seguindo a “cartilha” liberal e neoliberal (início da década de 1980), o conceito de migrante proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU), que tem por finalidade compreender os deslocamentos populacionais a partir de números e estatísticas, ou seja, apresenta quais (nacionalidades) e quantos indivíduos estão em processo de migração. Logo, tal conceito tem como objetivo homogeneizar os indivíduos, como também os processos de deslocamentos populacionais nas mais diversas regiões do mundo, isto é, não há possibilidades de compreensão da pluralidade que envolve o fenômeno da migração e o migrante.

Nessa perspectiva, escamoteiam-se os fatores e os elementos motivadores do ato compulsório de migrar de um território para outro. Como também aqueles sujeitos, a partir de condições adversas, fazem o caminho inverso, saírem/retornarem para seu local de origem e são constrangidos e/ou impedidos de fazerem.

O conceito de *migrante* proposto pela ONU, como o objetivo de unificar e compatibilizar as mensurações feitas em diferentes países, não deixa dúvidas: a migração resulta de um ato de vontade do *migrante*. E as pessoas que **são deslocadas pela força...?** E aquelas que **querem se deslocar e são impedidas de fazê-lo...?** E as que, **após terem se deslocado, são constrangidas a refazer o caminho de volta...?** (VAINER, 1996, p. 5) (grifos do autor).

Se a expansão das relações capitalistas de produção é responsável, em grande medida, pelos processos migratórios, também, neste contexto, o ato de migrar se configura com forma de resistência camponesa, pois, os camponeses brasileiros ao serem expulsos e/ou expropriados de suas terras, e não vislumbrando possibilidades reais e concretas de reproduzirem-se enquanto tais, no Brasil, migraram para o Paraguai. Portanto, naquele momento, tal atitude significou estratégia para manutenção e continuidade das práticas

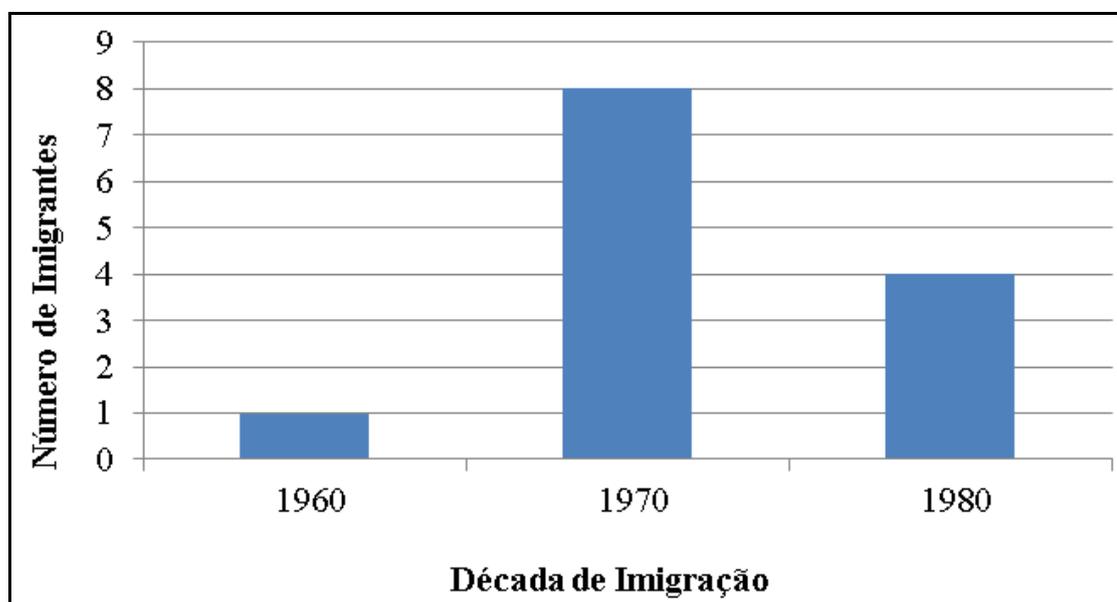
camponesas, embora desenvolvidas em outro país. Ou seja, migrar para resistir enquanto camponês!

A resistência camponesa, caracterizada pelo ato de migrar, foi um elemento basilar entre os migrantes. Do total de migrantes pesquisados (treze), apenas dois não se dedicavam às atividades camponesas no Brasil. Embora ambos buscassem entrar na terra e produzir, no território brasileiro não havia esta possibilidade.

Para alguns migrantes, as terras das localidades onde moravam eram de péssimas qualidades. Para outros, os preços das terras eram elevados, impossibilitando a compra. Até mesmo outras formas de permanência camponesa no campo, tais como: arrendamento e a produção “a meia parte” estavam se tornando cada vez mais difíceis, devido ao avanço da mecanização agrícola, principalmente. Portanto, migrar se configurou como ato de resistência aos avanços do capital no campo brasileiro.

Do total de treze pesquisados, apenas um (7,6%) migrou durante a década de 1960; oito (61,5%); migraram no decorrer da década de 1970; e quatro (30,7%) migraram na década de 1980 (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Colônia Marangatú: Períodos de maiores migrações de brasileiros para o Paraguai



Fonte: Trabalho de campo, 2014. Org.: Autor.

As localidades de origem dos camponeses estão restritas a dois estados do Sul do Brasil; Paraná e Santa Catarina. Do total de treze pesquisados, 85% vieram do estado paranaense e apenas 15% de Santa Catarina. No Quadro 2 estão representados os municípios de origem dos migrantes antes da mudança para a Colônia Marangatú.

Quadro 2 - Municípios de origem dos migrantes pesquisados

Migrantes	Município
SEBASTIÃO	Santo Antônio do Sudoeste (PR)
GABRIEL	Planalto (PR)
MOISÉS	São João (PR)
TINOCO	Ampere (PR)
ALCEU	Marechal Cândido Rondon (PR)
DIONÍSIO	Francisco Beltrão (PR)
CASEMIRO	Entre Rios do Oeste (PR)
FRANCISCO	Missal (PR)
DAVI	Cascavel (PR)
FERNANDO	Nova Aurora (PR)
GUILHERMINA	Santo Antônio do Sudoeste (PR)
VILSON	Mondai (SC)
PEDRO	Taió (SC)

Fonte: Trabalho de Campo, 2014. Org.: Autor.

A partir dos dados levantados no trabalho de campo, junto aos *brasiguaios*, constatamos outros motivos importantes, balizadores do processo inicial de migração camponesa à Colônia Marangatú, tais como: a confiança no regime militar (regime que no Brasil impossibilitava o acesso à terra aos camponeses sem-terra) e o preço baixo das terras na Colônia.

Os camponeses brasileiros, chegando ao território paraguaio, depositavam confiança nas autoridades militares atuantes junto ao destacamento de Porto Marangatú, conforme depoimento: “Naquele tempo era ditadura e sentimos segurança em comprar terra, as autoridades queriam que a gente viesse trabalhar, só vagabundo não era bem vindo aqui, quem quisesse trabalhar era bem acolhido” (Pedro, informação verbal).

O depoimento anterior demarca a hegemonia de um dos principais discursos disseminados pelos governos militares, o qual construía a ideia de que somente a partir do labor seria possível, desde que ordeiramente, conquistar seu sustento ou até mesmo adquirir um pedaço de terra e, assim, contribuir com o progresso individual e da nação. Quando o depoente fala que “vagabundos não seriam bem vindos” no Paraguai, somente àqueles imbuídos do espírito do trabalho e do lucro, está explicitamente reproduzindo o discurso hegemônico dos aparelhos do Estado norteados pela ideologia positivista.

O discurso hegemônico e a repressão que norteavam os Estados autoritários, não permitiam a parte dos camponeses à compreensão da situação perversa que estavam submetidos. A reprodução desse discurso, também foi influenciada pelos aparelhos privados de hegemonia, como A. Gramsci (1991) classificou. Isto é, certos grupos não são capazes de construir a leitura própria da realidade por falta de organização nos aparelhos privados de

hegemonia dentro da sociedade civil, restando-lhes assim, a apropriação de leituras do contexto social, político e econômico de terceiros, predominantemente construídas a partir de grupos dominantes.

A partir dessa construção ideológica, para muitos camponeses e trabalhadores brasileiros, migrantes para o Paraguai, a luta pelo direito à terra era entendida como ato de desordeiros.

Caso surgissem movimentos contestatórios relacionados aos direitos dos cidadãos (direito à terra e as liberdades individuais e coletivas, por exemplo), estes eram violentamente reprimidos e desconstruídos a partir da criminalização na opinião pública, por meio dos valores do mito positivista da *ordem e progresso*, muito utilizado pelos representantes dos governos da Ditadura civil-militar, sobretudo, reafirmado diariamente pela mídia conservadora-reacionária, pela burguesia, latifundiários e políticos subservientes e parasitas do regime político vigente.

A partir do conjunto de fatores determinados por um contexto político-econômico-social específico, desdobrando-se em empecilhos para reprodução social no Brasil, iniciou-se a migração para as terras da Colônia Marangatú.

O processo inicial de ocupação das terras da Colônia ocorreu a partir das margens do rio Paraná com a construção de um porto fluvial, o Porto Marangatú (Figura 5). Os agricultores adquirentes de lotes da Colonizadora recebiam um (1) alqueire para fixar residência às margens do rio, nas proximidades do Porto. Todavia, a imigração de camponeses brasileiros ainda era tímida.

A terra era barata. Meus pais compraram 10 alqueires de terra por 60 mil guaranis, direto com Carlos Segin da Colonizadora Marangatú. No início só tinha morador na beira do rio Paraná. Porque a Colonizadora dava primeiro 1 alqueire de terra na beira do rio, para depois ir abrindo os lotes comprados mais no interior da Colônia. Mas nos primeiros anos não havia muito brasileiro aqui. Isso foi crescendo mais nos anos seguintes, né! Por volta dos anos de 1970. (Pedro, informação verbal).

Os primeiros anos na Colônia não foram tranquilos para os camponeses brasileiros. As dificuldades eram grandes, principalmente pela falta ou precariedade das estradas ao longo da Colônia. A infraestrutura era praticamente inexistente nos anos iniciais da ocupação das terras de Marangatú, como relata Pedro: “Tinha apenas uma pista de avião. O campo de aviação é do tempo dos ingleses, achamos estradas antigas, abandonadas com árvores enormes, carretas antigas de puxar torras dos matos” (Pedro, informação verbal).



Figura 5 – Colônia Marangatú: Porto Marangatú

Fonte: trabalho de campo realizado no dia 23 de Jun. de 2014. Foto: do autor.

Além da falta de estradas na Colônia, quando os migrantes necessitavam de algum atendimento de saúde, a alternativa era retornar ao Brasil. Se ocorresse algum acidente de trabalho ou alguém fosse picado por algum animal peçonhento, situação corriqueira durante a derrubada das matas, era necessário atravessar o rio Paraná e buscar atendimento no lado brasileiro, principalmente, no hospital do município de Pato Bragado, à época distrito de Marechal Cândido Rondon.

Se o caso possuísse maior gravidade, o paciente era encaminhado para hospitais com maiores recursos médico hospitalares, localizados nos municípios da Mesorregião Oeste do Paraná, como por exemplo: Marechal C. Rondon, Toledo e Cascavel.

Logo após a aquisição das terras, a primeira providência era a construção de uma pequena casa, o rancho, no lote. Esses ranchos eram construídos com a madeira bruta retirada da abundante mata que cobria o solo da Colônia, como esclarece o depoimento a seguir:

Ao mudarmos para o Paraguai, para Marangatú, nós tínhamos pouco dinheiro, às vezes o dinheiro que tínhamos já tinha gastado com a compra da posse e se sobrou a gente precisa guardar para comprar algum mantimento

básico para a família. Para construção das casas usávamos pau roliço do mato e cravava no chão um perto do outro, sabe? Tenho vergonha de falar isso, mas não sei se tu conhece, mas era casa de pau-a-pique. Cercávamos de madeiras roliças enterradas e as frestas maiores nós fechava com pedaços de tábua, caso precisasse usava barro mesmo. As nossas camas nos primeiros anos eram de tarimba, era tudo difícil no começo, passamos muitas dificuldades mas sobrevivemos. (Guilhermina, informação verbal).

As atividades produtivas, realizadas pelos camponeses, durante a abertura das terras da Colônia, estavam praticamente norteadas pela produção de subsistência e autoconsumo. Como as estradas eram inexistentes para o interior do Paraguai, praticamente impossibilitava a comercialização de produtos com outras cidades e vilarejos do Departamento. Somente extraíam palmito, vendido para uma fábrica de conservas localizada às margens do rio Paraná.

A principal fonte de renda para os camponeses foi, durante vários anos, a comercialização de palmito, retirado no momento da derrubada das matas em suas terras.

No começo era tudo produção de subsistência, não tinha comércio. Plantava arroz, feijão e milho. Começamos a vender produto depois que terminamos de abrir a estrada até Salto del Guairá. Enquanto nós íamos fazendo a estrada tirávamos palmito. Tinha uma fábrica na beira do rio Paraná próximo ao Porto Marangatú. A fábrica chamava-se Sassil, seu dono era de Assunção e a produção era exportada. Isso foi no ano de 1966. Fazíamos caixas de madeira que comportavam 24 latas de alumínio, essas latas eram importadas de São Paulo. Essas caixas nós jogávamos em canaletas de 80/100 metros feitas de madeira nas margens do rio e elas desciam para serem embarcadas no navio. A produção seguia rio abaixo rumo Assunção, Buenos Aires e depois parte era exportada. (Pedro, informação verbal).

Durante a década de 1960, a produção extrativista era a principal atividade econômica desenvolvida pelos camponeses da Colônia Marangatú. Somente após abertura de estradas principais, ligando a Colônia a outras vilas ou cidades do Leste paraguaio, iniciou-se a alteração da dinâmica produtiva local.

Embora existisse certa confiança dos migrantes brasileiros para entrarem na Colônia, como mencionado anteriormente, havia também uma grande exploração do trabalho dos brasileiros, principalmente para abertura das estradas, ligando a Colônia com as outras comunidades e distritos próximos.

Se por um lado o Estado paraguaio autorizava a entrada dos migrantes (embora muitos entravam ilegalmente), ou seja, se fazia presente, por outro lado, delegava autoritariamente aos próprios camponeses a construção das estradas, como evidencia-se no relato a seguir.

A pior dificuldade aqui foram as estradas. Fizemos as estradas no machado, picareta, enxada e lavrando com o arado de boi. Derrubávamos o mato e os tocos nós cavávamos ao redor e depois cortava dentro do chão, uma judiação. Esse trabalho era feito todo sábado de manhã, éramos obrigados a fazer. Cada linha tinha um chefe que controlava a presença. Ai se faltasse, tinha que arrumar uma boa justificativa para não sofrer consequências com o Comissário. (Dionísio, informação verbal).

Existia o controle rígido dos militares em relação às atividades obrigatórias (construção das estradas), executadas pelos migrantes brasileiros durante a abertura das estradas da Colônia Marangatú. Os chefes dos grupos de trabalho fiscalizavam rigidamente a realização dos trabalhos e aqueles que não realizavam, de acordo com a ordem da chefia, deveriam prestar explicações ao Comissário, pagarem multas ou sofrerem alguma violência.

Durante a década de 1970 e 1980, intensificou-se a compra e venda do direito de posse¹³ (Figura 6), relação corriqueira entre os camponeses pesquisados. Não havia controle legal dos organismos do Estado para estas práticas e transações no mercado de terras. Elas ocorriam de forma paralela ao mercado formal, ou seja, havia (e ainda há) certa informalidade no processo de apropriação da terra na Colônia Marangatú, contribuindo para o acirramento dos conflitos pela posse da terra.

As vendas dos “direitos de posse” eram realizadas de *campesinos* paraguaios para camponeses brasileiros, principalmente. Os compradores dos direitos de posse eram os vizinhos de Colônia ou camponeses brasileiros, apossados pela modernização e mecanização das lavouras no estado do Paraná e queriam tentar a vida nas terras paraguaias. A afirmação de Pedro, migrante para a Colônia em 1972, nos apresenta como ocorria a apropriação da terra pelos camponeses brasileiros da Colônia Marangatú.

Em 1972, quando vim para o Paraguai viver na Colônia Marangatú, comprei o direito de um paraguaio, tudo funcionava assim naquele tempo, os brasileiros compravam o direito de paraguaios. Naquele tempo os brasileiros não vendiam terra, porque ainda era tudo muito novo aqui, apesar das dificuldades era muito bom, ainda é muito bom viver aqui! (Pedro, informação verbal).

¹³Comercializava-se o direito de posse e não da propriedade da terra. Não havia preços estipulados por ha. Durante a negociação entre as partes interessadas, os critérios de avaliação da área, naquele momento, eram os seguintes: existência de benfeitoria, área já derrubada e qualidade do solo. Os contratos de compra e venda do direito de posse eram feitos no Destacamento Militar do Porto Marangatú, principalmente. Ainda ocorre a compra e venda de direitos de posse na Colônia Marangatú. Os contratos de compra e venda são elaborados pelos Silos da Colônia, como verifica-se na figura a seguir (Figura 6).

Serie D

IMPUESTOS INT

18 DIC. 1987

DEL SALTO DEL GUARANY

Nº 462034

20

VENTE GUARANYES

Se [redacted] paraguayo Salto mayor de edad
Domiciliado en primeros de marzo obarangatu, fir el presente
Acto y Venta transfiere todos mis derechos que poseo sobre
una parcela de inmueble de diez hectareas aproximadamente
lugar para plantacion de monte al Señor [redacted]
[redacted] por 120 kilos de monte caudado pagadero
en dos parcelas de Cuarenta kilos Sirviendo el presente
como suficiente recibo de pago a obrer pinto que el comprador
tenga la libre ocupacion de dicho inmueble desde la firma
de la venta del inmueble quedando con todos las cargas
por el precio vendido con una hectarea libre
y el resto monte por la cual la cedo tambien mis
derechos de ocupacion de otros otros
los presente venta de inmueble firma en la Compasie
primeros de marzo, a los treinta dias del mes de diciembre
del año con mil conuente ochenta y uno

no se podria suscribir entre los vecinos

CONTRATO DE COMPRA VENTA DE INMUEBLE

Entre los Señores [redacted] en
adelante denominado el VENDEDOR, por un parte, y por la otra el señor [redacted]
[redacted] en adelante denominado el COMPRADOR.
Ambos mayor de edad, domiciliado en Marangatu, en común acuerdo celebran
este Contrato Privado de Compra Venta de inmueble que en adelante se registrá
por las condiciones siguientes:

PRIMERA: El VENDEDOR, por este acto, vende y transfiere a favor del
COMPRADOR un Lote Rural sin número, con 15.000 Hectáreas ubicado en la
colonia Marangatu.

SEGUNDA: El precio de venta del inmueble se establece por ambas partes en un
suma de Gs. 48.000.000 (Cuarente ocho millones), siendo el pagamiento al
contado.

TERCERA: A partir de la suscripción del presente documento el VENDEDOR
desiste de su posesión y dominio a favor del COMPRADOR asumiendo este toda
la responsabilidad de los daños que pudiera ocasionar a terceros por su uso. Con
lo que se da por terminado el presente contrato a cuyo fiel cumplimiento se obligan
ambas partes conforme y con arreglo a derecho. Este fue leído y ratificada por
ambas intervinientes quienes en prueba de conformidad lo firman en un mismo
tenor y a un solo efecto, en Colonia Marangatu a los 29 dias del mes Mayo de
2007

[redacted]

VENDEDOR

COMPRADOR

Figura 6 – Contratos de compra e venda de direito de posse

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 25 de Jun. 2014. Foto: do autor.

Portanto, são três formatos diferentes de apropriação e posse da terra na Colônia: compra do título de propriedade, arrendamento e aquisição do direito de posse.

Na Tabela 1 é possível apresentamos o formato de apropriação da terra realizada pelos camponeses investigados na pesquisa. Alguns *brasiguaios* possuíam uma parte da gleba legalizada (escriturada) e outra não legalizada (direito de posse).

Tabela 1 – Colônia Marangatú: formas de apropriação da terra – 1960-1980

MIGRANTES BRASILEIROS	TERRA ESCRITURADA /ALQUEIRES¹⁴	DIREITO DE POSSE/ ALQUEIRES	ARRENDATÁRIO DA COLONIZADORA/ ALQUEIRES
SEBASTIÃO	4,00	6,00	-
GABRIEL	-	5,00	-
MOISÉS	-	10,00	-
TINOCO	-	12,39	-
VILSON	2,89	6,19	-
ALCEU	9,00	19,00	-
DIONÍSIO	8,00	16,00	-
CASEMIRO	8,00	8,00	-
FRANCISCO	-	6,60	18,00
PEDRO	-	13,63	-
DAVI	4,95	2,89	-
FERNANDO	10,00	20,00	-
GUILHERMINA	-	5,00	-

Fonte: Trabalho de campo, 2014. Org.: Autor.

Analisando a Tabela 1, os treze migrantes (100%) adquiriram lotes a partir da compra do “direito de posse”. 58,3% adquiriram terra escriturada e também compraram direitos de posse. Apenas 8,3% era arrendatário de terras da Colonizadora Marangatú. Portanto, o mercado de terras na Colônia Marangatú era norteado a partir da prática de compra e venda do direito de posse.

As áreas cuja apropriação ocorreu a partir da compra do direito de posse são as quais residem os conflitos e disputas. Portanto, o elemento norteador dos conflitos são as terras sem titulação/escrituração por parte do Estado Paraguai. As terras tituladas pelo IBR, atualmente denominado de INDERT, apresentam menos problemas documentais, mas não estão livres de ilegalidades porque as falsificações de documentos de terra são expedientes muito utilizados no Paraguai.

Portanto, nessa fronteira, os conflitos de terras relacionam-se, sobretudo, à ilegalidade na apropriação das terras. Isso não indica, entretanto, que a legalização elimina os conflitos, pois esses são inerentes e da essência do modo capitalista de produção. Nessa fronteira, os

¹⁴ Um (1) alqueire equivale a 2,42 hectares (ha).

conflitos têm uma especificidade, ou seja, são originados, principalmente, no contexto de apropriação ilegal de terras, aliás, essa ilegalidade, é uma característica da questão agrária na fronteira.

3.4 - CONFLITOS NA COLÔNIA MARANGATÚ

Os conflitos relacionados à apropriação da terra não são recentes na Colônia Marangatú. No passado, quando da ocupação inicial da terra, não havia a dimensão e a gravidade apresentada para os ocupantes de terras sem titulação legal nos últimos anos, sobretudo para camponeses *brasiguaios* e paraguaios.

As disputas e conflitos pela posse das terras não tituladas intensificaram-se na Colônia Marangatú, a partir do início dos anos 2000, e relacionam-se a duas áreas não escrituradas durante o processo inicial de ocupação da Colônia, durante as décadas de 1970 e 1980, principalmente.

A primeira área em conflito possui 2.923 ha (Figura 7) pertencentes à Colonizadora Marangatú, que, após receber as indenizações de parte de suas terras da Itaipu, abandonou a Colônia sem finalizar o processo de escrituração dos lotes. No entanto, estes lotes estavam ocupados por camponeses *brasiguaios* e paraguaios, a partir da comercialização dos direitos de posse entre eles, ou também por meio de contratos de arrendamento firmados junto à Colonizadora.

A segunda área em disputa, também pertencia, inicialmente, a Colonizadora Marangatú, mas foi comercializada para um latifundiário brasileiro na década de 1970. Com mencionamos anteriormente, esta área foi confiscada pelos militares logo após sua aquisição.

Embora a área confiscada pelos militares na década de 1970 compreendesse 17.000 ha, atualmente, os conflitos pela terra, nessa área, se restringem a 380 ha (Figura 7), sem escrituração. No entanto, há rumores de que lotes escriturados, pertencentes ao total de terra confiscada pelos militares (17.000 ha), titulados pelo antigo IBR, não tem legitimidade, ou seja, poderão ser novos focos de conflitos pela posse da terra na Colônia Marangatú. Isso demonstra o quanto foi obscuro o processo de apropriação da terra na região de Marangatú.

3.5 – CONFLITOS PELA POSSE DA TERRA NA ÁREA DE 2.923 HA

Para facilitar a compreensão da abordagem, faremos, separadamente, a discussão dos desdobramentos dos conflitos pela posse da terra na Colônia Marangatú, especificamente nas duas áreas mencionadas, iniciando pela área de 2.923 ha.

Segundo informações coletadas junto aos camponeses *brasiguaios*, possuidores de terras de direito de posse nessa área, na área dos 2.923 ha, não titulados, os conflitos e as disputas começaram no ano de 2001 e envolvem, de um lado, supostos proprietários (dois irmão de nacionalidade francesa, denominados pelos posseiros de grileiros e seus jagunços, e de outro lado, camponeses *brasiguaios*, paraguaios, médios proprietários brasileiros, mas, também, um latifundiário brasileiro.

Os conflitos pela posse da terra, nesta área, tiveram início no ano de 2001, quando os supostos proprietários requereram judicialmente a propriedade das terras, intimando imediatamente os proprietários das terras de direito de posse para comparecerem a uma reunião. Como relata o camponês *brasiguaiio* Francisco:

Passados alguns dias, os supostos proprietários, os irmãos Lucas Oberti e Ivon Oberti de nacionalidade francesa enviaram um representante apelidado de “Nenê”, este de posse de uma escritura dos 2.923 ha que já iniciou as medições das terras. Também o representante entregava intimações aos ocupantes da área, as quais solicitavam o comparecimento de todos numa reunião nas dependências do salão comunitário de Colônia Nueva [uma das comunidades de constituição mais recente dentro da Colônia Marangatú]. Nessa reunião, todos os afetados pelas medições comparecem. Os supostos proprietários não foram. Mandaram o seu representante, o “Nenê”. Enviaram também uma proposta de venda das terras para os ocupantes. Os franceses queriam \$ 16.000,00 dólares por alqueire. (Francisco, informação verbal).

A partir do relato anterior, verificamos a intenção dos supostos proprietários das terras sem titulação não era a apropriação, com intuito de produzir, mas realizar a comercialização para quem morava e produzia, a partir da aquisição de direitos de posse. Buscavam apropriar-se da renda absoluta da terra.



Figura 7 – Colônia Marangatú: Localização aproximada das áreas em conflito

Fonte: Google Earth, 2013. Org.: autor

Ao desconfiarem da legalidade do título apresentado pelos franceses, alguns camponeses *brasiguaios* buscaram verificar de quem os franceses haviam adquirido as terras e se surpreenderam, pois, no título não constava o nome de Carlos René Segin, proprietário da Colonizadora Marangatú. Chegaram a conclusão que a escritura dos franceses pudesse ser ilegal, embora, alguns posseiros e outros proprietários, adquirentes de lotes a partir da compra do direito de posse, acreditavam na legalidade do documento apresentado pelos franceses. Como esclarece o camponês *brasiguai* Vilson, em entrevista na sequência.

Peguei a escritura e não li nada de nome de Carlos René Segin em cima. Li com cuidado de novo e vi isso aqui não tá certo. Mas eles se apossaram e disseram que pagaram, inclusive pagaram os imposto da terra, porque estava tudo atrasado, porque a Colonizadora Marangatú abandonou e nunca mais pagaram imposto daquilo. E eles quiseram e pagaram os imposto e nosso prefeito deu recibo, veja a pilantragem. Como é que ele foi dá recibo disso, se nem pertencia para os franceses, depois disso começou a guerra. Porque uma vez tu pagou o imposto e tu tem o recibo...aí tu vê o chucho que tinha! E alguns companheiros nosso começaram a acreditar que era legal, mas eu nunca acreditei naquele título. (Vilson, informação verbal).

A maior parte dos ocupantes das terras, não acreditando na legalidade do título, não aceitou a proposta para comprar a terra dos supostos proprietários (os franceses). Como forma de organização, os ocupantes dos lotes montaram uma Comissão composta por cinco pessoas, as quais tinham a responsabilidade de representação do conjunto dos envolvidos, além de fazer o controle dos pagamentos dos honorários do advogado contratado para representá-los junto à justiça paraguaia.

Na sequência, os camponeses entraram na justiça com pedido de *Usucapião*, devido à ocupação das terras pelo período de 20 anos e, segundo o Código Civil do Paraguai, lhes cabe esse direito¹⁵. No entanto, o pedido foi negado. A justiça alegou a não validade do direito de *Usucapião* em terras na faixa de fronteira a estrangeiros.

A partir da decisão favorável da justiça paraguaia, os supostos proprietários lançaram mão de diversos expedientes, como práticas intimidadoras (ameaças verbais, chantagens, dentre outras) e violências para se apropriem das terras. Como houve resistência de parte dos posseiros, negando-se a abandonar as propriedades e os bens conquistados, ao longo de 30

¹⁵ CÓDIGO CIVIL DEL PARAGUAY LEY N° 1183/85 Art.1989.- El que poseyere ininterrumpidamente un inmueble durante veinte años sin oposición y sin distinción entre presentes y ausentes, adquiere el dominio de él sin necesidad de título ni de buena fe, la que en este caso se presume. Podrá pedir el juez que así lo declare por sentencia, la que servirá de título de propiedad para su inscripción en el Registro de Inmuebles.

anos de intenso trabalho e produção nas terras da Colônia, os novos proprietários contando com apoio de jagunços e, inclusive, com forte aparato policial, expulsaram a força algumas famílias ocupantes das terras.

Estava chegando do rio e quando menos esperei (também sou pescador), me surpreendi com força policial (Policia Nacional) e os seguranças/jagunços do Lucas/franceses tudo no meu pátio e fortemente armados. Havia na faixa de 50 policiais e os jagunços eram vários. Quebram tudo que possuía na casa, somente não quebraram as janelas, pois implorei isso a eles. Pegaram e jogaram tudo no pátio, carne de peixe que estava no congelador. Fiquei com muito medo que iriam me matar. Após eles irem embora, consegui levar algumas coisas que não foram destruídas na casa de um vizinho (Francisco, informação verbal).

As ações violentas praticadas contra os *brasiguaios* são nutridas pela conivência das autoridades policiais, subornadas para respaldar as práticas dos supostos proprietários e de seus jagunços. Além disso, evidenciam certa fragilidade e inoperância das instituições do Estado paraguaio.

Portanto, a partir das fragilidades das instituições do Estado, muitas delas arraigadas nos 35 anos de autoritarismo da ditadura de Stroessner, são nutridas práticas de corrupção, de violências e, também, as grilagens tornam-se recorrentes formas de poder e controle do território.

A corrupção dos agentes estatais se configura como ranço político muito presente nos interstícios do Estado paraguaio, possibilitando que indivíduos, grupos e classes tirem vantagens político-econômicas no aparato estatal, sobretudo, nos organismos responsáveis pela regulamentação fundiária. Logo, a apropriação privada da terra, a partir de expedientes ilegais (grilagens, violências, expulsão de posseiros dentre outros), torna-se prática constante no país vizinho.

Embora os títulos de propriedade, apresentados pelos franceses aos ocupantes dos lotes, possuem validade questionável, conseguiram negociar/comercializar parte das terras com alguns camponeses *brasiguaios*, paraguaios, médios proprietários brasileiros e com um latifundiário brasileiro, acreditando-se na legitimidade dos documentos. Portanto, da área total em disputa (2.923 ha), foram comercializados 1.723 ha e foram repassados títulos de propriedade.

Da parte restante (1.200 ha), como não houve acordo para a compra dos títulos pelos outros camponeses, os franceses não hesitaram e expulsaram diversas famílias de posseiros,

violentamente, outros abandonaram as posses devido a inúmeras ameaças e temendo a integridade física. Grande parte dessas famílias retornou para o Brasil.

A partir da expulsão dos posseiros *brasiguaios* e paraguaios, os franceses arrendaram as terras a grandes proprietários por um período de três anos, impossibilitando o retorno dos posseiros às terras. Inclusive, os franceses contrataram jagunços para guarnecerem as terras e ameaçarem as famílias que quisessem retornar para os lotes.

No entanto, se num primeiro momento o conflito envolvia supostos proprietários e proprietários de terras que produziam nos lotes, a partir da compra do direito de posse, transcorridos aproximadamente três anos, apareceu um novo proprietário requerendo a posse de 500 ha de terra que os franceses já haviam se apropriado de forma duvidosa. A partir desse momento, as disputas pela posse da terra tornaram-se ainda mais conflituosas e três assassinatos ocorreram em vista dessas disputas. Como esclarece Francisco na entrevista abaixo:

Primeiro os franceses colocaram capangas e jagunços dentro da área para expulsar os colonos e não deixar mais trabalhar na terra. Daí apareceu o “Zanon” com o título de 500 ha que pegava uma parte da terra dos franceses. Aí o “Zanon” veio com a justiça expulsou os franceses. A mesma juíza que deu a terra para os franceses deu a terra para o “Zanon”. Ela dava o direito. Passou um tempo mataram o “Zanon”. Depois foi morto o Lucas Oberti, o francês e por último apareceu o sucessor do “Zanon” o tal de “Knaq” que também foi assassinado. Depois disso as coisas acalmaram, conseguimos voltar para as terras e começamos a plantar novamente a partir de uma medida cautelar expedida pela justiça a nosso favor, mas não saiu nada de documento ainda. (Francisco, informação verbal).

A partir do relato de Francisco, os conflitos relacionados à apropriação das terras, sem titulação na Colônia Marangatú, são extremamente violentos. A intensidade dos conflitos é alimentada pelo interesse na apropriação de terras valorizadas pela expansão do agronegócio latifundiário sojeiro na região, e, sobretudo, pela fragilidade das instituições estatais no controle do processo de apropriação e escrituração das terras paraguaias, principalmente na região de fronteira com o Brasil, facilita práticas de grilagens de terra, violências diversas, corrupção de autoridades dentre outras.

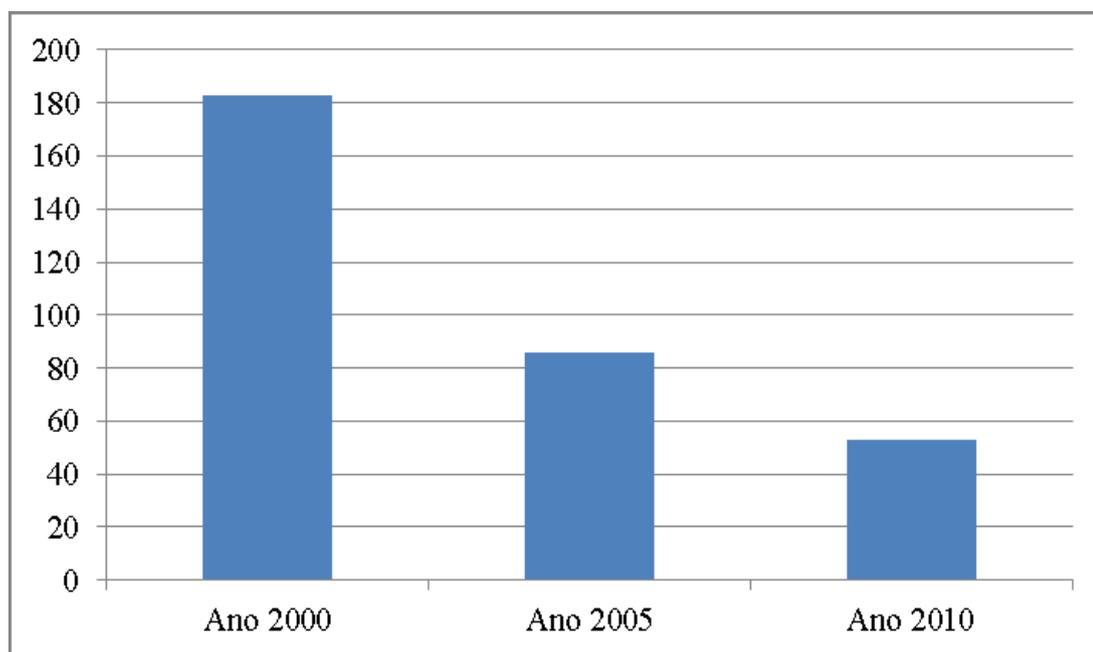
Segundo informações levantadas com os camponeses *brasiguaios* envolvidos nos conflitos da primeira área (2.923 ha), não é possível mensurar a quantidade de famílias residentes nos lotes. Algumas abandonaram as terras e outras venderam o direito de posse a proprietários maiores das redondezas.

Devido aos conflitos pela posse das terras, houve o processo de migração das famílias ocupantes das posses, principalmente para o Brasil. Essas informações foram coletadas por uma Comissão formada pelos posseiros no ano de 2000. A Comissão solicitou junto ao INDERT autorização para realizar um “censo” e também medir a área em disputa.

A partir da autorização concedida pelo INDERT, no ano de 2000, foi executado o processo censitário, no qual quantificou-se o número de famílias ocupantes da área e realizou-se medição dos lotes. A contagem das famílias repetiu-se por duas vezes; em 2005 e 2010. Os dados sobre o total de famílias ocupantes da área estão representados no Gráfico 2.

Após o último censo no ano de 2010, não foram realizadas contagens do número de famílias residentes nas áreas. Mas, segundo informações de membros da Comissão, acredita-se que, atualmente, a quantidade de famílias ocupando as terras seja bem menor da encontrada no último levantamento.

Gráfico 2 – Colônia Marangatú: Número de famílias de posseiros ocupando os lotes em 2000/2005/2010 (2.923ha)



Fonte: Dados obtidos pelo censo executado pela Comissão dos posseiros (2000, 2005 e 2010).

Org.: Autor.

Os destinos dessas famílias são diversos com a saída da área. Como o número é considerado relativamente grande, sabe-se o destino de algumas, sendo que a maior parte está no estado do Paraná, principalmente em municípios da Mesorregião Oeste, próximos à

fronteira. Outros estão no estado de Mato Grosso do Sul e alguns residem e trabalham nas fazendas próximas à Colônia Marangatú.

O “censo” levantou a quantidade de famílias posseiras ocupantes dos lotes, e a partir dos números levantamentos poderiam fazer pressão junto ao INDERT, para o Instituto fazer a mediação do conflito. No entanto, as famílias não conseguiram êxito em sua estratégia, pois a luta e a organização dos posseiros foram enfraquecendo, devido a diversos fatores: represálias dos supostos proprietários; muitas famílias foram vendendo seus direitos de posse e abandonando a Colônia com ressentimento de ficarem na luta e perderem tudo; maior parte dos posseiros não tinha condição financeira para honrar despesas com advogados; dentre outros. Há famílias de *campesinos* envolvidos.

A Comissão representante dos camponeses se desfez por diversos motivos, mas, o principal deles, foram os desentendimentos quanto ao pagamento de honorários aos advogados. Diversas famílias não pagavam as custas do processo e isso gerou conflitos entre os posseiros, levando ao fim as ações coletivas para regularização das posses.

No momento, as ações, com o propósito de titular os lotes em litígio, são individuais e apenas dois posseiros tentam a titulação das posses nessa área. Segundo as duas famílias de posseiros, faltam poucas pendências para conseguirem a escrituração das propriedades.

No entanto, há duas versões sobre os conflitos pela posse da terra entre os pesquisados na área dos 2.923 ha: a primeira, apresentada pelos camponeses *brasiguaios*, aponta que o título apresentado pelos supostos proprietários (os franceses) é falso, como mencionamos anteriormente. A segunda versão foi apresentada por um fazendeiro brasileiro (Manoel) numa entrevista. Manoel é proprietário de 300 ha de terras de direito de posse, na área de 2.923 ha em conflito. Na entrevista, ele afirmou que o título que os supostos proprietários (os franceses) apresentaram é legítimo.

Portanto, a questão é permeada por controvérsias não temos objetivo de apresentar respostas, mas, analisamos os desdobramentos socioespaciais dos conflitos pela propriedade da terra no espaço agrário da Colônia Marangatú, principalmente relacionados ao processo de concentração da propriedade da terra.

Segundo relato do fazendeiro Manoel, quando os franceses apresentaram-se como proprietários das terras (2.923 ha), os donos das posses ficaram desconfiados em relação à legitimidade do título, mas após investigação, verificou-se a validade da escritura apresentada. Ao entrevistarmos o Senhor “Manoel”, ele foi incisivo, afirmando que o título, dos 2.923 ha, apresentado pelos franceses, é legítimo, como destacamos a seguir:

Essa área pertencia a Colonizadora Marangatú e depois que ela abandonou essas áreas sem dar documento, também nunca mais pagou imposto, ficou 22 anos sem pagar impostos dessas áreas. Aí um apoderado de Colonizadora, ex-genro do dono da Colonizadora vendeu para os franceses os 2.923 ha por \$ 100.000,00 dólares. Os franceses pegaram e pagaram os impostos e apresentaram um título. No começo nós ficamos desconfiados e contratamos advogados para verificar isso. O que era estranho que a escritura não apresentava ata da Companhia que vendeu para os franceses, porque isso precisa ter ata de todos os anos prestando conta dos bens. Fui investigando até que descobri o endereço da Colonizadora em Buenos Aires e resolvemos ir até lá, mas passou alguns dias e apareceu as atas tudo certinho daí não fomos mais na Argentina, pois agora está tudo legal, o título é quente. (Manoel, informação verbal).

O depoimento do fazendeiro Manoel (2014) afirma que os títulos apresentados pelos franceses são legítimos, a versão dos camponeses *brasiguaios* diz o contrário. O que soa estranho, neste caso, são os valores pagos pela terra para os franceses. Segundo relato de Manoel (2014), ele teria pagado \$ 6.000,00 dólares por alqueire aos franceses, de um total de 125 alqueires sem titulação.

Segundo o posseiro Francisco (2014), que está efetuando a compra das terras dos franceses, esse valor cobrado por alqueire é inferior, como apontado a seguir:

Os franceses queriam \$ 16.000,00 dólares¹⁶ o alqueire. Agora, fora os advogados é \$ 1.750,00 dólares por alqueire, como os honorários \$ 4.235,00 dólares por alqueire. \$ 1.000,00 dólares vai para Mirta Cavaleiros que é a apoderada dos franceses e \$ 750,00 dólares é dos advogados para sair o título. (Francisco, informação verbal).

Mas as controvérsias não estão restritas somente aos valores diferentes por alqueire cobrados pelos franceses. O que já deixa a questão estranha, pois, o fazendeiro Manoel comprou antes dos posseiros e pagou mais por alqueire do que os mesmos que ainda estão tramitando com o processo de compra, pois, estes não aceitaram a legitimidade do título apresentado, muito menos os valores iniciais requeridos pelos franceses e entraram na justiça para negociarem outras possibilidades de compra.

Diante das informações expostas, ficam duas questões: como o título que os franceses apresentaram tinha, segundo o fazendeiro Manoel, validade e para os posseiros *brasiguaios* era falso? Como os posseiros podem ter a certeza de que o título, que está para ser entregue, tem validade?

¹⁶ No dia 23 de Jun. 2014, \$ 1,00 estava cotado a R\$ 2,21.

São questões que não objetivamos responder, mas alguns relatos ajudam a esclarecer um pouco a falta de controle que o Estado paraguaio tem sobre o processo de titulação das terras, principalmente na região de fronteira.

Durante a entrevista com o fazendeiro Manoel, foram colocadas algumas questões sobre as terras que ele havia adquirido dos franceses, mas antes disso, comprado a um valor bem inferior dos posseiros *brasiguaios* que estavam deixando a Colônia Marangatú, muitos destes, apossados pelos proprietários de silos, pela expansão do agronegócio latifundiário e, também, pelos supostos proprietários das posses.

Uma das questões levantadas durante a entrevista, foi a seguinte: como o senhor (fazendeiro Manoel) tem convicção que o título dos franceses tem legitimidade? “Coloquei no banco, hipotequei e o gerente disse que é legal” (Manoel, informação verbal). Voltei a questioná-lo: mas foi num banco privado ou no banco estatal que o senhor hipotecou o título? “Foi num banco privado, ficou lá uma semana, conversei especialmente com o gerente e ele me garantiu que o título era quente, isso me deu tranquilidade para comprar os 125 alqueires dos franceses” (Manoel, informação verbal).

A questão colocada ao fazendeiro Manoel teve o intuito de compreender outra problemática levantada pelos posseiros, ou seja, de que o título apresentado pelos franceses é falso. Mas, segundo os *brasiguaios* envolvidos no conflito, os bancos privados têm aceitado e hipotecado as propriedades, a fim de conceder empréstimos aos seus clientes. Como verificamos na entrevista a seguir:

Eu não acredito na validade desse título! eu ainda não acredito! Pode ser que seja, mas eu não acredito! Porque através de um compra de meu, ele foi um dos primeiros que comprou dez hectares, ele tem muita terra! Ele e mais um outro comprou dez hectares desses cara [franceses] e pagou a vista, porque pra ele dez hectares, perder ou não perder, isso pra ele tanto fazia! Pra ver se esse título era legal, pra isso que eles compraram. E lá o único lugar que nem o Banco do Brasil é o Banco Del Fomento, como eles chamam lá, ali tu descobre, os outros bancos qualquer um aceita! Agora é que nem o nosso Banco do Brasil aqui, se ali tiver um título falso tu não ganha empréstimo não. Mas daí ele pra falar o que que fizeram, teve que ficar quieto, viu como é o negócio lá. Mas eu sabia, ele veio logo e me falou. Ele comprou e pagou e disse agora vou enfiar esse título no banco, no Banco do Fomento, ele faz empréstimo, ele tem muita terra, pra ver se esse título é quente. Ele também me disse, eu não acredito que esse título é legal, eu vou comprar pra tirar essa dúvida, se eu perder esses quatro alqueire, dez hectares, não me importo. O que é que deu, levou no Banco do Fomento... o senhor olha os carimbo, o senhor lê e tudo mais... Esto no está en las propiedades del registro. (Wilson, informação verbal).

Embora o Banco Nacional de Fomento (BNF) tenha rejeitado os títulos adquiridos dos franceses, alegando que não constam no Registro Geral de Imóveis, a justiça paraguaia deu ganho de causa para os franceses, garantindo a legalidade dos títulos comercializados.

A partir das versões apresentadas, levantamos algumas hipóteses sobre a questão. Embora não seja possível apontar qual versão é a correta (nem é objetivo), verifica-se que pode haver certa participação do mercado financeiro “privado” nos conflitos fundiários na Colônia Marangatú e, de modo geral, na fronteira. Se o banco estatal (BNF) rejeitou o título dos franceses, mas os bancos privados têm aceitado, cabem algumas perguntas sobre esta problemática: Quais interesses dos bancos privados em hipotecar títulos falsos? Quem são os maiores beneficiados com tal expediente?

A partir das informações e evidências levantadas no trabalho de campo na Colônia Marangatú, parece-nos que há no Paraguai um mercado de títulos de propriedades rurais falsos, ou seja, que não possuem registros no Cartório Geral de Imóveis de Assunção. Que houve (ou que ainda há) a falsificação de títulos de propriedades no país vizinho é amplamente conhecida nos meios populares, acadêmicos, políticos e nos organismos do Estado paraguaio, mas da existência de um mercado de hipotecas falsas, fomentado pelos agentes financeiros privados, talvez não seja de conhecimento oficial.

Mas, isso traz à luz de análise as novas estratégias usadas pelas elites latifundiárias para a apropriação das terras, a monopolização do território e da produção. Tais estratégias obtêm êxito e servem aos interesses do agronegócio controlado por transnacionais no Paraguai. Em contrapartida, camponeses *brasiguaios* e paraguaios são violentamente expulsos das terras, aos olhos da justiça paraguaia.

A questão mostra-nos os caminhos e os expedientes utilizados por grileiros, latifundiários e agentes do mercado financeiro privado, alimentando o mercado de terras no Paraguai, sobretudo, na região de fronteira com o Brasil, áreas valorizadas pela expansão do agronegócio latifundiário da soja.

O possível esquema forma, na sua base, um tripé: grileiros-latifundiários-banqueiros, em sintonia e com finalidade de “legalizar” terras altamente produtivas, nas quais, o agronegócio latifundiário tem expandido, transformando a região fronteira numa “república privada da soja”, sob domínio de latifundiários e de empresas transnacionais, controlando o mercado de grãos no Paraguai.

O maior interesse desse tripé, a partir da posse das terras de Marangatú, está na apropriação da renda da terra. Em primeiro lugar, os grileiros realizam a comercialização das terras a latifundiários e abocanham, sobretudo, a renda absoluta. Em segundo, os

latifundiários ao adquirirem terras a um preço bem abaixo do mercado, podem colocá-las em produção ou comercializá-las adiante. Neste caso, se apropriando da renda absoluta e diferencial. Em terceiro, os banqueiros, ao financiarem os latifundiários, automaticamente asseguram a renda da terra e, além disso, garantem a continuidade da reprodução ampliada do capital na lógica da financeirização da produção no campo.

Associamos a esse tripé as empresas transnacionais, que, por sua vez, estão interessadas numa fatia da renda da terra. A apropriação da renda é realizada sem que estas empresas produzam no campo, pois “controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo” (OLIVEIRA *et al* 2014). As empresas transnacionais, ao monopolizarem a circulação de mercadorias, monopolizam o território sem a necessidade de territorializar os monopólios. Como destacado por Oliveira (*et al* 2014):

A monopolização do território é desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo. As empresas monopolistas atuam como players no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo e, às vezes, controlam a produção de agrotóxicos e fertilizantes. Esse processo gera o **controle monopolístico do território (monopolistic control of territory)**, ou seja, as empresas monopolizam a circulação das mercadorias sem precisarem territorializar os monopólios. Isto também quer dizer que se abrem possibilidades para o estabelecimento de alianças de classes entre aqueles que produzem de fato, em geral nacionais, e aqueles que fazem estas mercadorias circularem pelo mundo. (OLIVEIRA *et al* 2014, p. 49) (grifos do autor).

Portanto, tais interesses selam a aliança entre os diferentes atores e classes, configurando o espaço agrário e as produções do agronegócio a partir dos ditames das empresas transnacionais atuantes na comercialização de agrotóxicos e fertilizantes químicos, e detém o monopólio da comercialização e exportação de commodities no Paraguai, as quais destacam-se: ADM, Cargill e Bunge.

3.6 - CONFLITOS PELA POSSE DA TERRA NA ÁREA DE 380 HA

Na Colônia Marangatú há outra área com situação semelhante à relatada anterior. A área localiza-se nas proximidades da Vila Primeiro de Março, próxima à comunidade Santa Luzia e está relacionada a outras apropriações da terra, a partir da compra de direitos de posse. Essa área possui 380 ha em disputa.

Nesta área, recolhemos informações com nove camponeses *brasiguaios* envolvidos nos conflitos pela propriedade da terra. Todos residentes na Colônia Marangatú. Grande parte deles, e de suas famílias, encontram-se em situação de extrema precarização, abandonados a sorte no Paraguai.

Destacamos anteriormente que a Colonizadora Marangatú realizou, na década de 1970, a venda de 17.000 ha a Primo Zampieri, totalmente confiscada pelos militares.

Segundo depoimento dos camponeses *brasiguaios*, cerca de 380 ha dessa área são pertencentes aos 17.000 ha confiscados pelos militares durante a Ditadura de Stroessner, durante a década de 1970. Como não está titulada e a terra possui grande valor de mercado (\$ 30.000,00 o alqueire), no ano de 2013, apareceram supostos proprietários (chamados de Fernando Rafael Gómez e Mario César Person Báez), reivindicando a propriedade da terra (Figura 9).

No entanto, segundo os posseiros, a validade do título de propriedade é questionável. Mesmo assim, os supostos donos entraram na justiça para realização do despejo das famílias de posseiros dos lotes.

Em abril de 2013 a juíza da comarca de Salto Del Guairá, Silvia Cuevas Ovelar, concedeu mandado de despejo obrigando os ocupantes das terras, no total de 26 famílias de camponeses *brasiguaios e* paraguaios, a se retirarem dos lotes.

Antes da realização do despejo, os posseiros fizeram um acordo com os supostos proprietários para que, em 60 dias, desocupassem as terras e encontrassem um novo lugar para morar e o melhor destino para seus pertences, inclusive várias cabeças de gado. Entretanto, o acordo não foi cumprido pelos supostos proprietários.

Segundo relatos dos posseiros, passados apenas quatro dias, vieram acompanhados do oficial de justiça, Pedro Rafael Fernández Díaz, 137 policiais e com apoio de caminhões realizaram o despejo das 26 famílias (Figura 8).

O processo de despejo dos *brasiguaios e* paraguaios foi divulgado em diversos veículos de comunicação do Brasil e do Paraguai. Como relatado pelo jornal ABC Color de Assunção, em matéria intitulada “Desalojan a colonos 30 años después”, publicada no dia 14/06/2013:

COLONIA MARANGATU. Tras más de treinta años de ocupación, unos 20 colonos de origen brasileño fueron expulsados de un inmueble de unas 380 hectáreas en esta localidad, por mandato de la jueza Silvia Cuevas. El oficial de justicia Pedro Rafael Fernández Díaz, con mandato de la jueza local, Silvia Cuevas Ovelar firmado el pasado 23 de abril y con acompañamiento de 137 agentes policiales, procedieron a expulsar a colonos de origen

brasileño que venían ocupando una propiedad en el distrito de Colonia Marangatú, departamento de Canindeyú desde hace más de 30 años. El procedimiento se realizó el pasado 6 de junio de 2013, pero recién desde ayer jueves los personales contratados por los presuntos dueños destruyeron las viviendas abandonadas por los colonos en cumplimiento del mandato judicial. (ABC COLOR, 2013).



Figura 8 – Colônia Marangatú: Força policial e caminhões utilizados no despejo dos camponeses

Fonte: SPIER, Marcio *apud* CORREIO DO LAGO, 2013.

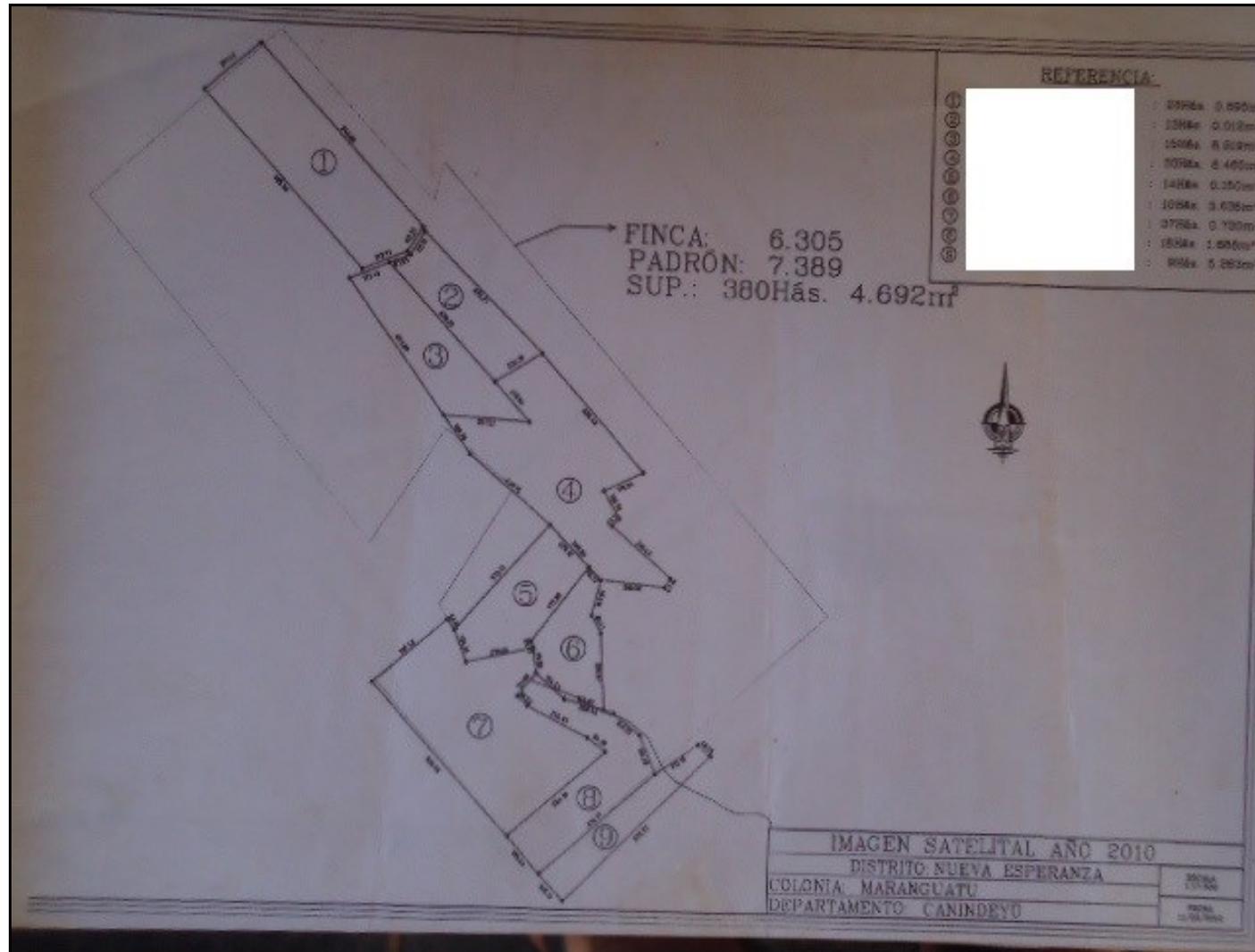


Figura 9 - Planta da segunda área em disputa (380 ha)

Fonte: Trabalho de campo realizado di 23 de Jun. 2014. Foto: do autor.

Além da força policial usada no processo de despejo, os novos proprietários contrataram jagunços para atacar e destruir as casas dos camponeses *brasiguaios* e *campesinos* paraguaios que ocupavam as terras (Figura 10).



Figura 10 – Colônia Marangatú: Residências de posseiros destruídas por jagunços

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 23 de Jun. 2014. Foto: do autor, 2014; SPIER, Marcio *apud* CORREIO DO LAGO, 2013.

Os jagunços ficaram vários dias guarnecendo a área para que nenhum posseiro pudesse retornar às propriedades, nem sequer permitiam a retirada de algum pertence que tivesse sobrado. Como verificamos no depoimento do *brasiguai*o Tinoco, na sequência:

Os supostos proprietários contrataram um bando de jagunços, sabe? Uma gente ruim. Andavam tudo com arma na cintura, revólveres, espingardas, pistolas, tinha tudo que é tipo de arma. E a polícia dava suporte para eles, imagina a polícia apoiando esse bando de bandido! Vai acreditar no que? Teve uma noite que tentei buscar na minha morada, que os jagunços estavam lá cuidando, guarnecendo e fazendo farra também, alguns pés de mandioca para cozinhar, fui chegando bem quietinho, mas e algum momento a jagunçada percebeu e mandou uma rajada de bala na minha direção, passou raspando da minha cabeça. (Tinoco, informação verbal).

Verificamos, no depoimento, a dimensão que o processo de despejo alcançou. Os métodos utilizados pelos supostos proprietários além de ilegais, truculentos e violentos são impróprios para o contexto das famílias das comunidades da Colônia Marangatú, pois os posseiros sempre estiveram abertos ao diálogo e são pessoas de bem. A intenção é clara: expulsar, destruir as casas e as benfeitorias e guarnecer as propriedades para não ocorrer o retorno dos posseiros às posses.

Além disso, o “terror” implantado foi estratégia, dos supostos proprietários, para que as famílias dos posseiros, *brasiguaios* e paraguaios, desistissem de suas posses, deixando o caminho livre para possível comercialização e/ou arrendamento das terras a fazendeiros da região.

Após obterem êxito na expulsão e destruição de diversas moradias dos posseiros, os supostos proprietários contrataram um grupo de trabalhadores (aproximadamente 15 pessoas), escoltados por jagunços, para o cercamento com arame da área (380 ha). Mas houve resistência dos posseiros, não permitindo a finalização da cerca.

Começaram umas 15 pessoas já cercando toda área. A polícia dava suporte. Os colonos enfrentaram esse pessoal com ajuda de um repórter de Salto, acho que a divulgação que ele dá, da nossa situação difícil e as violências que estamos sofrendo ajudou a gente, esse cara ajudou muito nós aqui! Depois o pessoal cortou os arames e botaram fogo nos palanque, queimaram tudo. Depois disso, acho que eles ficaram com medo, viram que estavam entrando com título falso e a recuaram (Francisco, informação verbal).

Somente a partir do momento que um repórter, de um veículo de comunicação de Salto Del Guairá, fez a cobertura da situação e divulgou em nível nacional, apresentando as violências a que estavam submetidos os camponeses *brasiguaios* e paraguaios, os supostos proprietários recuaram. Além disso, desistiram da continuidade na cerca, como também ordenaram a dispersão dos jagunços que guarneciam as propriedades e os trabalhadores contratados para realização dos trabalhos com a construção do cercado.

Diante da atemorizante realidade, muitas famílias camponesas, com medo das represálias e ameaças cometidas pelos jagunços contratados pelos novos proprietários, começaram a retornar ao Brasil e/ou deixaram as áreas, abrigoando-se em casas de parentes ou vizinhos.

Na comunidade funcionava uma escola do ensino básico, na qual os filhos e filhas dos camponeses *brasiguaios* e paraguaios frequentavam as aulas. O professor morava na comunidade, ao lado da escola. No entanto, devido aos despejos executados pelos jagunços,

contratados pelos supostos proprietários da área, a escola fechou e as crianças deslocam-se cerca de dez quilômetros de distância de suas moradias para frequentarem as aulas.

Na figura 11 é possível comparar o espaço da escola da comunidade Santa Luzia antes e depois dos despejos das famílias camponesas. Na foto verificamos a ausência dos alunos e a vegetação tomando conta do pátio da escola devido ao seu fechamento.



Figura 11 – Colônia Marangatú: Escola básica da comunidade Santa Luzia

Fonte: MEDINA, Pablo *apud* ABC Color, 2013; Trabalho de campo realizado no dia 22 de Nov. 2014. Foto: do autor.

Nos dias que estivemos nas comunidades da Colônia Marangatú, realizando o trabalho de campo, verificamos as precariedades das condições das famílias despejadas. Constatamos a dimensão do problema vivido por aquelas famílias humildes e dificilmente será possível reparar os danos sofridos com os despejos. Danos que vão muito além das perdas materiais, mas que se refletem no conjunto de produções, valores, crenças, costumes, amizades e, sobretudo, nas possibilidades de manutenção da cotidianidade, parcial ou totalmente interrompida, para essas famílias camponesas *brasiguaias* e paraguaias daquelas terras.

No momento, há uma medida cautelar garantindo a permanência das famílias nas terras. Também, a solução do caso provoca grandes despesas aos camponeses *brasiguaios* e estão relacionadas aos honorários de advogados que os representam no processo.

Embora, a partir dos anos 2000, tenha se intensificado as disputas pela posse da terra na Colônia Marangatú, os conflitos e as ilegalidades na documentação das terras praticamente não existiam ou não eram de conhecimento de parcela dos camponeses *brasiguaios*, no momento da migração para a Colônia. Como afirma um entrevistado, na sequência: “Não, fomos iguais à abelha na flor (fomos cegos). Fomos de boa fé. Do nada apareceram os novos donos” (Moisés, informação verbal).

Outro posseiro disse ter conhecimento de que estava ocupando terras de posse, mas não imaginava que sofreria grandes problemas por não possuir o título definitivo da propriedade. Apenas ficava na expectativa do aparecimento dos donos das terras, para negociar a compra da área ocupada.

Quando nós viemos pra cá, sabíamos que estávamos entrando em áreas de posse, mas era com autorização das autoridades, da polícia. Quando a Colonizadora desapareceu, continuamos aqui, mas sempre naquela expectativa de comprar essa terra de seu dono, pois, isso deve ter um dono né! Estamos até hoje nessa situação, esperando os donos verdadeiros aparecerem para nós negociarmos com ele. Mas tem aparecido só grileiro de terra, com documentos falsos. (Josué, informação verbal).

Os documentos falsos são apresentados por diversos grileiros de terra há muito tempo atrás. Segundo relatos de um camponês, envolvido no conflito, faz mais de 25 anos aparecem falsos proprietários para as terras na Colônia Marangatú.

Sempre existiu isso. Apareciam pessoas se dizendo de dono. O começo eu pegava e olhava depois eu nem queria mais olhar. Pegava a escritura e olhava nela e nem lia mais, só olhava se tinha registro no documento, no canto da folha tem um número, mas nunca tinha registro. Daí eu nem dava

bola, via que era falso. Em todo o Paraguai é assim, tem problema de terra pra tudo que é lado. (Moisés, informação verbal).

Portanto, as práticas e tentativas de grilagens de terra são constantes na Colônia Marangatú, como são, de modo geral, no Paraguai. Mas até o início dos anos 2000, os ocupantes das áreas não sofriam problemas graves, não passando de ameaças de grileiros. Só foram incomodados com a “valorização” das terras para produção de soja.

Na área com 380 ha, também montou-se uma Comissão (composta por quatro pessoas: dois *brasiguaios* e dois paraguaios) para representar os envolvidos perante a justiça paraguaia. A Comissão solicitou e realizou a medição da área com autorização do INDERT, mas a contagem do número de famílias não foi realizada porque a ocupação dessa área em litígio envolve apenas 26 famílias, simplificando os trabalhos da Comissão.

A partir de informações e dados recolhidos junto a um integrante da Comissão, representante dos envolvidos nos despejos, foi possível sabermos a quantidade de famílias de posseiros e destinos dos expulsos. Algumas famílias, temendo represálias violentas, abandonaram as terras. No Quadro 3 está a quantidade de famílias ocupantes das terras e seus destinos, após o início dos conflitos.

Do total de 26 famílias, 11 resistem e ocupam as terras. A permanência na área atrela-se ao julgamento de medida cautelar e ao posicionamento da justiça paraguaia.

Na área de 380 ha, havia medida cautelar garantindo as posses aos *brasiguaios*, no entanto, houve desacertos financeiros entre os posseiros e o advogado que os representavam. Segundo os posseiros, haviam pago muito dinheiro em honorários e despesas do processo, mas nunca se resolvia a questão do litígio das terras. Assim, cessaram os pagamentos e, logo após, a justiça revogou a medida cautelar que garantia a permanência dos camponeses nas terras.

Quadro 3 - Número de famílias ocupantes da área (380 ha) e seus destinos após os despejos

Local de Destino	Número de famílias
Assentamento Ilha Verde (PY)	05*
Foz do Iguaçu (PR)	02
Toledo (PR)	02
Pato Bragado (PR)	02
Entre Rios do Oeste (PR)	01
Aral Moreira (MS)	01
Cidade de Nova Esperança (PY)	01
Fazenda Fani (nas proximidades)	01

Total: 15

Fonte: Trabalho de Campo, 2014. Org.: Autor.

*Famílias *campesinas*.

Após alguns dias, os supostos proprietários requisitavam a posse das terras na justiça, contanto novamente com apoio da polícia paraguaia, tentaram, pela segunda vez, despejar os posseiros que ocupavam e produziam nos lotes da área de 380 ha.

Apos varios meses de tranquilidades, volta pairar a inseguridade na Colonia Marangatu no municipio de Nueva Esperanza que fica em frente do municipio brasileiro de Pato Bragado, segundo relatos de moradores estariam vindo de Katuete o suposto dono das terras em questoes com respaldo policial e maquinas para efetuar novamente desalojo. Maiores informacoes ao transcorrer do dia (ALTO PARANÁ DIGITAL)¹⁷.

Nesta nova invertida, os supostos proprietários, contando com apoio da polícia paraguaia e jagunços contratados, despejaram três famílias de suas casas, expulsando-as de seus lotes. No momento em que uma família de posseiros estava prestes a sofrer despejo, avisou-se imediatamente as outras. Prontamente, deslocaram-se até o local para impedir a destruição da residência do vizinho. Tal atitude de solidariedade entre as famílias obteve êxito, resultando no impedimento da destruição desta residência.

As outras famílias não tiveram a mesma sorte. Enquanto enfrentavam a truculência policial e de jagunços contratados para colocar fogo nas casas e efetuar ataque às construções, outros sujeitos, a mando dos supostos proprietários, aproveitaram a situação de “abandono” das outras residências, deslocaram-se até lá e, rapidamente, após retirarem alguns móveis e pertences de maior valor, colocaram fogo em duas delas (Figura 12).

As ações de despejo e as violências cometidas pelos jagunços contaram com apoio da polícia paraguaia. Acompanharam as violências tanto o Comissário do Porto Marangatú como o que presta serviço na comunidade do Km 24.

Somadas aos despejos e aos incêndios às residências dos posseiros, os jagunços, contratados pelos supostos proprietários, incendiaram as instalações da escola básica da comunidade Santa Luzia (Figura 13).

¹⁷ Disponível em: <<http://www.altoparanadigital.com/2/otros/urgente-puerto-marangatu-rumores-de-nova-desapropiacao/6549>>. Acesso em: 20 de Out. 2014.



Figura 12 – Colônia Marangatú: Cinza de casa incendiada pelos supostos proprietários

Fonte: Trabalho de campo realizado em 24 Nov. 2014. Foto: do autor.



Figura 13 – Comunidade Santa Luzia: Incêndio destruiu escola básica

Fonte: Trabalho de campo realizado em 24 Nov. 2014. Foto: do autor.

O posseiro Tinoco nos relatou que, após incendiarem a escola, os jagunços denunciaram às autoridades, acusando as famílias *brasiguaias* como autoras do incêndio à instalação pública. Segue o relato a seguir:

Os jagunços se aproveitaram que o pessoal veio ajudar a barrar a destruição da nossa casa e foram lá e queimaram a casa do companheiro Davi e de seu filho que morava na serra. Isso não chegou e eles quiseram incriminar nós e tacaram fogo na escolinha e denunciaram na Fiscalia alegando que foi nós que botemo fogo. A nossa sorte foi que um repórter que estava acompanhando a ação flagrô, bateu uma foto que pegou a placa do carro dos jagunços saindo de perto da escola queimando. Mesmo assim fomo chamado pela Fiscalia para dar depoimento, temo que ir novamente na semana que vem. Pra se vê como esses cara são bandido, fazem de tudo pra prejudicar nós. A nossa casa conseguimos salva, enfrentemo eles e negociamos que nós ia tirar a casa de cima da terra, aí eles desistiram de queimar, mas quebram algumas coisas, um barraco que tava construindo para tira leite, quebram umas telha do chiqueiro, ainda bem que deu para salvar quase tudo. (Tinoco, informação verbal).

Verificamos, portanto, a situação dramática a qual encontram-se as famílias *brasiguaias*, resistindo nas posses na Colônia Marangatú. Segundo as informações recolhidas junto aos posseiros, há possibilidade de permanecerem nas terras da área dos 380 ha. No entanto, custará um preço que as famílias não possuem (cerca de R\$ 50.000,00), pois todos dos rendimentos dos últimos anos destinaram-se às custas dos processos.

Os R\$ 50.000,00 serão repassados há um advogado, que, segundo os posseiros, é representante dos “verdadeiros” donos das terras, os Zampieri¹⁸. Caso não se concretize esta alternativa ou eles sejam novamente enganados pelos advogados, aos que possuem apenas terras de posse, restará o caminho de volta para o Brasil.

A partir do conjunto de verificações, podemos afirmar que os posseiros da Colônia Marangatú encontram-se numa situação de extrema fragilidade. Seja em relação à condição jurídica de suas posses, ao apoio do Estado para auxiliar na solução do litígio e, sobretudo, nas ações de advogados aproveitadores, usando de todos os artifícios para ganharem dinheiro à custa do trabalho sofrido das famílias *brasiguaias*.

Somada à condição precária e de fragilidade jurídica dos posseiros, os interesses latifundiários pelas terras são grandes, juntamente com a pressão do agronegócio da soja, verificamos a intensificação de expulsões e expropriações de camponeses brasiguaios e paraguaios da Colônia Marangatú. Tal cenário aponta para novos conflitos em torno da

¹⁸ Como as terras pertencentes aos Zampieri, foram confiscadas ilegalmente pelos militares durante a década de 1970, os documentos vinculam-se a esta família.

propriedade da terra, como também disputas envolvendo possibilidades de sobrevivência camponesa num contexto de monopolização do território e da produção pelo agronegócio sojeiro.

3.7 – MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NA RELAÇÃO DE TRABALHO E PRODUÇÃO DOS *BRASIGUAIOS* NA COLÔNIA MARANGATÚ E O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO

Ao longo deste subitem enfatizaremos características na produção e relações de trabalho entre *brasiguaios* nos anos iniciais de ocupação das terras e que, ao longo dos anos, sofreram os impactos relacionados à intensificação das relações capitalistas no campo, principalmente com o avanço da produção de monoculturas do agronegócio. Portanto, apresentaremos as mudanças e permanências das produções e relações de trabalho no espaço agrário de Marangatú, para compreendermos os desdobramentos sociais, econômicos e ambientais verificados num contexto adverso, sobretudo para as populações camponesas paraguaias e *brasiguaias*.

As características da produção realizadas pelos *brasiguaios* da Colônia Marangatú passaram por profundas transformações ao longo das últimas duas décadas, principalmente. São mudanças desde as relações de trabalho no campo, o emprego de técnicas e tecnologias, utilização de insumos, máquinas, crédito agrícola, dentre outras.

No conjunto de transformações ocorridas no espaço agrário da Colônia devemos nos ater, sobretudo, nas disputas pela posse da terra entre posseiros, grileiros, latifundiários, e o que a expansão dos cultivos para exportação (soja e milho), norteadas pela lógica do agronegócio, contribuiu para o acirramento dos conflitos no campo paraguaio, em específico na Colônia Marangatú.

Mas, para compreendermos com maior profundidade as transformações e os conflitos no espaço agrário da Colônia Marangatú, é necessário apresentarmos os aspectos das relações de trabalho e produções do início da ocupação das terras e quais caracterizam atualmente. Para tanto, buscaremos traçar análise sobre como vem ocorrendo o conjunto de mudanças no espaço agrário do Paraguai, sobretudo, quais os principais impactos oriundos da expansão das produções para exportação nos últimos 20 anos, principalmente de soja, milho e trigo.

Contudo, antes da produção expressiva destinada para exportação, havia, na Colônia Marangatú, diversidade de relações e produções entre os camponeses, as quais garantiam a subsistência das famílias e, sobretudo, a permanência delas na terra. A partir das informações

coletadas, junto às famílias camponesas da Colônia, ficou evidente a nova realidade vivida por elas, a partir de novas relações de trabalho e produção estabelecidas cotidianamente, embora algumas permanências são verificadas no trabalho diário e na produção camponesa. Portanto, nem tudo foi eliminado pela expansão das relações capitalistas norteadas pela lógica do agronegócio.

A partir das principais características das relações de produção e trabalho, desde o início do processo de ocupação das terras da Colônia, apresentamos as principais mudanças e permanências, as mudanças que afetaram as condições de vida dos camponeses, principalmente com o avanço do agronegócio e da produção de commodities.

Anterior a intensificação das relações capitalistas no campo, as principais relações camponesas eram norteadas pela subsistência e autoconsumo, coexistindo a produção voltada para o mercado, como o palmito nos anos iniciais de ocupação, mas, sobretudo, com o cultivo da hortelã para extração da menta. Portanto, a produção de subsistência e autoconsumo relacionavam-se com o mercado. Todavia, a relação de trabalho e produção tinha a finalidade de garantir a manutenção da família na terra. No caso específico da produção de hortelã, seu cultivo associava-se à “frente pioneira” do estado de São Paulo, passando pelo Paraná e chegando, nas décadas de 1970 e 1980, ao Leste paraguaio. O cultivo da hortelã realizava-se nas terras “novas” ou recém-desmatadas da nova fronteira agrícola. Segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), na década de 1970, o Estado do Paraná respondia por 95% da produção brasileira de óleo extraído da hortelã, chamado de menta.

O esgotamento das características naturais exigidas para a produção da hortelã na Mesorregião Oeste paranaense (terra extremamente fértil, abundante de água e madeira), somado a intensificação da mecanização agrícola e do cultivo da soja, culminou com a expropriação e/ou expulsão de milhares de arrendatários, posseiros e meeiros da região, colocando fim à produção hortelaneira da região.

Muitos desses agricultores atravessaram a fronteira e continuaram a produção hortelaneira no Leste paraguaio, porque às características naturais eram semelhantes às do Paraná, sobretudo relacionadas à fertilidade do solo. Além da qualidade dos solos, outro fator determinou a migração de camponeses brasileiros para o Paraguai e a expansão da produção de menta, especialmente nas áreas fronteiriças com o Brasil: o sonho da terra.

A possibilidade de se reproduzir na terra enquanto camponeses a partir da aquisição do direito de posse, ou mesmo arrendando terras das colonizadoras, estimulou a migração de camponeses brasileiros, principalmente aqueles com menores condições financeiras para

aquisição de terras escrituradas. Tais características contribuíram para a expansão da produção de menta no Paraguai, durante as décadas de 1970/80. Cerca de 95% dos pesquisados produziram menta no passado na Colônia Marangatú.

Somada às questões naturais do Leste paraguaio e às possibilidades de aquisição do direito de posse, outro fator foi fundamental para ser intensificada a produção de menta – o alto preço do óleo no mercado. Na Colônia Marangatú, os principais compradores do produto eram os irmãos brasileiros Luís e Uri Grando. Como esclarece o relato a seguir:

Quando chegamos aqui no Marangatú o principal produto era a menta. Não tinha jeito, o que dava um dinheirinho bom era produzir o óleo de menta, com um alqueire de menta a família vivia tranquilo aqui. Depois das derrubada dos mato, nos pegava e plantava hortelã, vinha que é uma beleza, sabe? Porque era terra nova, recém derrubada e estava forte ainda. Aí nós cortava a hortelã, lambicava e retirava o óleo, dava uma trabalhadeira, era tudo manual, cortar, carregar as carroças e leva até o alambique, trabalho pra todo mundo da família, mas compensava pelo bom preço que os compradores oferecia. Nós vendia para o Luís e Uri Grando de Pato Bragado, eles que compravam. (Dionísio, informação verbal).

A produção de menta era a principal fonte de renda para os brasileiros na Colônia Marangatú, durante os primeiros anos, enquanto as terras apresentavam as condições ideais (fertilidade) para o cultivo da hortelã. As relações de trabalho durante o cultivo da hortelã, envolviam os integrantes da família, sem utilização de máquinas, tudo manual.

Portanto, a relação e produção camponesas da Colônia Marangatú eram norteadas por um conjunto de atividades, as quais lhes garantiam maior autonomia em relação ao mercado, principalmente produzindo diversos gêneros alimentícios nos seus lotes. Associadas à produção de menta, outras produções eram desenvolvidas concomitantemente.

Plantava milho para comer e também para as criação que nós criava: galinha, porco preto, uma e outra vacas para tirar o leite e para criar um bozinho para ter carne de vez em quando. Plantava feijão, arroz, mandioca e algumas verdura também, pepino, alface, abóbora. As verduras plantava na roça mesmo, pois não tinha condição de fazer um cercado, mas mesmo assim produzia muito bem na roça. Tinha de tudo um pouquinho, dava para ir se virando. Caso sobrava milho pegava e vendia um pouco para Ivo Vanelli, daí ele vendia para os comprador que vinha de Assunção. Mas o milho não valia quase nada, mixaria. (Guilhermina, informação verbal).

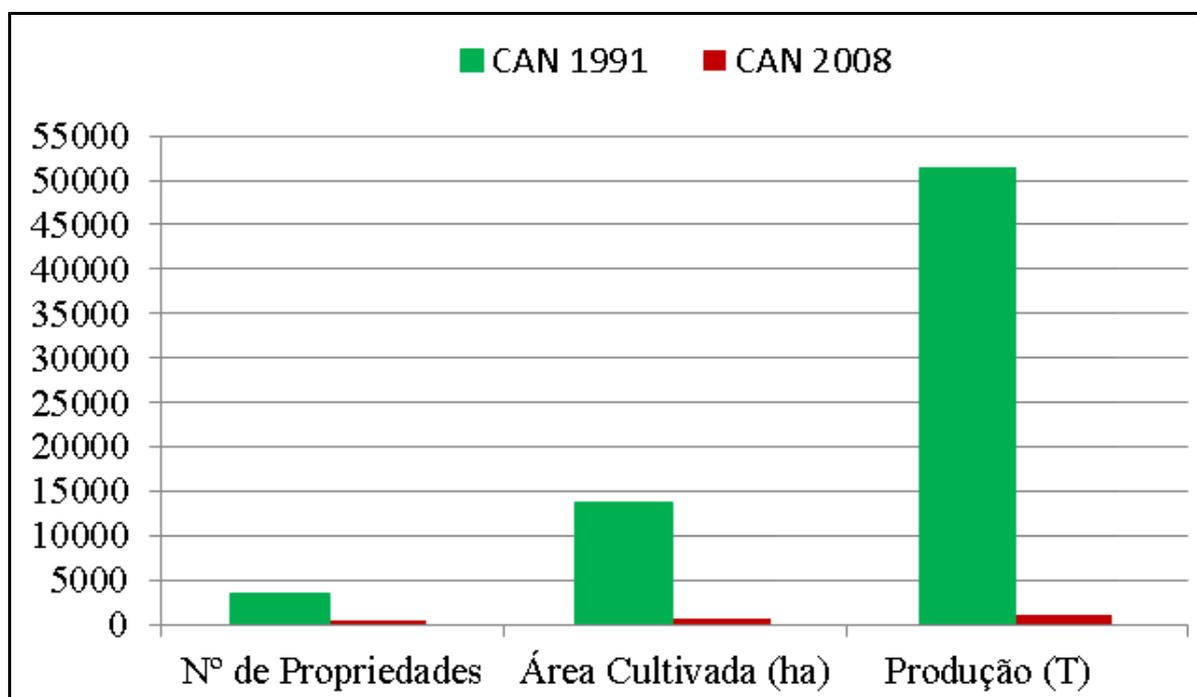
A partir da década de 1990, a produção de menta foi praticamente eliminada na Colônia Marangatú e entrando em decadência em boa parte do Leste paraguaio. Houve a necessidade de alternativas de renda para permanecer na terra. Mesmo assim, diversos

camponeses proprietários e, principalmente, donos de direito de posse, venderam suas terras e seus direitos para agricultores maiores, intensificando-se o retorno para o Brasil e a concentração da propriedade da terra na Colônia.

Ao estudar a história dos migrantes brasileiros na localidade de Porto Adela (proximidades de Marangatú), Guimarães da Silva (2007) afirma que o processo de decadência da produção de menta resultou da baixa dos preços do produto, do desgaste do solo e, também, da pressão latifundiária para aquisição das terras camponesas, principalmente dos que produziam em lotes a partir da compra do direito de posse. “Aos poucos, a hortelã foi sendo substituída pelo plantio extensivo da soja, em função da desvalorização do produto e do desgaste do solo. O cultivo da soja atraiu grandes compradores interessados em grandes extensões de terra” (p. 68).

Na Colônia Marangatú houve o fim do ciclo da hortelã, durante a década de 1980, embora nas primeiras terras desmatadas houvesse acabado o cultivo no final dos anos de 1970. Atualmente a produção de menta no Paraguai é ínfima, se compararmos os dados do Censo Agropecuário Nacional (CAN) do ano de 2008 com os do CAN de 1991. (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Paraguai: Menta - Número de propriedades, área cultivada e produção



Fonte: CAN, 1991; 2008. Org.: Autor.

Conforme dados do CAN paraguaio, publicado em 2008, houve importante redução do número de propriedades produtoras de menta (-85,9%); de área cultivada com hortelã (-

95,6%) e em relação ao total produzido de óleo (-97,7%). Consideramos, também, os estratos de área em que se concentram as propriedades produtoras de óleo de menta no Paraguai (Tabela 2).

Tabela 2 – Paraguai: Menta – Por estrato de área, N° de propriedades, área e produção (PY/2008)

Estrato de área (ha)	N° de propriedades	Área cultivada (ha)	Produção total (T)
Menos de 1 ha	6	1	1
De 1 a menos de 5 ha	172	125	227
De 5 a menos de 10 ha	176	194	362
De 10 a menos de 20 ha	108	152	280
De 20 a menos de 50 ha	28	66	147
De 50 a menos de 100 ha	4	60	141
De 100 a menos de 200 ha	1	*	1
De 200 a menos de 500 ha	2	1	1
De 500 a menos de 1.000 ha	-	-	-
De 1.000 a menos de 5.000 ha	-	-	-
De 5.000 a menos de 10.000 ha	-	-	-
Mais de 10.000 ha	-	-	-

Fonte: CAN, 2008. Org.: Autor.

(*) menos de 0,5 ha

A partir dos dados da Tabela 2, verificamos o cultivo da hortelã, para extração do óleo de menta, concentra-se nas propriedades menores de 20 ha (93%), onde eram cultivadas 472 ha de hortelã (80%). Portanto, era cultivo realizado em pequenas propriedades, como acontecia na Colônia Marangatú, durante as décadas de 1970 e 1980, principalmente.

Segundo dados do CAN de 2008, 99,8% das propriedades produtoras de menta localizavam-se na região Oriental. Das 1.158 toneladas de menta produzidas, 801 toneladas originavam-se do Departamento de Itapúa e 323 de Alto Paraná, ou seja, somadas representam 97% da produção total de menta do Paraguai. No departamento de Canindeyú, a qual pertence a Colônia Marangatú, tem-se o registro de apenas uma propriedade produzindo menta. Na região Ocidental do Paraguai constatou-se apenas uma propriedade com esta produção, no Departamento de Presidente Hayes.

Portanto, a produção hortelaneira, no Paraguai, apresentou vertiginoso declínio, iniciado na década de 1980, na Colônia Marangatú. No contexto do Paraguai, a redução relacionou-se a questões ligadas a fertilidade do solo (característica fundamental para cultivo da hortelã), mas, principalmente, devido à intensa expansão da produção mecanizada de commodities para exportação, principalmente a soja.

A decadência da produção de menta no Leste paraguaio, onde localiza-se a Colônia Marangatú, ocorreu juntamente com a mecanização das terras. Diante disso, foi alterando-se drasticamente as relações de produção e trabalho no espaço agrário da Colônia, intensificando os conflitos em torno das possibilidades de produção e apropriação da terra. Como verifica-se na entrevista a seguir:

A hortelã produzia alguns anos (três, quatro anos), enquanto a terra era forte. Aí ia enfraquecendo, produzindo cada vez menos e dava muita doença e não produzia mais nada. O jeito foi encontrar outra produção. Aí começamos a planta algodão, mas não muito. Milho continuamos produzindo e aos pouco foi entrando a soja. Mas as roças eram cheias de tocos e até que conseguimos mecanizar era colhida a soja tudo na foice e trilhava na trilhadeira. Mas era muito ruim a venda no começo, vendia soja nos silos Agro Chaco. Dormia na palha de soja (a vida era dura), muito serviço com trilhadeira. Agora está tudo mecanizado, planta e colhe com máquinas. Mas muita gente foi embora daqui quando acabou a menta, as coisas ficaram mais difíceis depois. Porque agora precisa pagar pra fazer o plantio, aplicar os veneno e colher. Com a menta era tudo manual, daí sobrava mais. (Francisco, informação verbal).

Pelo depoimento de Francisco, a cultura da hortelã possibilitou “tranquila” condição de vida por alguns anos entre camponeses da Colônia Marangatú. Porém, a dependência dos camponeses, em relação ao cultivo de hortelã, desencadeou dificuldades para permanecerem em seus lotes no momento abandoná-la, por questões do mercado (baixo preços pagos pela menta), mas também, não menos importante, pelo monopólio vinculado a produção de produtos para exportação.

Diante disso, muitas famílias da Colônia não conseguiram sua reprodução na terra e, aos poucos, venderam seus títulos ou direitos de posse para proprietários capitalizados, interessados nas terras para a produção de soja, principalmente.

Com o término da produção de menta na Colônia, o algodão, o milho e, também, a soja foram alternativas de cultivos para a geração de renda. Todavia, direcionaram as famílias camponesas numa relação extremamente dependente do mercado, tanto para aquisição de insumos agrícolas para efetuarem os cultivos, como para contratação de serviços de máquinas agrícolas necessários para o preparo de solo, plantio, tratos culturais e colheita junto a terceiros.

Dentre as culturas citadas, o algodão possibilitou maior autonomia das unidades camponesas, inclusive gerando muitos empregos temporários a trabalhadores expropriados após o término do “ciclo” da hortelã. Devido à expansão da mecanização das lavouras com plantio de soja, milho e trigo, atualmente não há produção de algodão na Colônia Marangatú

e, de modo geral, houve expressiva redução da produção algodoeira no Paraguai. Se compararmos o CAN de 1991 com o de 2008, é possível constatar a redução (Tabela 3).

Tabela 3 – Paraguai: Algodão N° de propriedades, área e produção

Algodão			
	N° de propriedades	Área cultivada (ha)	Produção obtida (TON)
1991	189.554	414.691	631.728
2008	53.474	66.256	63.760
Variação (%)	-71,8	-84,0	-89,9

Fonte: CAN, 1991; 2008. Org.: Autor.

Segundo Riquelme e Vera (2013, p. 14-15), a produção de algodão no Paraguai, até meados da década de 1990, era a principal geradora de divisas do país. No entanto, a produção realizava-se, majoritariamente, por pequenas unidades camponesas, beneficiadas com a circulação econômica proveniente desta atividade.

Com o avanço da produção de soja em grande escala, a relação inverteu-se, alterando drasticamente as relações econômicas das propriedades camponesas bem como as atividades laborais cotidianas, impactando no modo de vida camponês e dificultando ainda mais a reprodução na terra.

Portanto, estabeleceu-se, na Colônia Marangatú, novas relações de trabalho e produção, alterando a dinâmica local, gerando conflitos pela terra e pelo território. A intensificação destes conflitos configura o espaço agrário a partir de diversas relações de poder.

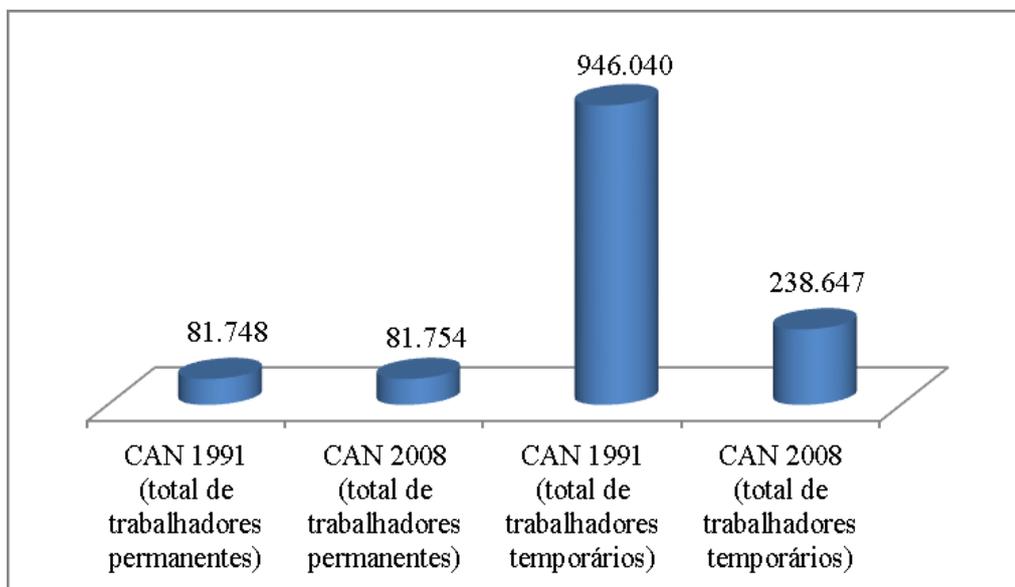
Tais relações de poder, mesmo aquelas norteadas pela dependência dos camponeses em relação aos proprietários maiores para contratação de serviços de máquinas, desdobram-se desfavoravelmente para os camponeses que ainda resistem no Paraguai, contribuindo para o processo gradativo de abandono das atividades na Colônia Marangatú.

Se antes, com a produção de menta e mesmo a de algodão, possibilitava-se maior autonomia dos camponeses, pois tais cultivos exigiam menor integração ao mercado e baixa dependência de insumos industriais e mecânicos. Ao mesmo tempo que empregava a mão de obra familiar, gerava milhares de empregos temporários, como também as trocas de serviços entre vizinhos eram recorrentes entre as famílias camponesas de Marangatú.

A partir da mecanização das lavouras e com o direcionamento da produção camponesa para culturas de exportação, a situação se inverteu. Além da expressiva redução da oferta de empregos temporários (verificada no Gráfico 4), com o início dos cultivos mecanizados de

soja, milho e trigo, a dependência ao mercado aumentou consideravelmente, caracterizando-se, juntamente com os conflitos pela posse da terra, como os principais entraves para permanência e reprodução das famílias camponesas em Marangatú.

Gráfico 4 – Paraguai: Relação de empregos permanentes e temporários no PY (1991/2008)



Fonte: CAN, 2008. Org.: Autor.

Tal contexto, provocou à concentração da propriedade da terra porque muitas famílias não conseguiram manter-se produzindo nos lotes devido aos altos custos para cultivar soja, milho e trigo, além de não possuírem os maquinários necessários para realizar tais produções. Diante disso, algumas famílias arrendaram suas terras e/ou as venderam para proprietários maiores, da região.

Depois que acabou a menta as coisas ficaram difícil né, a gente não tinha trator e máquinas para fazer os trabalho sabe, na menta e depois no algodão era quase tudo na mão e as famílias umas ajudavam as outras, tipo mutirão né. Depois veio mudando com a soja e milho, aí tem que preparar a terra, plantar, passa os veneno, tudo que é preciso fazer. Se for pagar para faze tudo esse trabalho com os vizinhos que tem mais terra não sobra nada, vira só em despesa. Aí não adianta mais quere fica plantando soja e milho, o jeito é arrendar para que tem esses maquinário. (Dionísio, informação verbal).

O depoimento de Dionísio é esclarecedor, demonstrando como as mudanças ocorridas na produção e relações de trabalho ao longo dos anos na Colônia Marangatú dificultou a permanência dos camponeses nos lotes. Portanto, a intensificação da lógica do agronegócio,

com a produção da soja, milho e trigo vem provocando uma nova dinâmica produtiva no espaço agrário da Colônia, alterando a vida e trabalho do universo camponês.

Tinha vez que acontecia de entra lagarta na soja, aí eu pedia para o produtor maior que tinha máquinas passar o veneno, daí ele dizia amanhã passo, mas passava o amanhã, depois e quando estava quase tudo comido a lavoura o cara aparecia, aí já tinha prejudicado muito a planta (Dionísio, informação verbal).

Somada a dependência dos camponeses em contratar serviços de máquinas para realização dos cultivos, observamos, também, a relação de poder, desdobrando-se numa estratégia de dominação de classe. A dependência de Dionísio, por exemplo, em relação ao dono das máquinas, implicava em dificuldades para permanência na terra, pois não aplicando os agrotóxicos no momento correto, a produção e a renda seriam menores. Somado a isso, o pagamento dos trabalhos de máquinas a terceiros subordina parte da renda do camponês, implicando em grandes dificuldades para permanência na terra.

Como verificamos, a subordinação dos camponeses de Marangatú aumentou com o início da mecanização. A produção agropecuária, entre grande parte dos *brasiguaios*, que resistem na Colônia, é comandada pela lógica do agronegócio, sobretudo da soja.

A condição de sujeição das unidades camponesas as produções do agronegócio são estabelecidas a partir da imposição do mercado, pois, as possibilidades de geração de renda norteiam-se pela produção de grãos, principalmente de soja. Diante disso, as opções de produção e cultivo, escapando ao monopólio de agronegócios, são muito restritas.

Portanto, o monopólio envolvendo a lógica do agronegócio destrói as condições de permanência camponesa na terra, eliminando cultivos, práticas e relações camponesas na Colônia Marangatú.

Mas, nem tudo está “dominado” pela produção do agronegócio e algumas atividades escapam à lógica do agronegócio, embora estejam relacionadas entre si. Uma das atividades é a da produção de queijo (Figura 14). Como não há laticínios compradores do leite *in-natura* na região, a alternativa, para aproveitamento da produção leiteira, é a fabricação de queijos. Esta produção é realizada diariamente e sua comercialização é feita a compradores que vem da Cidade do Leste. O “queijeiro”, como é popularmente chamado, paga cerca de dez mil

guaranis¹⁹ por quilo do produto (aproximadamente R\$ 5,00). Mas o preço pago pelo “queijeiro” oscila durante o ano, chegando ao pico de doze mil guaranis oferecidos por quilo.



Figura 14 – Colônia Marangatú: Queijos produzidos pela família camponesa

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 24 de Nov. 2014. Foto: do autor.

Neste caso, a produção de leite, para fabricação de queijos, se insere como resistência aos avanços do capital sobre o território camponês, mesmo compreendida enquanto pontual e extremamente fragilizada no contexto do campesinato da Colônia Marangatú.

Todavia, o contexto de avanço do agronegócio é desigual e contraditório, pois, se de um lado ocorre a destruição do campesinato, juntamente com a eliminação das produções e relações do universo camponês, de outro lado verificamos a recriação de tais práticas e produções. Segundo Oliveira (2001, p. 77), “é fundamental explicar que o capital não transforma de uma só vez todas as formas de produção em produção ditadas pelo lucro capitalista. O desenvolvimento capitalista se faz de forma desigual e contraditória”.

¹⁹ No dia 25 de Nov. 2014, 1 Real valia a 1.838,91 Guaranis. Conversão realizada no site do Banco Central do Brasil: Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/conversao/conversao.asp>>. Acesso: dia 20 de Jul. 2015.

A produção de queijo pelo camponês pesquisado, na Colônia Marangatú, realiza-se pontualmente, mas não deixa de ser importante para existência camponesa na terra, no tocante a geração de renda e, sobretudo, pela maior autonomia conferida, se compararmos a produção de soja, por exemplo, totalmente dependente do mercado.

Se por um lado a produção de queijo garante maior autonomia à família camponesa, por outro lado, estando na condição de posseira, a atividade desenvolve-se sob condições e relações de produção muito precárias (Figura 15). Como as famílias não possuem o título da propriedade, não há garantias para realização de melhorias nas instalações de manejo dos animais, nem renda suficiente para tanto.

A destruição das precárias instalações do camponês, provocadas pelos supostos proprietários, durante os despejos, tornam a situação ainda mais difícil, desanimando a família, na luta diária para melhorar a condição de vida na terra de trabalho (Figura 16).

Juntamente à produção do leite e queijo, os camponeses realizam outra atividade importante: que é a criação de suínos para obtenção de carne para autoconsumo e comercialização, além de banha utilizada diariamente no preparo da alimentação da família (Figura 17).



Figura 15 – Colônia Marangatú: Ordenha das vacas

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 23 de Nov. 2014. Foto: do autor.



Figura 16 – Colônia Marangatú: Instalação para ordenha destruída pelos “supostos proprietários”

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 24 de Nov. 2014. Foto: do autor.

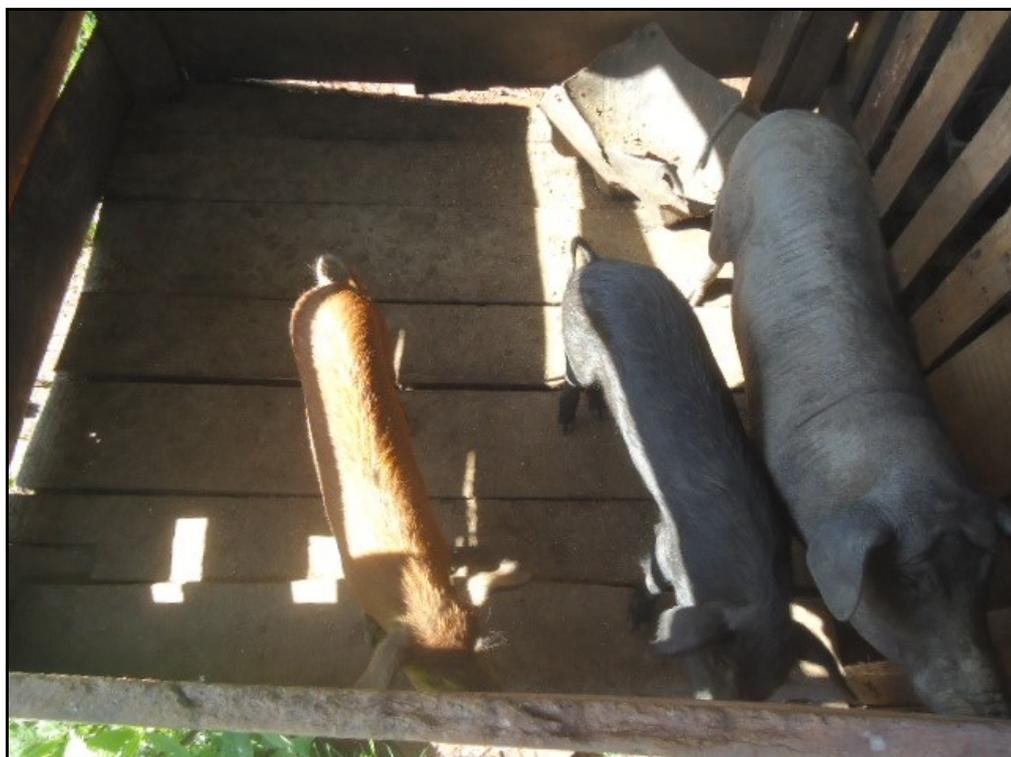


Figura 17 – Colônia Marangatú: Criação de porcos

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 25 de Nov. 2014. Foto: do autor.

Verificamos 30,4% das unidades camponesas realizando a criação de porcos na Colônia Marangatú. A criação de porcos é realizada pelo camponês Francisco, despejado da posse em Marangatú, mas adquiriu uma pequena propriedade (aprox. dois hectares) no município de Pato Bragado, na qual continua produzindo suínos além de um conjunto de itens para autoconsumo e produtos para subsistência da família (Figura 18).

A criação de porcos para obtenção de carne e banha para autoconsumo, realiza-se município de Pato Bragado, localidade que migrou a família de Guilhermina, após vender suas posses a um latifundiário da Colônia, logo no início das disputas pelas terras com os “supostos proprietários”. Embora tenha comercializado a um preço bem abaixo do mercado, foi possível comprar dois pequenos lotes numa área rural do município de Pato Bragado e continuar com algumas criações e produções de autoconsumo familiar.



Figura 18 – Pato Bragado (PR): Diversidade de produções de autoconsumo e subsistência

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 25 de Nov. 2014. Foto: do autor.

Embora o camponês Francisco tenha deixado de produzir na Colônia Marangatú, não perdeu sua relação com a terra. Isso demonstra a preservação do modo de vida camponês, mesmo sendo expropriado da terra no Paraguai.

O conjunto de evidências demonstra-nos o quão importante são para as famílias camponesas pesquisadas as produções de autoconsumo e subsistência realizadas nas suas propriedades ou posses. Embora a expansão das relações capitalistas, a partir da consolidação do agronegócio, tenha eliminado parte da diversidade de produções e cultivos, alguns camponeses resistem à ofensiva homogeneizadora do capital.

As dificuldades enfrentadas com os despejos, devido à falta de titulação das posses, têm sido, juntamente aos avanços das produções do agronegócio, as principais causas da eliminação das produções de subsistência e autoconsumo entre as famílias pesquisadas.

As mudanças nas relações de produção na Colônia Marangatú e, de modo geral, no Paraguai impactaram diretamente nas relações de trabalho, ao passo que reduziram-se significativamente os empregos no campo, expulsando milhares de trabalhadores temporários, bóias-frias, meeiros, arrendatários dentre outros, como evidenciamos no Gráfico 4.

Tinha muito trabalho aqui no Marangatú, muito morador lidando com a menta. Quando acabou a menta, terminou o mato e as cerrarias fecharam o pessoal foi indo embora. Foi ficando só os grande. Pra tu ter uma ideia, alguns dias atrás eu e mais outro companheiro plantamos 500 alqueires de soja em 12 dias, só em dois. Com as máquinas modernas não precisa mais gente. E com os veneno cuida fácil disso tudo (Gustavo, informação verbal).

Nesse contexto, alteravam-se as características de garantia de maior controle em relação ao trabalho e aos meios de produção nas unidades camponesas, enfraquecendo relativamente importantes laços comunitários de ajuda mútua entre vizinhos e, sobretudo, com a mecanização das lavouras e inserção de cultivos altamente tecnificados, intensificaram-se os conflitos e as relações de subordinação camponesas aos proprietários maiores da região.

Muitas das dificuldades e/ou impossibilidades para os camponeses posseiros se inserirem no modelo de produção do agronegócio, altamente dependente de máquinas, implementos, insumos químicos industriais dentre outros, relacionam-se à falta de titulação das posses. Como parte deles não possui terra escriturada, somente direito de posse, não consegue crédito agrícola para financiar as lavouras.

A condição de posseiro inviabiliza o acesso ao financiamento da lavoura junto a bancos públicos e privados no Paraguai. Sem contar com o crédito agrícola, para realizar a produção altamente tecnificada de soja, milho e trigo, muitos camponeses, desprovidos de capital para aquisição de sementes, adubos químicos e agrotóxicos, entravam e entram na perversa dependência dos silos/cerealistas privados.

Os empresários/proprietários dos silos, iniciaram suas atividades na Colônia Marangatú na década de 1990, comercializando insumos agrícolas direcionados para implantação de culturas, tais como a soja, milho e trigo, recebendo e adquirindo a produção a cada colheita (Figura 19).

As ações e práticas dos empresários/proprietários dos silos fazem parte do processo de intensificação das relações capitalistas na agricultura, figurando entre os principais atores para

a expansão do agronegócio na Colônia. São considerados como um dos importantes elos da cadeia produtiva do agronegócio, contribuindo efetivamente para a *monopolização do território pelo capital*, conforme destacado por Oliveira (2001).



Figura 19 – Colônia Marangatú: Silo de recebimento de grãos, comercialização de insumos e produtos agrícolas localizado na Colônia

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 21 de Nov. 2014. Foto: do autor.

Com a intensa mecanização das terras de Marangatú e o direcionamento dos cultivos de produtos para exportação, muitos camponeses não tiveram outras opções para obtenção de renda, subordinando-se as lógicas do capital e aos ditames impostos pelos empresários dos silos.

Se por um lado os empresários dos silos representavam a única alternativa para financiamento das lavouras, pois fornecem sementes, adubos e agrotóxicos, por outro lado, solicitam a “hipoteca” do direito de posse das terras como garantia de pagamento. Portanto, deixam os camponeses posseiros numa condição ainda maior de subordinação e, sobretudo, de extrema fragilidade perante os proprietários dos silos.

Caso ocorressem perdas nas produções, devido a estiagens, chuvas em excesso e doenças, por exemplo e, conseqüentemente, não havendo possibilidades para o abatimento dos custos dos produtos utilizados nas lavouras, os proprietários dos silos apropriavam-se das terras de posse, restando aos posseiros o abandono da Colônia Marangatú e o retorno para o Brasil, principalmente.

No relato a seguir, verificamos a dependência dos camponeses junto aos proprietários dos silos e como a vulnerabilidade pela falta de titulação das terras desdobrava-se num processo de expropriação de suas posses.

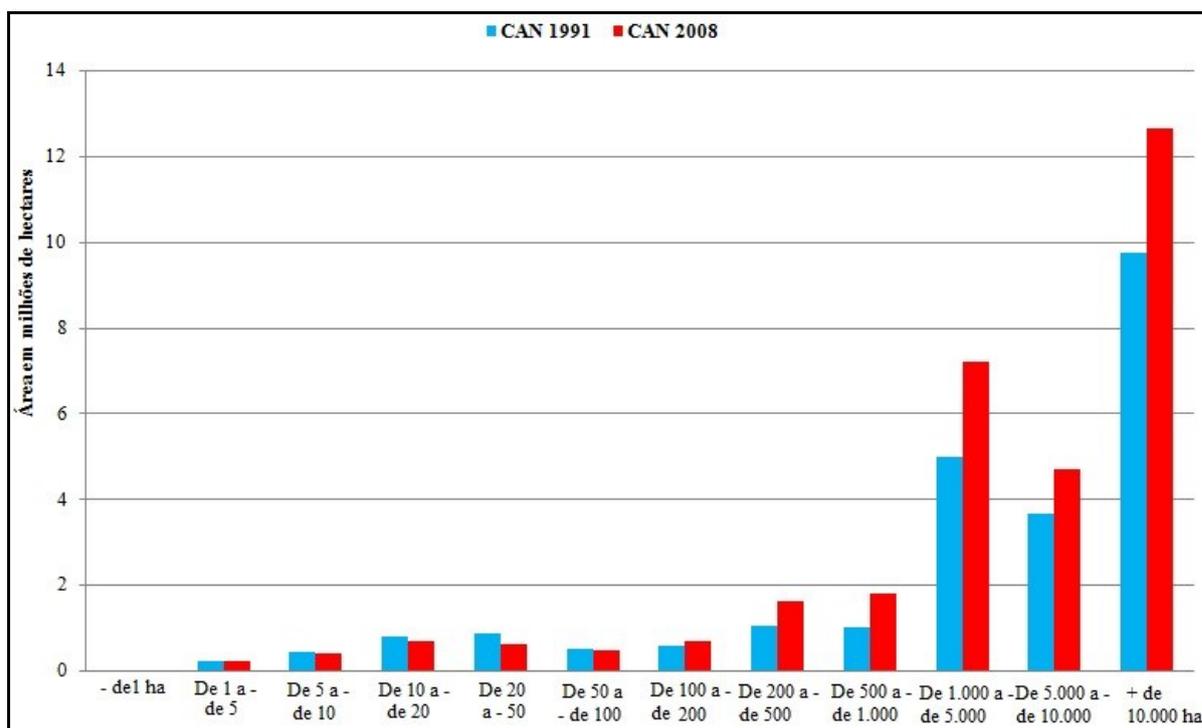
Muito coitado aqui perdeu as terras para os silos. O pessoal pegava a semente, adubo e os veneno e caso não conseguia mais pagar, o silos tomavam as terra desse povo. O pessoal desse silo aqui de Marangatú é muito ruim com os colono daqui, tem que ficar esperto com as conta, são ligeiro sabe e se não paga toma a terra, tomou muita terra dos pequeninho. O dono tem um filho muito estudado, advogado até, sabem onde mexer. (Sebastião, informação verbal).

Portanto, a subordinação camponesa aos cultivos mecanizados de soja e milho, inseridas na lógica do agronegócio, tem implicado num significativo processo de concentração da propriedade da terra na Colônia Marangatú, como de modo geral no Paraguai.

Somado a isso, na Colônia Marangatú, a concentração de terras é impulsionada pela falta de titulação de parte das propriedades que estavam e estão sendo exploradas pelos camponeses *brasiguaios* e paraguaios na condição de posseiros. Como os posseiros não possuem títulos de propriedade, e grande parte não tem condições financeiras para pagar advogados, na tentativa de documentar os lotes, a venda para proprietários maiores é alternativa, ou até mesmo abandonar o país vizinho e procurar trabalho nos municípios da Mesorregião Oeste do Paraná, principalmente.

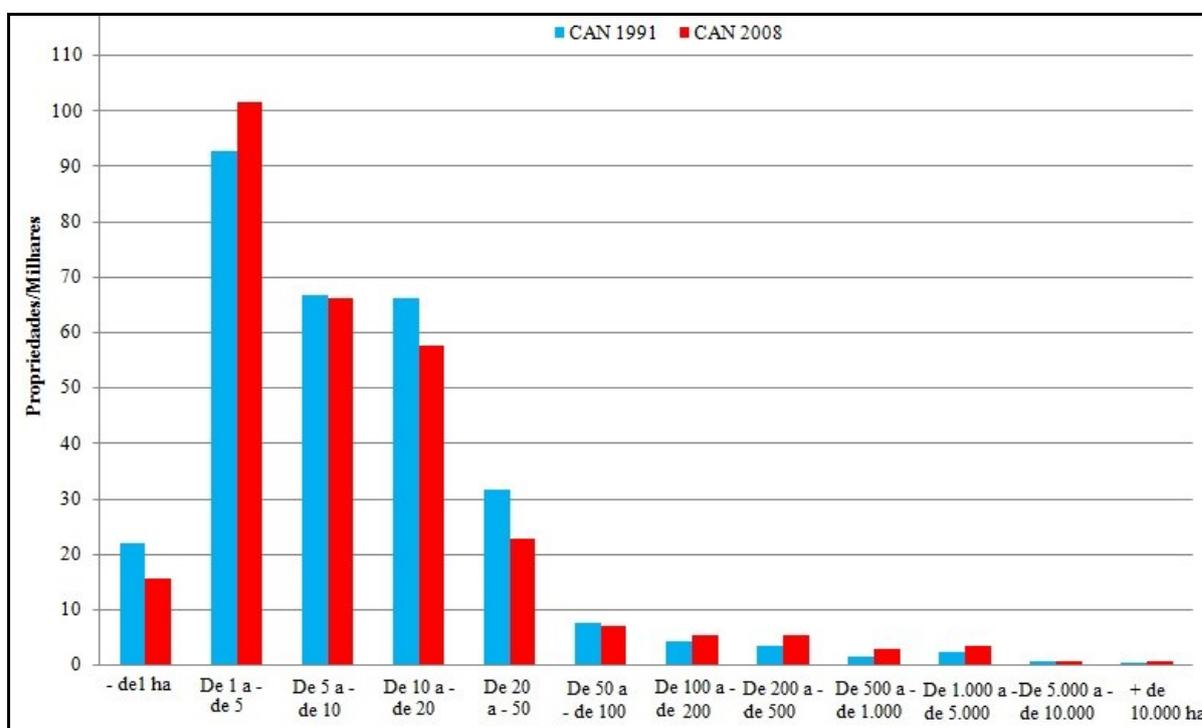
A concentração da terra no Paraguai constatamos nos dados do CAN de 1991/2008, ilustrados no Gráfico 5 e 6, organizados na Tabela 4, a seguir.

Gráfico 5 – Paraguai: Estrutura fundiária por estrato de área e área ocupada (CAN 1991/2008)



Fonte: CAN, 1991; 2008. Org.: Autor.

Gráfico 6 – Paraguai: Estrutura fundiária por estrato de área e número de propriedades (CAN 1991/2008)



Fonte: CAN, 1991; 2008. Org.: Autor.

Tabela 4 – Paraguai: Estrutura fundiária (CAN 1991/2008)

	Número de imóveis		Área total (ha)		Variação (%)		Área média das propriedades (ha)		
	CAN 1991	CAN 2008	CAN 1991	CAN 2008	Imóveis	Superfície	CAN 1991	CAN 2008	Variação (%)
PARAGUAI 2008	307.221	289.649	23.817.737	31.086.894	-5,7	30,5	78	107	38,4
Tamanho da Propriedade									
Não Tem	7.962	774	-	-	-90,3	-	-	-	-
Menos de 1 ha	21.977	15.586	8.499	6.894	-29,1	-18,9	*	*	14,4
De 1 a menos de 5 ha	92.811	101.643	222.805	231.118	9,5	3,7	2	2	-5,3
De 5 a menos de 10 ha	66.605	66.218	430.658	416.702	-0,6	-3,2	6	6	2,7
De 10 a menos de 20 ha	66.223	57.735	806.802	685.381	-12,8	-15	12	12	-2,6
De 20 a menos de 50 ha	31.519	22.865	857.909	619.986	-27,5	-27,7	27	27	-0,4
De 50 a menos de 100 ha	7.577	6.879	502.648	459.555	-9,2	8,6	66	67	0,7
De 100 a menos de 200 ha	4.279	5.234	569.169	699.257	22,3	22,9	133	134	0,4
De 200 a menos de 500 ha	3.503	5.251	1.050.034	1.600.537	49,9	52,4	300	305	1,7
De 500 a menos de 1.000 ha	1.525	2.737	1.010.952	1.810.119	79,5	79,1	663	661	-0,2
De 1.000 a menos de 5.000 ha	2.356	3.443	4.982.438	7.200.531	46,1	44,5	2.115	2.091	-1,1
De 5.000 a menos de 10.000 ha	533	684	3.644.873	4.702.034	28,3	29	6.838	6.874	0,5
De 10.000 a mais ha	351	600	9.730.949	12.654.779	70,9	30	27.724	21.091	-23,9

Fonte: CAN, 1991; 2008. Org.: Autor.

No Paraguai, a estrutura fundiária apresenta-se concentrada. A partir dos dados do CAN 2008 (mais recente), verificamos que as grandes propriedades (com área maior de 500 ha) somam 7.494 (2,5% do total de 289.649 propriedades) e possuem área de 26.037.633 ha (85% do total de 31.086,894 ha). Isto significa dizer que 97,5% das propriedades (282.185), ocupam apenas 15% da área agrícola do Paraguai.

Analisando os dados da Tabela 4, verificamos que as propriedades menores de 100 ha somavam 264.674, do total de propriedades, no ano de 1991, ou seja, 86%, e ocupavam 2.829.321 ha (12%). No ano de 2008, constatamos o crescimento no número de propriedades nesse estrato de área, reunindo 271.700 (94%), no entanto, há redução da área ocupada, passando para 2.419.636 ha ou 8% do total da superfície agrícola.

Com base na Tabela 4, verificamos que as propriedades maiores de 100 ha além de apresentaram crescimento no número, também tiveram aumento na área ocupada, para todos os estratos de área. Com destaque para o estrato de 1.000 a 5.000 ha, somando 2.356 propriedades, em 1991, e ocupando superfície total de 4.982.438 ha. Para o ano de 2008, apresentavam 3.443 e área de 7.200.531 ha, ou seja, crescimento da ordem de 46% em relação às propriedades e de 44% para área. Destaque também para as propriedades maiores de 10.000 ha. Neste estrato o acréscimo alcança 71% para as propriedades e cerca de 30% para a área.

Portanto, se compararmos os números dos censos agropecuários 1991/2008 evidencia-se o processo crescente na concentração da terra no Paraguai. Os números demonstram que o modelo de produção do agronegócio, intensificado a partir dos anos de 1990, é o principal vilão deste cenário.

O crescimento na concentração da propriedade da terra é fruto da ação e opção do Estado paraguaio. Se por um lado o Estado tem apoiado irrestritamente o agronegócio, por outro lado dá pouca atenção às políticas públicas em prol da reforma agrária e da produção camponesa.

Devido ao cenário adverso e de escassas políticas voltadas para produção camponesa, diversos movimentos *campesinos* fortaleceram suas agendas de lutas e reivindicações, resultando num avanço na concretização de assentamentos rurais, principalmente na região Oriental, a partir daquele momento.

Destacamos as atuações e conquistas dos movimentos sociais no campo paraguaio, ganhando força, a partir da redemocratização política, iniciada em fevereiro de 1989 e, por conseguinte, a redução das perseguições, violências e mortes de

lideranças camponesas, práticas muito presentes durante a ditadura de Stroessner, como destacado no Capítulo II.

No entanto, os casos de violência e assassinatos de camponeses continuam presentes no campo paraguaio, como destaca o integrante da Coordenação de Direitos Humanos do Paraguai (CODEHUPY), Hugo Valiente: “Desde o início do período democrático, em 1989, até hoje, registraram-se 116 casos de assassinato ou desaparecimento de dirigentes ou militantes de organizações camponesas” (LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, 2014).

Somada a violência e a repressão dos movimentos camponeses do Paraguai, às escassas e frágeis políticas públicas direcionadas às populações camponesas, são outro fator contrário a permanência dos camponeses na terra. Esta condição agravou-se a partir do *boom* da produção do agronegócio sojeiro, anos 2000, dificultando o avanço rumo a um projeto de reforma agrária capaz de dar condições dignas de vida às comunidades camponesas do Paraguai.

Para Riquelme e Vera (2013), o direcionamento das ações do Estado paraguaio caminha em sintonia com os interesses do conjunto de atores do complexo sojeiro, criando as condições necessárias para alavancar o crescimento da produção de grãos no país. Como consequência, a territorialização do agronegócio sojeiro é implacável para com as populações camponesas e indígenas, provocando a marginalização de suas produções, como também avançado rapidamente sobre suas terras.

Estos dos modelos de producción desde principios del 2000, mantienen una relación cada vez más conflictiva debido a la agresividad con la que el agronegocio avanza sobre el territorio de la agricultura campesina. El Estado no tiene una política estatal clara con respecto al modelo de producción campesino sin embargo, hay una acción estatal deliberada con respecto al agronegocio, con subsidios, falta de impuestos, modernización de la infraestructura vial, créditos, entre otros, que favorecen a este sector. La supremacía del modelo de producción basado en el agronegocio, provoca la marginalización de la agricultura campesina y con ella se está destruyendo la cultura productiva campesina, basada en la diversidad, en la producción de alimentos sanos y en el respeto al medio ambiente. El problema se agudiza con la incorporación de las semillas genéticamente modificadas – soja, maíz, algodón – y el uso masivo e intensivo de los agroquímicos (p. 13).

Ao mesmo tempo, o agronegócio expulsa as populações camponesas e indígenas dos seus territórios, contribui para o crescimento expressivo da migração campo-cidade

e dos problemas socioeconômicos relacionados, é responsável, também, pela intensa degradação ambiental, porque sua expansão ocasiona a derrubada da vegetação, uso indiscriminado de agrotóxicos e adubos químicos.

Na Figura 20, destacamos a evolução no desflorestamento da Mata Atlântica do Paraguai. Na figura 21, verificamos o desflorestamento registrado entre dezembro de 2013 a agosto de 2014. A principal causa do avanço do desmatamento é a exponencial expansão do agronegócio da soja. Segundo dados aproximados da Organização Não Governamental WWF, o período compreendido entre os meses de dezembro de 2013 a agosto de 2014, 11.714 hectares de vegetação foram desmatados para dar lugar às produções do agronegócio.

O departamento de Canindeyú, onde localiza-se a Colônia Marangatú, ocupa o segundo lugar em área desmatada (2.690 ha), ante os 3.979 ha derrubados em San Pedro, departamento de expansão recente do agronegócio sojeiro.

Dos 2.960 ha desflorestados no departamento de Canindeyú, representados na Figura 21, parte ocorreu em um latifúndio de aproximadamente 15.000 ha, localizado na Colônia Marangatú, pertencente a um proprietário estrangeiro²⁰. Parte dessa área esta sendo desmatada para dar lugar ao plantio de soja.

A autorização dos órgãos ambientais para o latifundiário proprietário da área, realizar o desflorestamento e a mecanização da terra, foi concedida por meio de uma imposição do governo paraguaio: destinar 500 ha de terra para realização de um projeto de assentamento com famílias campesinas.

A partir da destinação dos 500 ha constituiu-se o assentamento denominado de Ilha Verde, com mais de 100 famílias assentadas, embora várias famílias estejam sendo expropriadas de suas terras por plantadores de soja, principalmente brasileiros que compram os direitos dessas famílias.

Pra mecanizar eles tiveram que fazer um assentamento, foi um acordo com o governo. Tem mais de 100 famílias paraguaias lá no Ilha Verde, para cada um foi distribuído 8 ha. Mas eles vão ter que pagar um valor para o INDERT, que é mil dólares por ha. Mas esses paraguaio não gosta de trabalhar e muitos vendem para brasileiros. Eu mesmo já comprei três direitos nessas áreas do assentamento e tem mais brasileiros que comprou (Paulo, informação verbal).

²⁰ O proprietário desse latifúndio possui nacionalidade cabo-verdiana.

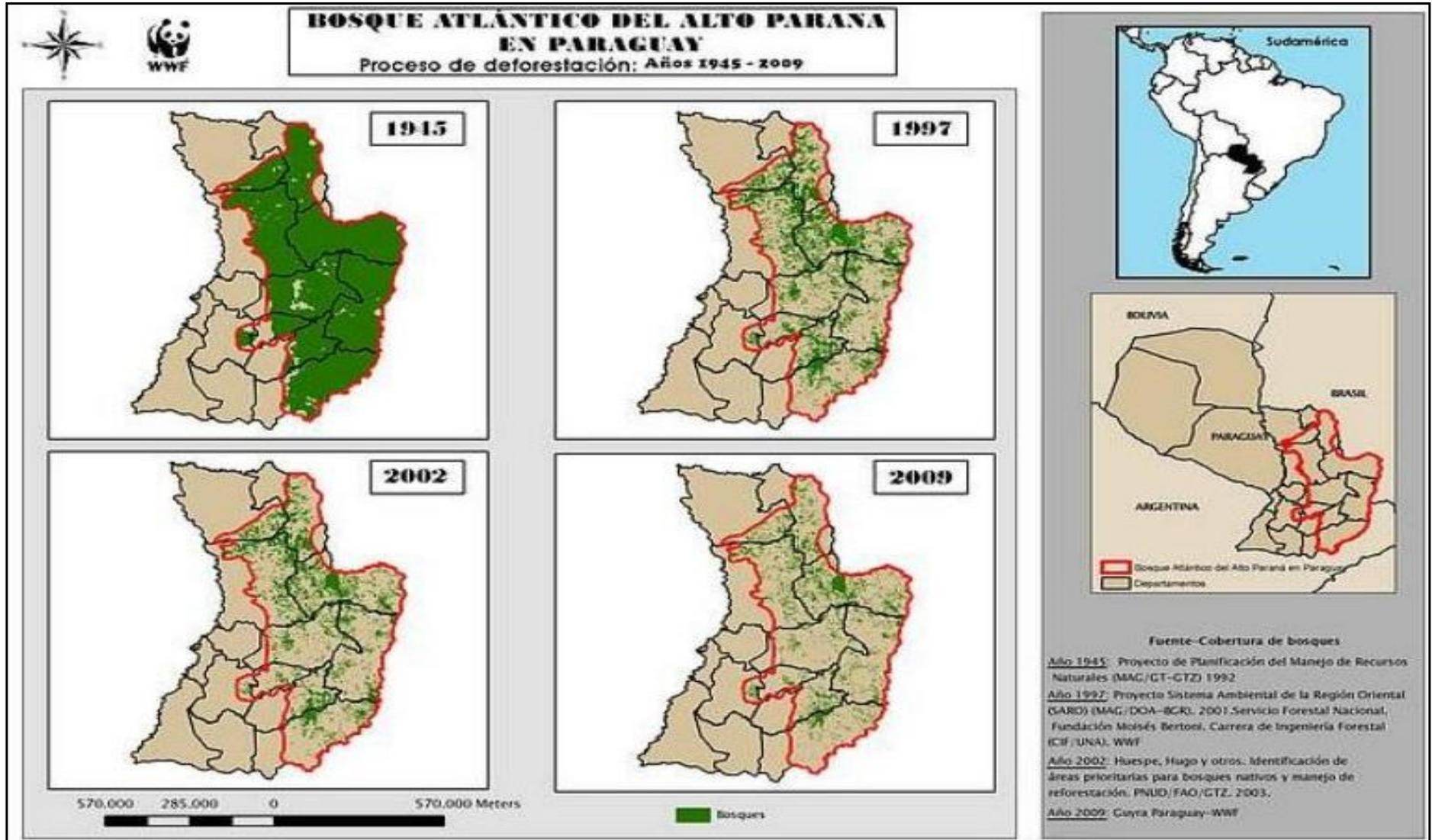


Figura 20 – Paraguai: Evolução do desflorestamento da Mata Atlântica (1915 a 2009)

Fonte: WWF Paraguai, 2014.

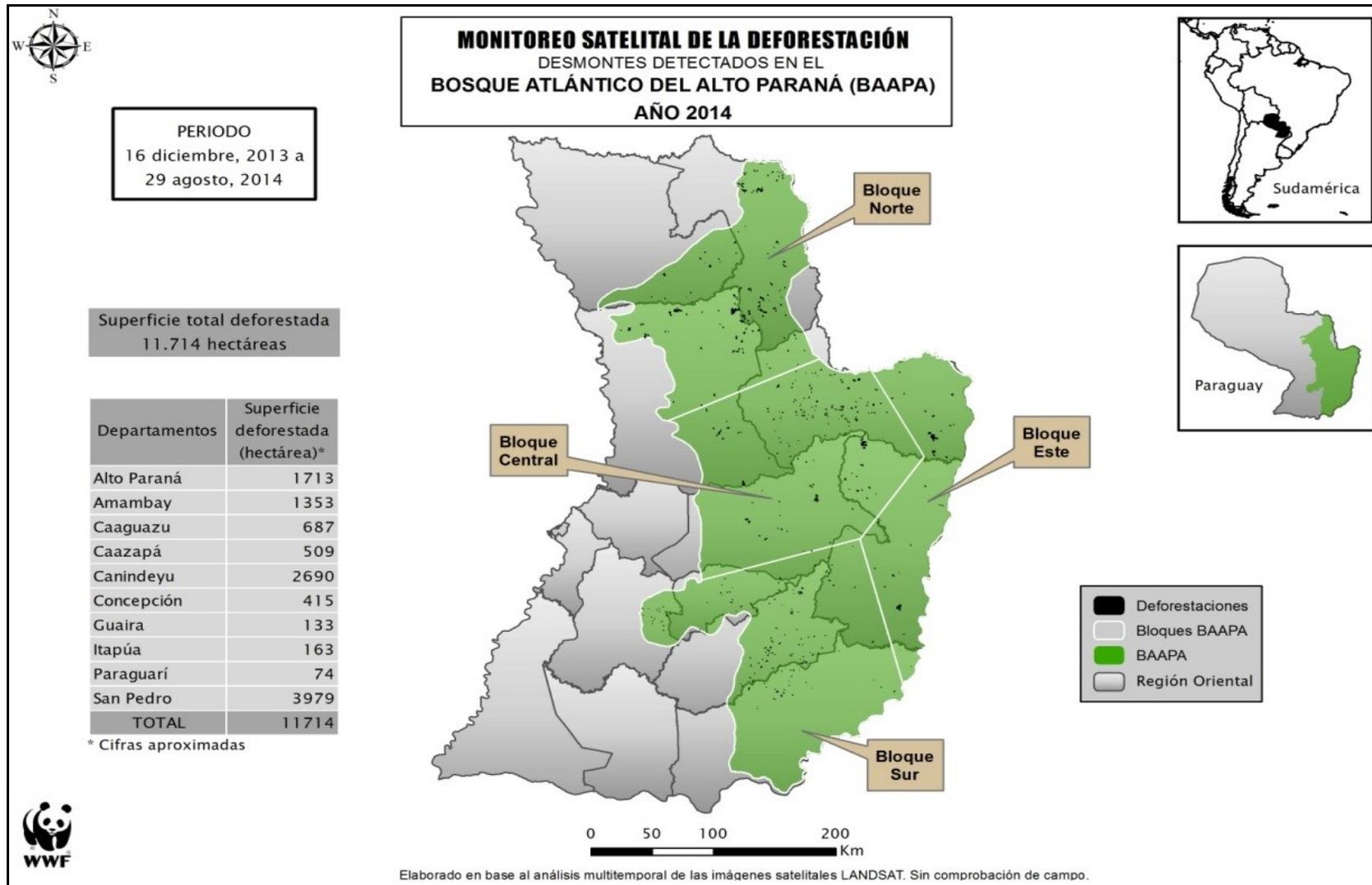


Figura 21 – Paraguai: Monitoramento do desflorestamento da Mata Atlântica (2014)

Fonte: WWF Paraguai, 2014.

Verificamos irregularidade quanto à venda de direitos de posse das famílias assentadas para agricultores brasileiros. Se a terra pertencente ao assentamento foi destinada para o INDERT, automaticamente os 500 ha são terra pública ou da União, e por lei não podem ser destinadas para apropriação de estrangeiros, somente para fins de reforma agrária.

As terras destinadas a projetos de assentamentos para reforma agrária podem ser apropriadas por cidadãos paraguaios, mas, também, filhos de estrangeiros nascidos no território paraguaio têm direito à terra, no entanto, apenas um lote. O agricultor brasileiro Paulo adquiriu três lotes de camponeses paraguaios, podendo, futuramente, alimentar potenciais conflitos pela posse dessas áreas, pois, não há legalidade na compra de direito de posse em terras destinadas à reforma agrária.

Os motivos do avanço dos desmatamentos relacionam-se à expansão das produções do agronegócio e vinculam-se as regiões com presença marcante de agricultores brasileiros, nutrindo a crescente expansão dos monocultivos do agronegócio no Paraguai, controlado, sobretudo, por latifundiários brasileiros, sobre as poucas áreas de vegetação restantes, como também na apropriação violenta de terras camponesas, via cultura da soja.

A partir dos dados da Câmara Paraguaia de Exportadores e Comercializadores de Cereais e Oleaginosas (CAPECO), verificamos o intenso crescimento da produção de soja no Paraguai, principalmente a partir de meados dos anos 2000. O aumento apresentou-se tanto na área plantada como na produção alcançada.

Se analisarmos os dados estatísticos do ano de 1997, com as estimativas de área plantada e a produção para o ano de 2014, verificamos expressivo crescimento, saltando de 1.050.000 ha, cultivados com soja e produção de 2.771.000 T, em 1997, para 3.254.982 ha, com produção de mais de 8.000.000 de T, em 2014. Aumento de, aproximadamente, 300% para ambas variáveis.

A produção da soja no território paraguaio iniciou-se pela região Oriental, nos departamentos fronteiriços com o Brasil, principalmente em Alto Paraná, Itapuá, Canindeyú e Amambay. Em seguida expandiu-se para Caazapá e Caaguazú e, mais recentemente, tem se territorializado para departamentos interiores do país, tais como Misiones, San Pedro, Guairá e Concepción.

No caso de Concepción, o avanço do plantio da soja tem causado intensos impactos à biodiversidade devido aos crescentes desmatamentos na região, chamada de

Chaco, um dos últimos refúgios da fauna e flora do Paraguai, além de ameaçar a reprodução de populações tradicionais. A territorialização da produção da soja no Paraguai é possível constatar na figura a seguir (Figura 22).

Na Tabela 5 verificamos a evolução da área plantada com soja no Paraguai, a produção total e o rendimento por ha desde 1997 a 2014. O início do cultivo de sementes de soja transgênica ocorreu durante o ano de 2000, com sementes vindas da Argentina.

Tabela 5 – Paraguai: Área semeada, produção e rendimento da soja (1997 a 2014)

Ano	Área semeada (ha)	Produção comercial (T)	Rendimento (Kg/ha)
1997	1.050.000	2.771.000	2.639
1998	1.150.000	2.988.201	2.598
1999	1.200.000	2.980.058	2.483
2000	1.200.000	2.911.423	2.426
2001	1.350.000	3.502.179	2.594
2002	1.445.000	3.546.674	2.454
2003	1.550.000	4.518.015	2.915
2004	1.936.600	3.911.415	2.020
2005	2.000.000	4.040.828	2.020
2006	2.426.000	3.641.186	1.501
2007	2.430.000	5.581.117	2.297
2008	2.644.856	5.968.085	2.256
2009	2.524.649	3.647.205	1.445
2010	2.680.182	6.462.429	2.411
2011	2.870.539	7.128.364	2.483
2012	2.957.408	4.043.039	1.367
2013	3.157.600	8.202.190	2.598
(*)2014	3.254.982	8.093.821	2.853

Fonte: CAPECO, 2014. (*) Estimativa

A produção de soja avançou para os departamentos mais interioranos do país. As terras do departamento de Alto Paraná são as mais utilizadas para o cultivo do grão, praticamente todo seu território encontra-se tomado pela produção de soja. Não muito diferente disso, Itapúa e Canindeyú têm grande área agrícola ocupada com a cultura.

A CAPECO classifica a soja, dentro do chamado “complexo sojero”, como sua coluna vertebral. Somado à soja, compreendem o sistema do agronegócio as produções de trigo, milho, canola, girassol, cana-de-açúcar, fabricação de azeites, farinhas dentre outras (VILLAGRA, 2009, p. 34). Mas, as outras culturas têm menores áreas cultivadas em relação à soja, como verificamos na Tabela 6.

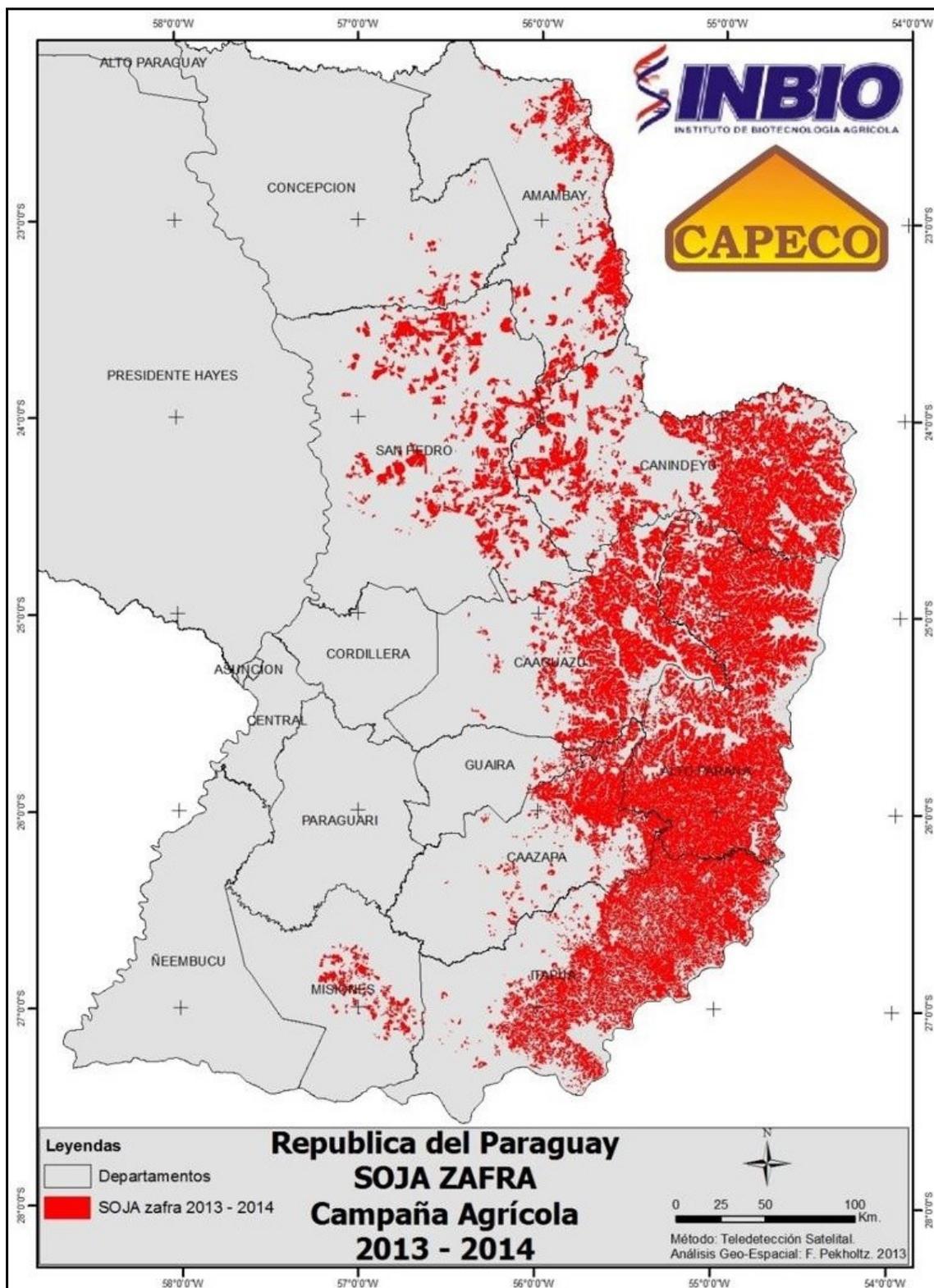


Figura 22 – Paraguai: Espacialização do cultivo de soja - 2013/2014

Fonte: CAPECO, 2014.

Tabela 6 – Paraguai: Área plantada com milho, trigo, canola e girassol – 2013-2014

Cultura	Área plantada (ha)
Milho	649.733
Trigo	631.690
Girassol*	53.757
Canola*	46.755

Fonte: CAPECO, 2014. * safra 2013

A expressiva expansão de área e produção de soja colocou o Paraguai como o 6º maior produtor mundial. No tocante às exportações, o país possui a quarta posição, ficando atrás apenas dos EUA, Brasil e Argentina. Os dados da CAPECO mostram a evolução da quantidade de soja exportada. Se para o ano de 1989 a exportação de soja do Paraguai não alcançou 1.000.000 de T, durante o ano de 2013 o total exportado foi de aproximadamente 5.000.000 de T, ou seja, 60% da produção nacional (Tabela 7).

Tabela 7 – Paraguai: Evolução da exportação de soja

1989	945.375
1990	1.559.897
1991	866.525
1992	831.885
1993	1.390.259
1994	1.174.761
1995	1.537.603
1996	1.587.428
1997	2.150.000
1998	2.293.601
1999	2.298.758
2000	2.025.552
2001	2.509.948
2002	2.385.979
2003	3.167.193
2004	2.664.415
2005	2.882.182
2006	2.380.344
2007	4.136.117
2008	4.438.085
2009	2.282.705
2010	4.654.429
2011	5.138.364
2012	2.971.039
2013	4.932.448

Fonte: CAPECO, 2014.

Se compararmos os dados da CAPECO (Tabela 5) com os dados da Companhia Nacional Abastecimento (CONAB, 2014), para o mesmo período (1997 a 2014), o percentual de expansão da área plantada com soja no Paraguai supera com boa margem o avanço do cultivo no Brasil (aproximadamente 15%), segundo maior produtor e exportador mundial do grão. Isso demonstra o avanço da territorialização da produção sojeira no país vizinho chega a ser mais intensa que a verificada no Brasil (Tabela 8).

Tabela 8 – Brasil: Área semeada com soja em milhões de ha (1997 a 2014)

1997	11.381,3
1998	13.157,9
1999	12.995,2
2000	13.622,9
2001	13.969,8
2002	16.386,2
2003	18.474,8
2004	21.375,8
2005	23.301,1
2006	22.749,4
2007	20.686,8
2008	21.313,1
2009	21.743,1
2010	23.467,9
2011	24.181,0
2012	25.042,2
2013	27.736,1
2014	30.173,1

Fonte: CONAB, 2014.

Se os dados sobre a produção de soja no Paraguai apresentam constante crescimento, mostrando a força do agronegócio no país, na Colônia Marangatú, verificamos situação semelhante. Constatamos que a cultura da soja tem sido plantada em grande parte das terras da Colônia, deixando explícita uma paisagem representada por um “mar de soja”.

A territorialização da soja é confirmada pelos dados, pois, apenas 7,6% dos *brasiguaios* da Colônia Marangatú não realizam a produção, porque as terras não possuem aptidão para realizar o cultivo. As terras mecanizáveis estão tomadas pelo cultivo do grão.

Na Figura 23, a seguir, não observamos outras produções e os cultivos de soja predominam nas terras da Colônia, entre outubro e fevereiro. Somente após a colheita

da soja verificamos outras culturas, com os plantios de milho safrinha e trigo, principalmente, como visualizamos na Figura 24.



Figura 23 – Colônia Marangatú: plantação de soja

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 24 de Nov. 2014. Foto: do autor.

A predominância da produção de soja, verificado nas terras camponesas da Colônia Marangatú, relaciona-se à falta de alternativas de produções que proporcionem renda semelhante à alcançada com tal produção. Além da renda, os camponeses afirmam que o cultivo de variedades de soja transgênica, resistentes às aplicações de herbicidas, facilita o trabalho na lavoura.

Nós não temo outra coisa pra plantar no verão, só a soja é o que todo mundo planta e a única coisa que dá uma boa renda e como é transgênica fica fácil de cuidar, pois passa o Roundup e tá tudo limpo. Depois que colhe a soja lá pelo mês de fevereiro entra com o milho safrinha e alguns arrendam para plantar trigo. (Alceu, informação verbal).

Há dependência dos camponeses de Marangatú ao agronegócio. Praticamente não há alternativas de produção comercial que escapem às amarras do capital, da lógica agroexportadora. Diante disso, tanto camponeses familiares como latifundiários, estão

inseridos num mesmo sistema de produção, só que em condições e lógicas socioeconômicas completamente diferentes, contribuindo para a gradativa dominação do território camponês pelo agronegócio latifundiário.



Figura 24 – Colônia Marangatú: plantações de milho e trigo

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 22 de Jun. 2014. Foto: do autor.

Nas grandes produções de soja, da Colônia Marangatú, verificamos lógicas de produção, trabalho e as próprias perspectivas socioeconômicas diferentes quando comparamos com as de camponeses *brasiguaios* da Colônia. Pois, para os camponeses a terra, o trabalho e a produção estão norteados, sobretudo, pela subsistência e reprodução da família e não para a acumulação capitalista. Entretanto, muitos camponeses, devido à falta de maquinários, recursos financeiros, mão de obra, dentre outras, acabam arrendando suas propriedades ou posses a proprietários maiores das redondezas.

Ao migrarem para o Paraguai, os camponeses brasileiros pesquisados buscavam construir uma vida mais digna, almejando comprar seu pedacinho de terra e, assim, garantir a reprodução da família na terra a partir do trabalho. Diferentemente do latifundiário brasileiro Manoel, que ingressou no Paraguai comprando 500 ha de terra.

No depoimento a seguir percebemos que os interesses latifundiários nas terras no Paraguai são para auferir renda, alcançar riquezas e não para subsistência. A terra é entendida como um negócio.

Comecei mexer no Paraguai em 1989. Primeiro fui para San Alberto e comprei 500 ha de um proprietário, comprei com recursos próprios. Aí eu mecanizei a metade e depois vendi para compra no Marangatú. Por essa terra em San Alberto eu paguei 120 sacas de soja por alqueire. Depois vendi por 900 dólar por alqueire em San Alberto e comprei por 800 dólar o alqueire no Marangatú, fiz um excelente negócio. Comprei 1.000 ha no Marangatú. Meus interesses em comprar terras no Paraguai eram para produzir soja, milho e trigo e por causa do preço baixo e a fertilidade do solo. Nós deixamos de abrir [terra] no Mato Grosso e fomos para o Paraguai. Tinha 1.000 ha no MT. Vendí tudo. Tinha arrendado e não ganhava renda. (Manoel, informação verbal).

Verificamos no depoimento de Manoel, um grande proprietário, já possuía antes de migrar para o país vizinho, condições financeiras para aquisição das terras, inclusive com grande quantidade de terras compradas no Estado do Mato Grosso. Ao desistir de investir nas terras do Centro-Oeste brasileiro, centralizou suas atividades nas terras no Paraguai. Os interesses do latifundiário, para a aquisição das terras no Paraguai, foram norteados pelo baixo preço e pelas características do solo, pois, possuem excelente aptidão para cultivos agrícolas.

Das terras adquiridas na Colônia Marangatú (1.000 ha), haviam apenas 10 ha desmatados, mas em dois anos mecanizou toda área e intensificou o plantio de soja, milho e trigo.

Com os grandes lucros e renda obtidos com a produção agrícola, comprou mais 500 alqueires, adquiriu um silo na região e começou a comprar grãos de outros agricultores, inclusive financiando as lavouras, máquinas e implementos. Mas tudo sem contrato, o que segundo ele, após uma severa estiagem, muitos dos agricultores que haviam obtido financiamentos com aval do silo não conseguiram quitar as dívidas e foi obrigado a vender os 500 alqueires de terra para saldar dívidas junto ao banco.

Já iniciamos plantando soja no Marangatú. Em San Alberto arrendava pra plantar soja. Milho safrinha também começamos a plantar. Em dois anos já tinha mecanizado tudo pra soja, milho e trigo. Depois comprei mais 500 alqueires, mas esses eu perdi pro banco por causa de dívidas. Comprei um silo e financiava as lavouras, máquinas e implementos para os colonos da região. Era o maior comprador de soja da região. Num ano deu uma seca, eu não tinha garantia do pessoal e aí o pessoal não pago e eu não quis tomar as máquinas e terra, mas pensando bem deveria ter tomado. Hoje tenho ainda 1.300 ha de terra. (Manoel, informação verbal).

Embora o latifundiário brasileiro Manoel tenha se “prejudicado”, nos seus negócios, conforme depoimento, vendendo aproximadamente metade de suas terras, atualmente ainda possui grande área e figura entre os maiores proprietários de terra de Marangatú. Segundo Manoel, os trabalhos na lavoura são efetuados com auxílio de seis tratores, duas colheitadeiras e um pulverizador, todos de última geração. A produção de soja e milho é feita com sementes com a biotecnologia transgênica.

A soja que é plantada é 100% resistente ao Roundup, mas também já estamos utilizando na metade da área, variedades de soja resistente a lagarta. O milho é tudo transgênico para as lagarta, queremos iniciar esse ano com o milho resistente ao Roundup. Embora o milho resistente a lagarta a tecnologia não funcionou no ano passado, tivemos que passar inseticidas para matar as lagarta, aí é complicado, pois já paga caro na semente para não precisar aplicar veneno e não funciona, complicado né! (Manoel, informação verbal).

No depoimento anterior verificamos que o latifundiário Manoel cultivava suas terras somente com OGM's, quase uma regra para os produtores do agronegócio do Paraguai. Somado aos transgênicos, 70% das terras são cultivadas com a agricultura de precisão, tecnologia com custos elevados, portanto, acessível somente a grandes produtores de grãos para exportação.

O grau de mecanização e de tecnologias exigidos nos cultivos do agronegócio na Colônia Marangatú, devido ao seu alto custo financeiro, é desfavorável para maior parte dos camponeses *brasiguaios* e paraguaios, acelerando cada vez mais a concentração da propriedade da terra.

Segundo o latifundiário Manoel, a concentração da terra é “algo natural”, questão puramente de “competição econômica igualitária e legítima” entre todos; como se todos almejassem e pudessem alcançar os mesmos objetivos socioeconômicos.

A intenção dos latifundiários na Colônia Marangatú é garantir cada vez mais terra, renda e, sobretudo poder, a partir das produções do agronegócio e das relações sociais, econômicas e políticas e o jogo de influências estabelecidas na esfera da representação política.

Os pequenos vão indo para outro lugar. Os produtores menores não conseguem se manter. Os motivos são que os pequenos se sentem oprimidos. Eles não podem comprar as coisas dos maiores e eles vão buscar outros lugares para serem iguais. (Manoel, informação verbal).

Além de naturalizar a problemática da concentração fundiária, os latifundiários, desvinculam estrategicamente à expansão dos monocultivos do agronegócio como principal motivo para tal condição, afirmando que é apenas uma questão de mercado, ou seja, a produção no campo e a terra são vistas como negócios, nos quais, restarão apenas os melhores “competidores” no contexto das produções do agronegócio.

Segundo Manoel, alguns dos produtores menores migram da Colônia Marangatú para o Brasil pela idade mais elevada, em busca de auxílios previdenciários e, principalmente, melhores condições de atendimento a saúde, pois no Paraguai os benefícios de aposentadoria e assistência médica são muito precários.

O latifundiário Manoel mostra certa compreensão de alguns dos motivos de os camponeses *brasiguaios* saírem/retornarem para o Brasil, mas, não faz menção de que a precariedade dos títulos, pressão dos cultivos do agronegócio e a concentração fundiária são os principais fatores para a fragilização e precarização do trabalho e, consequentemente, contribuindo para perda de suas terras na Colônia Marangatú.

Os latifundiários enaltecem a importância do agronegócio, elencando-o como o carro-chefe da economia do país. Além disso, destacam que há boa relação com o governo paraguaio, embora, em 2014, tenha iniciado a cobrança de imposto de 4% sobre a produção de soja.

Agronegócio é bom! Os representantes do governo estão vendo com bons olhos o agronegócio. Em 2014 o governo tem cobrado imposto da soja. Toda produção 4% de imposto²¹, uma parte abate com a compra dos insumos. Antes só pagava imposto do que comprava 10% (IVA). Quando vendia abatia 100% do imposto. O carro-chefe do agronegócio é o soja. Me considero orgulhoso de ser do agronegócio, vejo como uma boa produção. Trabalhamos com satisfação! (Manoel, informação pessoal).

Verificamos no depoimento a exaltação em relação à produção do agronegócio no Paraguai, embora haja descontentamentos dos produtores, pois, em 2014, o governo paraguaio iniciou-se a cobrança de imposto sobre a produção destinada à exportação. No entanto, além de ter caráter simbólico, pois é taxaço insignificante, cabe abatimento de um percentual de até 50% do imposto no momento da compra de insumos e máquinas, por exemplo. Isto é, os grandes produtores serão os maiores beneficiados, pois, quanto mais insumos e máquinas o produtor adquirir durante o ano, maior será o desconto no tributo.

Portanto, mesmo com a taxaço sobre os grãos exportados, haverá poucos impactos para a cadeia produtiva, porque é um percentual insignificante se analisarmos a condição econômica de expressiva parte dos produtores do agronegócio sojeiro e de todo *núcleo transnacional* (VILLAGRA, 2009), controladores da produção e exportação de soja no Paraguai.

Além disso, a taxaço sobre a produção exportada de grãos não contribuirá para o aumento significativo da arrecadação tributária do Estado. Caso houvesse taxaço maior, poderia destinar mais recursos públicos em prol da população paraguaia, especialmente as camponesas e indígenas, os mais afetados pelo avanço do agronegócio sojeiro.

Se por um lado o latifundiário brasileiro, produtor do agronegócio e de cultivos transgênicos mostra orgulho e satisfação em falar de sua produção na Colônia Marangatú, por outro lado, movimentos camponeses, indígenas e uma parte dos pesquisadores, que visualizam uma questão agrária no Paraguai, têm feito afirmações contrárias importantes a respeito dos impactos derivados das produções do agronegócio.

²¹ Segundo o presidente da Associação de Produtores de Soja do Paraguai (APS), o imposto cobrado é de 5% sobre os grãos exportados e não de 4% como indica o produtor pesquisado. Disponível em: <<http://www.noticiasagricolas.com.br/videos/palestra-eventos/138381-video-confira-karsten-friedrichsen-presidente-aps-paraguai-no-2-dia-de-negocios-cotrip-paraguai.html#.VTL7xSFViko>>. Acesso em: 10 de Fev. 2015.

Diversos estudos²² de pesquisadores, vinculados ao Centro de Estudos Rurais Interdisciplinares (CERI) e a BASE Investigações Sociais, principalmente, são taxativos em demonstrar a perversidade das produções do agronegócio no campo paraguaio e para o conjunto da sociedade de modo geral.

De modo geral, estes estudos, evidenciam que o agronegócio expande-se a partir do intenso processo de concentração da terra e das riquezas. Soma-se a isso, a grande dependência as corporações transnacionais, controladoras das produções e exportações do setor, atuantes no espaço agrário paraguaio sem preocupações em relação aos impactos socioambientais causados pelos monocultivos, uso indiscriminado de agrotóxicos e fertilizantes químicos.

Um dos maiores vilões desses impactos são os cultivos transgênicos, praticamente dominantes nas plantações do campo paraguaio. Tais impactos afetam a sociedade de modo geral, mas, sobretudo, os camponeses e os indígenas são os que mais sofrem com a expansão dessas plantações geneticamente modificadas, altamente dependentes do uso de agrotóxicos.

Segundo os movimentos camponeses do Paraguai, o intenso plantio de sementes transgênicas e uso de agrotóxicos relacionam-se como os principais causadores para o aumento da incidência de casos de câncer no Paraguai. Segundo estudo realizado no Hospital de Clínicas de Assunção, a quantidade de pessoas internadas para tratamentos de enfermidades hematológicas (leucemias e linfomas) triplicaram nas últimas décadas, em coincidência com o aumento do plantio de transgênicos, como afirma o responsável pela pesquisa, o médico e catedrático de Semiologia Médica da Universidade Nacional de Assunção (UNA), José Luis Isfrán²³.

Para Isfrán (2013, s/p) ainda, o estudo não contempla pacientes da pediatria, o que, segundo ele, aumentaria consideravelmente os casos de pessoas acometidas pelo câncer. Afirma, também, que diversos médicos participaram de palestras organizadas

²² Dentre os estudos destacam-se: La otra cara de la soja. El impacto del agronegocio en la agricultura familiar y la producción de alimentos (RIQUELME e VERA, 2013); Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza (FOGEL e RIQUELME, 2005); Os impactos socioambientais da soja no Paraguai – 2010 (REPÓRTER BRASIL e BASE, 2010); Actores del agronegocio em Paraguay (VILLAGRA, 2009) dentre outros.

²³ Fonte: **Jornal Última Hora**, 01 de Nov. 2013. Casos de câncer se triplicaron con el uso de transgénicos en Paraguay. Disponível em: <<http://www.ultimahora.com/casos-cancer-se-triplicaron-el-uso-transgenicos-paraguay-n736763.html>>. Acesso em: 01 de Mar. 2015.

pelo Ministério da Saúde e do Serviço Nacional de Qualidade e Sanidade Vegetal e de Sementes (SENAVE), apresentando os benefícios dos transgênicos.

Portanto, há relação promíscua entre o SENAVE e do Ministério da Saúde na organização das palestras, pois, o SENAVE é um órgão ligado ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAG) do Paraguai e recebe forte influência política e econômica dos representantes do agronegócio naquele país.

Verificamos, portanto, o jogo de influências entre os atores do agronegócio e os representantes do aparelho do Estado paraguaio. O intuito dessa ação é difundir a ideia de os transgênicos não trazerem prejuízos para saúde humana, promovendo a fácil aceitação da população e a novas liberações de variedades transgênicas pela Comissão Nacional de Biosegurança (CONBIO), o que vai ao encontro dos interesses do complexo sojeiro no Paraguai.

Diante de tal agravo do uso de sementes transgênicas, agrotóxicos na monocultura da soja, dentre outras monoculturas, os trabalhadores rurais, que realizam as aplicações de agrotóxicos, estão vulneráveis às enfermidades, mas, sobretudo, camponeses e comunidades indígenas que vivem próximas dos cultivos e estão expostas às contaminações durante as fumigações.

Diante do contato direto ou indireto das pessoas aos transgênicos e aos agrotóxicos, são verificadas a presença de genes vinculados aos cultivos nos seus organismos, ocasionando sérias perturbações na cadeia genética, o que pode levar ao surgimento de diversos tipos de câncer, como conclui o estudo de Isfrán (2013):

[...] los efectos de los transgénicos sufren tanto las personas del campo que se exponen directamente a las fumigaciones, como la ciudad, donde se consume carne animales como los cerdos, que fueron alimentados con maíz transgénico. La investigación concluyó con que la gente expuesta a los agrotóxicos y transgénicos registraba la presencia de los genes de los cultivos en el organismo, ocasionando una perturbación en la cadena genética, lo que a su vez podría derivar en varios tipos de cáncer. (*Idem, Ibidem*).

Segundo Fogel (2005), o cultivo de soja transgênica tem se expandido de forma intensa e violenta sobre os territórios camponeses e indígenas, causando a destruição da biodiversidade, além de provocar graves contaminações ao meio ambiente.

Fogel (2005) afirma que a expansão da produção de soja transgênica é produtora de pobreza, pois concentra renda, terra, gera poucos empregos no campo, provoca a

degradação ambiental e, contribui, sobretudo, para expedientes de corrupção. “El impacto del cultivo de la soja en la producción de pobreza, no es directa, ya que está mediada por la reducción del empleo, la concentración del ingreso y de la tierra, la degradación ambiental y la corrupción que alimenta” (p. 47).

As afirmações de Fogel (2005) são verificadas no espaço agrário da Colônia Marangatú, onde a concentração de terra e renda estão diretamente relacionadas ao avanço da produção do agronegócio. Ao analisarmos a geração de empregos na propriedade de um latifundiário brasileiro (Manoel), também se confirma as interpretações de Fogel. Nos 1.300 ha, o depoente afirma que tem contratado apenas quatro trabalhadores para realizar as atividades durante as safras. Isso representa um posto de trabalho para cada 325 ha.

Além da geração de poucos empregos no campo, o agronegócio tenta passar imagem de modelo de agricultura altamente produtivo, principalmente a partir do início dos cultivos com sementes transgênicas. Esse fato não se comprova na realidade das lavouras paraguaias.

Os dados apresentados na Tabela 9, a seguir, confirmam que praticamente não houve aumento na produtividade das lavouras com o início dos cultivos de variedades de soja transgênicas, a partir do início dos anos 2000 no Paraguai. A produtividade tem oscilado bastante, mas não há crescimento por hectare cultivado.

Essa evidência nega a tese de que as sementes transgênicas seriam mais produtivas do que as convencionais e para aumentar a produtividade das lavouras a única alternativa seria abandonar o cultivo de variedades de soja convencional.

No entanto, existe um corrente discurso, defendido pelos representantes do agronegócio e divulgado constantemente pela mídia hegemônica paraguaia, de que as variedades transgênicas são mais produtivas que as convencionais. Tal discurso se assenta, principalmente, nos recordes de produção batidos ano após ano no Paraguai e, assim, ganha legitimidade na maioria dos segmentos da sociedade.

Mas, se analisarmos com rigor os dados de área plantada e relacionarmos com os da produção total, veremos que não houve incremento na produtividade, a partir dos cultivos transgênicos. O substancial aumento na produção tem mascarado a realidade, pois tem-se o vertiginoso crescimento de área plantada e, conseqüentemente, da produção (conferir Tabela 5). Portanto, aumentou a produção, mas não a produtividade (conferir Tabela 9).

Tabela 9 – Paraguai: produtividade da soja (1997 a 2014)

Ano	Rendimento (Kg/ha)
1997	2.639
1998	2.598
1999	2.483
2000	2.426
2001	2.594
2002	2.454
2003	2.915
2004	2.020
2005	2.020
2006	1.501
2007	2.297
2008	2.256
2009	1.445
2010	2.411
2011	2.483
2012	1.367
2013	2.598
(*)2014	2.853

Fonte: CAPECO, 2014. (*) Estimativa

Seja no Paraguai ou em outros países, a difusão de variedades de soja transgênica além de não aumentar a produtividade das lavouras, provoca a redução cada vez maior de postos de trabalho no campo, situação mascarada pelos representantes da cadeia produtiva do agronegócio e, inclusive, por vários estudiosos:

A semente de soja transgênica não brinda necessariamente aumento na produtividade por área cultivada, como salientam vários estudiosos, e, sim, proporciona diminuição dos custos principalmente de mão-de obra, na medida em que os produtores já não têm de realizar tarefas de combater a pragas, além do que com as técnicas de plantio direto facilitam, também, as tarefas de semeadura. Trata-se, portanto, de uma técnica que acentua a tendência a uma agricultura sem agricultores, agravando problemas num momento em que o novo padrão de poder proporcionado pelas novas tecnologias também não emprega tanta gente nas cidades e suas periferias, como o fazia à época da desruralização europeia e estadunidense. (GONÇALVES, 2004, p. 227).

Portanto, o agronegócio é extremamente perverso em relação aos empregos, pois reduz ao máximo a utilização de mão de obra nos cultivos, constituindo-se em agricultura sem agricultores. Além disso, sua produção é dependente de grandes corporações transnacionais, fabricantes de máquinas, equipamentos, adubos, agrotóxicos, tecnologias, dentre outras.

Somada à dependência externa das produções do agronegócio paraguaio, outra questão importante, verificada na Colônia Marangatú, relaciona-se à nacionalidade dos grandes proprietários de terra, pois parte dos latifundiários produtores do agronegócio da soja no Paraguai é constituída por brasileiros. Essa situação levanta apreensão das populações campesinas e dos povos tradicionais, pois além de terem suas melhores terras agrícolas apropriadas por estrangeiros, sofrem os impactos culturais, políticos e econômicos presentes nas relações de poder vinculados a estes atores.

Diversos teóricos da questão agrária do Paraguai, como Ramón Fogel, Marcial Riquelme, Quintín Riquelme, dentre outros, acusam os brasileiros (produtores de agronegócio) de imporem os costumes, cultura, tradições, modo de trabalho e, principalmente, o monopólio da terra e das produções do agronegócio no Paraguai.

Além disso, tais autores afirmam que os proprietários brasileiros do agronegócio estão no Paraguai apenas para explorar e lucrar com as produções, deixando os passivos ambientais para o conjunto da sociedade paraguaia. Não possuem pertencimento à terra e ao modo de vida tradicional e, ainda, nas regiões de forte presença brasileira constituem-se enclaves econômicos, influenciando nas mais diversas esferas da vida social do povo paraguaio.

Embora tais autores citados generalizam as questões de classe e as diferenças que permeiam as relações socioeconômicas e socioculturais entre os latifundiários brasileiros e os camponeses *brasiguaios* residentes no Paraguai, muitas de suas afirmações e críticas cabem quase que exclusivamente aos latifundiários brasileiros produtores de soja e não aos camponeses *brasiguaios* que, reservando as particularidades, encontram-se fragilizados e marginalizados no espaço agrário paraguaio. Numa situação semelhante aos campesinos paraguaios.

A constituição dos enclaves, portanto, não pode ser compreendida a partir da generalização dos agricultores brasileiros que residem nos espaços contíguos entre Brasil e Paraguai. São necessárias, principalmente, diferenciações socioeconômicas

desses sujeitos, suas influências nos aparelhos do Estado paraguaio atrelados ao poder econômico e político, resultante das produções latifundiárias do agronegócio.

Diante disso, não se pode generalizar os diferentes grupos e classes de agricultores brasileiros na fronteira e agrupá-los num mesmo círculo de interesses, como se todos compartilhassem das mesmas aspirações socioeconômicas. Também, como se os impactos socioambientais causados pelas produções e relações de poder dos latifundiários brasileiros – produtores do agronegócio fossem equivalentes aos impactos vinculados aos camponeses *brasiguaios*. Tais generalizações não representam a realidade desses sujeitos e de suas produções e relações de poder.

Mesmo que parte dos camponeses *brasiguaios*, residentes na Colônia Marangatú, esteja inserida nas produções do agronegócio e integram o complexo sojeiro, embora de forma desigual e contraditória, não podemos caracterizá-los num mesmo jogo de interesses socioeconômicos e socioculturais dos latifundiários brasileiros ou paraguaios.

Numa passagem da entrevista, o latifundiário brasileiro Manoel fez questão de evidenciar as influências políticas dos latifundiários juntos aos governantes locais.

Hoje os brasileiros estão envolvidos na política, antes éramos carta fora do baralho. Somos bem vistos com os políticos do município, qualquer mudança que vai ocorrer no município, nas eleições, os políticos de Nueva Esperanza vem nos consultar para ver qual é a nossa opinião. (Manoel, informação verbal).

Verificamos, no depoimento anterior, as influências político-econômicas dos latifundiários brasileiros produtores de soja, nas ações dos representantes do poder público paraguaio, na tomada de decisões, em sintonia aos interesses dos produtores e das produções do agronegócio.

Outra bandeira defendida pela classe latifundiária de Marangatú, e demarca o posicionamento de classe, relaciona-se a influência e a atuação política junto aos representantes do poder público paraguaio, para conseguirem melhorias que atendam seus interesses e os beneficiem nos seus negócios.

Dentre as atuações políticas dos latifundiários, uma das suas principais reivindicações junto aos poder público distrital e departamental, é o asfaltamento da estrada que liga o Porto Marangatú a sede distrital de Nova Esperanza, trajeto de aproximadamente de 70 km, como verificado no depoimento a seguir:

Se sair esse asfalto ligando o Porto [Marangatú] a Nova Esperança vai melhorar muito para transporte da nossa produção, para nós andarmos com nossas camionetes! Porque o que nós queremos para Marangatú é esse asfalto, saúde, essas coisas nós não precisamos. (Manoel, informação verbal).

Na entrevista fica explícito o poder de uma classe que domina, além da demonstração de desprezo para com as populações camponesas e o conjunto de trabalhadores que necessitam condições mínimas de saúde, estas praticamente ausentes na Colônia Marangatú.

Se a classe latifundiária não se importa com a falta de assistência médica, porém, muitos camponeses *brasiguaios* deixam a Colônia Marangatú e retornam para o Brasil devido às precárias condições de assistência à saúde.

Portanto, a atuação política da classe latifundiária não é para conquistar junto ao poder público distrital melhorias para a saúde da população da Colônia, pois os latifundiários brasileiros possuem condições financeiras para deslocarem-se ao Brasil a procura de atendimento médico. Pelo contrário, em primeiro lugar está a conquista da infraestrutura viária, a exemplo: o asfaltamento da estrada é a principal reivindicação dos agricultores latifundiários.

Nesse contexto, visualizamos estratégia da classe dominante para assegurar a concretização dos seus interesses e, sobretudo, fragilizar ainda mais o território camponês e as possibilidades de permanência dos sujeitos na terra. Uma das formas para dificultar a produção camponesa é manter precária a condição da assistência médica hospitalar na Colônia.

Ao mesmo tempo, os latifundiários monopolizam a propriedade da terra e concentram riquezas na Colônia Marangatú, por meio do poder econômico e suas influências políticas, expulsam e expropriam os camponeses da terra. Para estes, o que resta é vender as posses aos grandes proprietários por preços abaixo do mercado, sobretudo as terras sem documentação legal. A expropriação dos camponeses da Colônia Marangatú, ocorre, também, pela sujeição da renda da terra.

Portanto, visualizamos, no espaço agrário da Colônia Marangatú, conflitos sociais diversos. Grande parte desses conflitos tem relação direta ou indireta com o avanço das relações capitalistas no campo paraguaio, intensificados, principalmente a partir das décadas de 1990 e 2000.

Além dos conflitos pela posse da terra na Colônia Marangatú, outros conflitos verificamos. Alguns estão mais evidentes e relacionados à expansão da produção do agronegócio e vinculados à concentração fundiária, outros, não menos importantes, como as mudanças nas produções de subsistência e autoconsumo podem passar despercebidos ou serem silenciados diante da hegemonia do capital e das forças dominantes.

O atual contexto visualizado no espaço agrário da Colônia Marangatú, mas, também, nas áreas de expansão das produções do agronegócio no território paraguaio, fermentam importantes conflitos sociais, econômicos, políticos, culturais etc, reconfigurando territórios, expulsando populações, provocando impactos socioambientais, ou seja, o espaço geográfico está em constante/perversa transformação.

Por fim, desnudamos os interesses envolvendo as disputas pela terra e território e, sobretudo, apontamos, criticamente, os impactos causados pela hegemonia do capital às populações, principalmente as camponesas paraguaias, *brasiguaias* e indígenas fragilizadas social e economicamente, abandonadas a sorte no espaço agrário da fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos os conflitos agrários na Colônia Marangatú, envolvendo de um lado, latifundiários grileiros e, de outro lado, camponeses *brasiguaios* e paraguaios, chegamos a um conjunto de verificações.

Verificamos que conflitos fundiários criam diversos obstáculos para a continuidade de existência das famílias na terra, ou seja, contribuem decisivamente para a eliminação do conjunto de relações sociais, econômica, culturais, características do universo camponês.

A luta travada, principalmente, por camponeses *brasiguaios* para manutenção na terra possui importante conteúdo de resistência camponesa, de enfrentamento aos interesses do capital e as forças hegemônicas.

Verificamos, também, que a expulsão e a expropriação relacionadas às disputas pelas terras de posse e, grande parte delas, contando com o apoio do aparelho repressor do Estado paraguaio, se configuram como importante obstáculo para manutenção das propriedades camponesas, que ainda lutam para garantir a legítima posse das terras na Colônia Marangatú. Para os grileiros interessados na acumulação rentista, a partir da venda das terras apropriadas de maneira duvidosa, isso representa estímulo para a continuidade de tais práticas. Portanto, lutar pela posse da terra e, sobretudo, para permanecer produzindo nos lotes, embora sob circunstâncias contrárias, vai muito além de defender a propriedade das terras de posse dos camponeses. Representa, também, a defesa das relações de produção e práticas camponesas, circunscritas num contexto de intensa apropriação e controle do território a partir do crescente monopólio das terras e das produções vinculadas ao agronegócio latifundiário sojeiro, verificadas em Marangatú.

Além disso, os conflitos pela terra em Marangatú, também, tem se desdobrado favoravelmente aos latifundiários, proporcionando grandes vantagens econômicas, porque eles adquirem as terras de posse de camponeses *brasiguaios*, principalmente, por preços abaixo do praticado no mercado imobiliário. Evidenciam-se, portanto, os

interesses dos grileiros e dos latifundiários produtores do agronegócio em sintonia, além de toda cadeia de atores beneficiada de propinas e expedientes corruptos utilizados para expulsar camponeses de suas posses e, ao mesmo tempo, garantir a titulação das propriedades.

Observamos ainda que, somados às expulsões e expropriações de camponeses das terras de posse de Marangatú, o avanço das produções do agronegócio, dependentes do intensivo uso de agrotóxicos, adubos químicos, sementes transgênicas, máquinas de última geração dentre outros, contribuem significativamente para o crescente monopólio das terras camponesas pelos latifundiários de Marangatú.

Constatamos, também, que a concentração da propriedade da terra está diretamente relacionada com o gradativo crescimento das lavouras mecanizadas, a partir da década de 1980 e, que, atualmente, estão tomadas pelos cultivos transgênicos de soja e milho, principalmente. A crescente subordinação da renda da terra camponesa, neste contexto, é um importante contribuinte para tal cenário.

Ao passo que se concentra a terra em grandes propriedades monocultoras, se reduz drasticamente os postos de trabalho no espaço agrário de Marangatú e do Paraguai, como também toda a diversidade de relações sociais que se perdem por conta disso. Tal cenário, conduz para a constituição de uma agricultura sem agricultores, na qual a terra e o que se produz nela fazem parte de um circuito de negócios, pois o lucro e a acumulação capitalista são as características basilares.

Concluimos que os conflitos agrários Colônia Marangtaú, associados ao avanço das produções e ao conjunto de práticas perversas norteadoras da expansão do agronegócio latifundiário sojeiro no Paraguai, representam os maiores entraves para a reprodução camponesa de Marangatú. Devido a isso, as resistências camponesas presentes nas relações cotidianas e nas produções de subsistência e autoconsumo, elementos centrais do universo camponês, estão seriamente ameaçadas e correm o risco de serem eliminadas do espaço agrário da Colônia, que está sendo rapidamente controlado pelos interesses do agronegócio latifundiário. Boa parte deste, sob controle de fazendeiros brasileiros.

REFERÊNCIAS

- ABC COLOR. **Desalojan a colonos brasilenos 30 anos despues.** Disponível em: <http://www.abc.com.py/nacionales/desalojan-a-colonos-brasilenos-30-anos-despues-584375.html>. Acesso em: 10 Nov. 2014.
- ALBUQUERQUE, J. L. C. **A Dinâmica das Fronteiras:** os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. São Paulo, Annablume, 2010.
- _____. Os brasiguaios e os conflitos sociais e nacionais na fronteira Paraguai-Brasil. **Análises de Conjuntura**, Rio de Janeiro. No. 2, 2009.
- ANCEL, J. **Geopolitique.** Paris: Delagrave, 1936.
- _____. **Géographie des Frontières.** Paris: Gallimard, 1938.
- AQUIAGORA.NET. Marechal C. Rondon. 2013.
- AVILA, A. L. **E da Fronteira veio um Pioneiro: a *frontier thesis*** de Frederick Jackson Turner (1861-1932). Dissertação (Mestrado em História) UFRGS, Porto Alegre, 2006.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Conversão de moedas. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/pec/conversao/conversao.asp>. Acesso: 20 de Jul. 2015.
- BATISTA, L. C. **Brasiguaios na Fronteira:** caminhos e lutas pela liberdade. Dissertação (Mestrado em Geografia). USP, São Paulo, 1990.
- BECKER, B. **Amazônia.** São Paulo, Ática, 1990.
- BIBLIOTECA Y ARCHIVO CENTRAL. **Congreso Nacional do Paraguai.** Disponível em <http://www.bacn.gov.py/MTg0Mw==&ley-n-3663>. Acesso: 20 Nov. 2014.
- BRUM, A. J. **Modernização da Agricultura:** trigo e soja, Petrópolis: Vozes, 1988.
- CATAIA, M. Fronteiras: territórios em conflitos. **Geografia em Questão.** Vol. 3 No. 1, 2010, p. 11-25
- CONAB (Companhia Brasileira de Abastecimento). Disponível em: http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&ordem=produto&Pagina_objcmsconteudos=3#A_objcmsconteudos. Acesso em: 20 Jan. 2015.
- CAPECO (Câmara Paraguaia de Exportadores e Comercializadores de Cereais e Oleaginosas). Disponível em: <http://www.tera.com.py/capeco/>. Acesso em: 10 Dez. 2014.
- CEPAL. **Las Empresas Transnacionales en lá Economía del Paraguay.** Estudio e Informes de la Cepal. Santiago de Chile, 1987.

CORREIO DO LAGO. Santa Helena. 2013.

DIRECCIÓN DE CENSOS Y ESTADÍSTICAS AGROPECUARIAS. **Censo Agropecuario Nacional**. Assunción, 2008. Disponível em: <<http://www.mag.gov.py/Censo/Book%201.pdf>>. Acesso em: 10 Set. 2014.

FABRINI, J. E. Brasiguaios e conflitos na fronteira. **Geografares**, Vitória. No. 8, 2010, p. 2-28.

_____. Fronteira e questão agrária no Brasil. **Revista da ANPEGE**, v. 10, 2014 p. 91-115.

FERRARI, C. A. **Dinâmica Territorial na (s) Fronteira (s)**: Um estudo sobre a expansão do agronegócio e a exploração dos brasiguaios no norte do Departamento de Alto Paraná – Paraguai. Dissertação (Mestrado em Geografia) UFGD, Dourados, 2009.

FOGEL, R.; RIQUELME, M. **Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza**. Assunción: CERI, 2005.

FUNDAÇÃO IPARDES: **Estudo para o desenvolvimento de atividades agrícolas e industriais integrados**. Projetos especiais – menta. Curitiba, 1977, p. 27. Disponível em: <www.ipardes.pr.gov.br>. Acesso em: 15 Out. 2014.

GALEANO, E. **Los nuevos dueños del Alto Paraná**. Entrevistas e artículos (1962/1987). Montevideo: Ediciones del Chanchito, 1988.

GERMANI, G. I. **Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu**. Salvador: Universidade Federal da Bahia (EDUFBA) - Universidade Luterana Brasileira (ULBRA), 2003.

GONÇALVES, C. W. P. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004, p.27-64.

GONÇALVES, A. J. Lei de terras no Brasil e nos Estados Unidos. **ADITAL: Notícias da América Latina e Caribe**, 2014. Disponível em: <<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=81822>>. Acesso: 24 Ago. 2015.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1991.

GRAZIANO NETO, F. **Questão Agrária e Ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo. 3 ed. Brasiliense, 1982.

GUIMARÃES DA SILVA, D. L. História oral e migração: narrativas de brasileiros em Puerto Adela - Paraguai (1970-2007). **Espaço Plural**, Marechal Cândido Rondon. No. 16, 2007, pp. 67-70.

KLEINPENNING, J. **Rural Paraguay, 1870-1932**. CEDLA: Amsterdam, 1992.

INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais)/TOPODATA. **Download dos dados MDEs SRTM**. Disponível em: <<http://www.dsr.inpe.br/topodata/acesso.php>>. Acesso em: 10 Mar. 2013.

JORNAL ÚLTIMA HORA. **Casos de câncer se triplicaron con el uso de transgênicos en Paraguay**. Disponível em: < <http://www.ultimahora.com/casos-cancer-se-triplicaron-el-uso-transgenicos-paraguay-n736763.html>>. Acesso em: 01 Mar. 2015.

LAINO, D. P. **Fronteras y Penetración Brasileña**. Asunción: Ediciones Cerro Corá, 1977.

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. **Paraguay é devorado pela soja**. Disponível em < <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1570>>. Acesso em: 20 Dez. 2014.

MARTIN, A. **Fronteiras e Nações**. São Paulo: Contexto, 1994.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 2009.

MENEZES, A. M. **A herança de Stroessner: Brasil – Paraguai 1955 – 1980**. Campinas, Papyrus, 1987.

NARDOQUE, S. **Apropriação capitalista da terra e a formação da pequena propriedade em Jales-SP**. 304 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2002.

NICKSON, R. A. Colonización brasileira en la Región Oriental del Paraguay. In: FOGEL, R.; RIQUELME, M. **Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza**. Assunción: CERI, 2005.

NOTÍCIAS AGRÍCOLAS. **Pronunciamento de Karsten Friedrichsen, presidente APS, Ass. Produtores de Soja do Paraguai**. Disponível em: <<http://www.noticiasagricolas.com.br/videos/palestra-eventos/138381-video-confira-karsten-friedrichsen-presidente-aps-paraguai-no-2-dia-de-negocios-cotripar-paraguai.html#.VTL7xSFViko>>. Acesso em: 10 Fev. 2015.

OLIVEIRA, A. U. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

_____. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. 2. Ed. São Paulo: Papyrus, 1991.

_____. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: Ana Fani Alessandri Carlos (org). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto. 2001.

OLIVEIRA, A. U. de, et al. **Território em Conflito, Terra e Poder**. Goiânia: Kelps, 2014.

O PARANÁ, Cascavel. 2013.

O PRESENTE, Marechal C. Rondon. 2013.

PEGORARO, É. **Dizeres em confronto** (A Revolta dos Posseiros de 1957 na imprensa paranaense). Dissertação (Mestrado em História) UFF, Niterói, 2007.

PORTAL RONDON, Marechal C. Rondon. 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo. Ática, 1992.

RATZEL, F. **La Géographie Politique**. Paris: Fayard, 1987(1897).

_____. **Géographie Politique**. Genève: Editions Regionales Europeennes, 1988(1897).

REPÓRTER BRASIL; BASE IS. **Os impactos socioambientais da soja no Paraguai**. 2010.

RIBEIRO, D. **Os Índios e a Civilização**. Petrópolis. Civilização Brasileira, 1977.

RIQUELME, Q; VERA, E. **La otra cara de la soja. El impacto del agronegocio en la agricultura familiar y la producción de alimentos**. Assunción: CDE, 2013.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. Edusp, 2005.

SEAM – Secretaria del Ambiente (PY - 2011). **Departamentos e distritos do Paraguai**. Disponível em: <http://maps.seam.gov.py:8399/Satelital_Maps/>. Acesso em: 06 Jun. 2013.

SILVA, J. G. **Estrutura agrária de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. **Modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1981.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1996.

SOUCHAUD, S. **Geografía de la Migración Brasileña en Paraguay**, Assunción, PY: ADEPO, 2008.

SPRANDEL, A. Brasileiros de Além Fronteiras. **V Congresso de Antropologia Social**, 1997. Disponível em: <<http://www.naya.org.ar/congresos/contenido/laplata/LP4/15.htm>>. Acesso em: 25 Mai. 2014.

STADNIKY, H. P. Fronteira e mito: Turner e o agrarismo norte-americano. **CyTA**. Buenos Aires. No. 2, 2007, p. 1-14.

TELESCA, I. **Ligas Agrarias Cristianas (1960-1980):** orígenes del movimiento campesino en Paraguay. Assunción, CEPAG, 2004.

TURNER, F. J. O significado da fronteira na história americana. KNAUSS, Paulo. **Oeste americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner**. Niterói: UFF, 2004.

VAINER, Carlos B. A violência como fator migratório. Silêncios teóricos e evidências históricas. **Travessia**, São Paulo, No. 25, p. 5-9, 1996.

VAZQUEZ, F. **Territorio y Población:** nuevas dinámicas regionales en el Paraguay. Assunción, PY: ADEPO, 2006.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato:** um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. São Paulo: Difel, 1976.

VILADESAU, T. P, et al. Los **Refugiados Del Modelo Agroexportador:** impactos del monocultivos de soja en las comunidades campesinas. BASE IS. 2007.

VILLAGRA, L. R. **Actores del agronegocio em Paraguay.** Assunción: BASE I S./DIAKONIA, 2009.

WACHOWICZ, R. C. **Obrageros, mensus e colonos: história do Oeste paranaense.** Curitiba : Editora Vicentina, 1982.

WAIBEL, L. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil.** Rio de Janeiro. SUPREN, 1979.

WWF PARAGUAI. Disponível em: <http://www.wwf.org.py/que_hacemos/sig/monitoreo_de_la_deforestacion/>. Acesso em: 19 Jan. 2015.

ZAAR, M. A Migração Rural no Oeste Paranaense/Brasil: a trajetória dos "brasiguaios". **Scripta Nova:** revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidade de Barcelona, No. 94 (88), 2001. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-88.htm>>. Acesso em: 20 de Abr. 2014.

ANEXOS

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO PARA OS *BRASIGUAIOS* EM CONFLITOS PELA APROPRIAÇÃO DA TERRA NO PARAGUAI

Questionário aplicado em ____/____/2014

Caracterização dos brasiguaios

1-Em que ano você migrou para o Paraguai? _____

2-Foi sozinho ou foi com a família? _____

3-Morava em que município brasileiro antes de migrar ao Paraguai? _____

4-Qual atividade e/ou profissão desenvolvia no Brasil antes de migrar ao lado paraguaio? _____

5-Caso fosse agricultor (antes de migrar ao Paraguai). a) Possuía terras no Brasil? ____

b) Quantos alqueires? _____ c) foi arrendatário, posseiro ou meieiro? _____

6-O que você produzia enquanto agricultor no Brasil? _____

7-O que te motivou a tentar a vida em outro país? _____

8-Vendeu a terra no Brasil e com esse dinheiro comprou a terra no Paraguai? _____

Caracterização da vida no Paraguai

9-Para qual região/município paraguaio você se instalou? _____

10- Havia incentivo (preço menor pelas terras) do governo brasileiro e/ou do governo paraguaio para a compra de terras no Paraguai naquele momento? _____

11-Como ficou sabendo das terras no Paraguai? _____

12-Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas logo no começo? _____

- 13-O _____ que _____ você _____ produz _____ no Paraguai? _____
- 14-Comercializa _____ com _____ quem _____ a produção? _____
- 15-Produz _____ para _____ o _____ autoconsumo? _____ Quais produtos? _____
- 16- _____ Possuía _____ máquinas _____ e implementos? _____
- 17-Quanta _____ terra _____ comprou _____ no Paraguai? _____
- 18-Adquiriu estas terras antes de migrar? _____ quanto tempo antes? _____
- 19-Comprou terra já mecanizada ou em mato? _____
- 20-A propriedade possuía benfeitorias (casa, galpão, açudes etc)? _____
- 21-Enfrentou _____ dificuldades _____ com _____ os camponeses? _____ Quais? _____
- 22-Teve problemas com a polícia paraguaia? _____ Quais os problemas? _____
- 23-De modo geral, como é a relação entre os brasiguaios e os camponeses? _____
- 24-Como os camponeses caracterizam os brasiguaios? _____
- 25-Como você caracteriza os camponeses? _____
- 26-Os grandes fazendeiros brasileiros que vivem no Paraguai são denominados de brasiguaios? _____ Como são chamados? _____
- 27-Como os grandes proprietários de terra tratam os pequenos agricultores brasiguaios? _____
- 28-Como os grandes proprietários de terras (brasileiros) tratam os camponeses? _____

29-Como é o convívio entre grandes proprietários de terras (brasileiros) e grandes proprietários de terras (paraguaios)?_____

30-Como é a convívio entre os grandes proprietários de terras e os camponeses?_____

31-Quais os motivos dos conflitos?_____

32-Você ou sua família sofreu algum tipo de violência no Paraguai?_____Quais violências e o que as motivaram?

Caracterização da apropriação da terra no Paraguai

33-De quem comprou a terra (foi de particular ou do IBR)?_____

34-Em que ano adquiriu a terra?_____

35-A terra possuía escritura ou contrato?_____

36- Conte-me o processo administrativo de aquisição – onde fez contrato? Quem fez?_____

37-Antes de comprar a terra no Paraguai, você tinha conhecimento dos problemas de titulação das terras no país vizinho?_____

38-Depois de quanto tempo morando no Paraguai você começou enfrentar problemas relacionados à documentação da terra?_____

39-Quem te procurou e apontou os eventuais problemas na documentação da terra?_____

40-O que alegava a pessoa que te procurou?_____

41-Sabe me dizer se a pessoa que te procurou era brasileira ou paraguaia?_____

42-Sabe me dizer se a pessoa que te procurou tem relação com um pequeno agricultor brasiguai, um campesino ou um grande proprietário de terras (brasileiro ou paraguaio)? _____

43-Quais foram suas primeiras providências? _____

44-Você participou de alguma audiência na justiça paraguaia? _____ O que foi discutido nesta audiência? _____

45-O que foi dito na audiência pelos “outros proprietários” da terra? _____

46-Você tem conhecimento de outros casos semelhantes ao seu? _____ Quantos? _____

47-Na maioria dos casos de irregularidade na documentação das terras e os conflitos derivados, quem são os envolvidos? Os brasiguaios e os campesinos? Os brasiguaios e os grandes proprietários de terras? _____

48-Vendeu a terra no Paraguai? _____ Preço de mercado? _____

Passou documento? _____ Que documento? _____

50-O que os grandes proprietários brasileiros ou paraguaios falam a respeito dessa questão? _____

51-Como ocorreu o processo de expulsão de sua família do Paraguai? _____

52- Houve violência ou ameaças cometidas pelos “outros proprietários” ou pela polícia paraguaia? _____

53-Quem são as pessoas que se intitulam como os “verdadeiros” proprietários de sua propriedade? São campesinos? São brasiguaios? Ou são grandes proprietários de terras (brasileiros ou paraguaios)? _____

54-Você pagou ou ainda está pagando para tentar regularizar a propriedade?_____Para quem?_____

55-Quanto você pagou?_____

56-Você está conseguindo regularizar a documentação da terra ou não?_____

57-Qual a situação atual?_____

58-Antes disso já havia aparecido outras pessoas se intitulado como os “verdadeiros” proprietários de sua terra?_____Como resolveu a situação naquele momento?_____

59-Você buscou apoio do INDERT ou de outro órgão do Estado paraguaio?_____O que eles lhe falaram?_____

60-Para que município você retornou no Brasil no momento que ocorreu a expulsão?_____

Se refugiou na casa de quem?_____

61-Você retornou ao Paraguai?_____

62-Tem conseguido plantar e comercializar a produção da sua propriedade no Paraguai?_____O que tem produzido atualmente?_____

63-Quais são as suas expectativas em relação ao as disputas pela posse da terra?_____

64-Você possui escritura ou contrato da propriedade?_____

ANEXO 2

ENTREVISTA COM LATIFUNDIÁRIO BRASILEIRO DA COLÔNIA MARANGATÚ-PY

Nome: _____ Data: / /2014

- 1) Onde morava antes de ir para o Paraguai? Em que ano migrou? Vendeu terra no Brasil antes de migrar? Qual área de terra possuía no BR?
- 2) Por que comprou terra no PY? Quais os interesses em comprar terra no Paraguai naquele momento?
- 3) Quanto de terra comprou inicialmente? Terra mecanizada?
- 4) Comprou terra titulada ou direitos de posse? Há quem pertenciam às terras?
- 5) Quando o senhor comprou as primeiras terras no Paraguai, quanto pagou por ha titulado? E quanto pagou pelo ha não titulado?
- 6) De quem comprou? Onde efetuou os trâmites legais?
- 7) Me conte sobre o histórico de produção nas suas terras. O que produzia inicialmente? E o que vem produzindo atualmente? Qual a área de lavoura? Tipo de lavoura? Quantos tratores/mecanização? Utiliza quais/quantos insumos? Plantas Transgênicas? Com quem comercializa produção? Contrata trabalhadores assalariados? Tem área arrendada para famílias ou outros arrendatários?
- 8) O senhor utiliza do crédito agrícola? Sempre utilizou? É crédito oficial do Estado ou de Silos privados? Quais as vantagens e desvantagens em obter o crédito agrícola?
- 9) O senhor continua comprando terras atualmente? Quanto vem pagando pelo ha titulado? E quanto vem pagando pelo ha não titulado? Quanto pagou pela terra não titulada?
- 10) Por que existe tantos problemas com a documentação das terras na fronteira?
- 11) O senhor sabe me dizer a evolução do preço da terra (ha) ao longo dos anos que vive e trabalha no Marangatú? Quais os motivos da valorização?
- 12) Quando o senhor compra o direito de posse, tem buscado realizar a escrituração? Fale do processo de legalização da terra?

13) Adquiriu terra sem escritura? Por que o senhor tem adquirido terras sem escritura, não corre-se o risco de perder para um possível dono?

14) Está havendo concentração de terra no PY? Por quê?

15) Para o senhor o que representa o agronegócio aqui no Paraguai? Qual o principal produto do agronegócio? Considera-se produtor do agronegócio?

16) Quem são *brasiguaios*? Considera-se *brasiguai*? Mantém vínculo com BR? Que vínculo?

ANEXO 3

LEY N° 3.663

QUE MODIFICA LOS ARTÍCULOS 2° Y 3° DE LA LEY N° 2.524/04 “DE PROHIBICIÓN EN LA REGIÓN ORIENTAL DE LAS ACTIVIDADES DE TRANSFORMACIÓN Y CONVERSIÓN DE SUPERFICIES CON COBERTURA DE BOSQUES”, MODIFICADA POR LA LEY N° 3.139/06.

EL CONGRESO DE LA NACIÓN PARAGUAYA SANCIONA CON FUERZA DE LEY

Artículo 1°.- Modifícanse los Artículos 2° y 3° de la Ley N° 2.524/04 “DE PROHIBICIÓN EN LA REGIÓN ORIENTAL DE LAS ACTIVIDADES DE TRANSFORMACIÓN Y CONVERSIÓN DE SUPERFICIES CON COBERTURA DE BOSQUES”, modificada por la Ley N° 3.139/06, cuyo texto queda redactado como sigue:

“Art. 2°.- A partir de la promulgación de la presente Ley y hasta el 31 de diciembre de 2013, se prohíbe en la Región Oriental, realizar actividades de transformación o conversión de superficies con cobertura de bosques, a superficies destinadas al aprovechamiento agropecuario en cualquiera de sus modalidades; o a superficies destinadas a asentamientos humanos; así como la producción, transporte y comercialización de madera, leña, carbón y cualquier subproducto forestal originado del desmonte no permitido.”

“Art. 3°.- A partir de la promulgación de la presente Ley y hasta el 31 de diciembre de 2013, queda prohibida la emisión de permisos, licencias, autorizaciones y/o cualquier otra modalidad de documento jurídicamente válido, que ampare la transformación o conversión de superficies con cobertura de bosques nativos, a superficies destinadas al aprovechamiento agropecuario en cualquiera de sus modalidades; o a superficies destinadas a asentamientos humanos, así como la producción, transporte y comercialización de madera, leña, carbón y cualquier subproducto forestal originado del desmonte no permitido.

Los bosques se inscribirán en un registro especial, habilitado en el Instituto Forestal Nacional (INFONA) y no podrán ser objeto de la reforma agraria y se declararán inexpropiables.

La Secretaría del Ambiente (SEAM) y el Instituto Forestal Nacional (INFONA) podrán solicitar el concurso y la colaboración de otras instituciones públicas, para el mejor cumplimiento de las disposiciones de la presente Ley.”

Artículo 2°.- Comuníquese al Poder Ejecutivo.

Aprobado el Proyecto de Ley por la Honorable Cámara de Diputados, a los cuatro días del mes de setiembre del año dos mil ocho, y por la Honorable Cámara de Senadores, a los veinte días del mes de noviembre del año dos mil ocho, quedando sancionado el mismo, de conformidad con lo dispuesto en el Artículo 204 de la Constitución Nacional.